

Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear da Agricultura

Construção de assentamentos agroecológicos: desafios e potencialidades no
acampamento Elizabeth Teixeira e grupo de extensão Motyrõ

Luã Gabriel Trento

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2021

Luã Gabriel Trento
Bacharel em Engenharia Florestal
Licenciatura em Ciências Agrárias

Construção de assentamentos agroecológicos: desafios e potencialidades no acampamento

Elizabeth Teixeira e grupo de extensão Motyrõ

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:

Prof. Dr. **FLÁVIO BERTIN MENDES GANDARA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Trento, Luã Gabriel

Construção de assentamentos agroecológicos: desafios e potencialidades no acampamento Elizabeth Teixeira e grupo de extensão Motyrõ / Luã Gabriel Trento. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2021.

177 p.

Dissertação (Mestrado) -- USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agroecologia 2. Extensão agroecológica 3. Reforma agrária 4. Práxis 5. Pesquisa engajada 6. Autogestão 7. Autonomia 8. Processo educador 9. Pesquisa participante 10. Território agroecológico I. Título

DEDICATÓRIA

Dedico ao povo.

Dedico àqueles que são esperançosos (do verbo esperar).

*À Betona (in memoriam)
Que sua luta continue em nós.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tornaram possível. Desde aqueles que lutaram e lutam pelo acesso à universidade pública, àqueles que me ajudaram a vivenciar e a escrever essa dissertação. Nenhuma escrita é sozinha, ela pode até ser solitária mas ela vem da vida vivida e experienciada, que só existe no encontro com os outros. Agradeço à todos vocês, mesmo que seu nome não apareça nas páginas desse trabalho.

Não posso deixar de evidenciar algumas pessoas, como o amigo e educador Marcos Sorrentino, que sempre nos instiga a melhorar e a construir a utopia de um mundo mais amoroso. E que, quando necessitado, veio ao socorro.

Ao amigo e professor orientador Flávio Gandara, o qual respeito e admiro. Aos amigos da banca, Fernandinho e Ademir de Lucas, com os quais é uma honra aprender e caminhar no mesmo rumo.

A todas as pessoas do Motyrõ, que fazem ou fizeram parte! Julia Maria, Júlia Kempe, Henrique Afonso, Renata Batista, Paloma Pressato, Ana Elisa, Camilla, Marina Zacharias, Marina Ricciard, Giovanna, Vanessa, Tomás, Maria Clara, Nádia Rosário e Beatriz Alvarez.

Ao MST e todo o acampamento Elizabeth Teixeira, em especial à Cinthia, Jandira, Clarice, Marieta, Juraci, Melissa, Cristiano, Fábio, Mineiro e Eunice. À equipe do ITCP e CEDECA que vem desenvolvendo um trabalho significativo em tudo que fazem!

A todas as pessoas e amigos/as do Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ-USP que me acompanham nessa caminhada, Bruno Garcia, Bruno Fernandes, Ana Clara, Rachel, Simone, Ísis, Rodrigo, Isabela, Katia, Anna, Júlia, Bianca, Kelly, Thaís, Vivian, Arthur, e turma.

A todo o programa de Ecologia Aplicada – ESALQ-CENA, aos/às representantes discentes, Mayara, Carolina, Luciana, Tamires, à Mara por todo suporte, à toda equipe da CPG, cito alguns nomes, Vania, Giancarlo, Plínio, Kátia, Alexandre, Moruzzi e Thais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), que desempenha um papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação em todo o Brasil.

Às minhas três mães, Sílvia (mãe), Regina (tia) e Leonilda (avó). Aos amigos que nos ajudam a trilhar, Guilherme (frodu), Sofia, Thais, Marcela, Raissa, Luis e Karinne.

A todo o movimento agroecológico, que me dá luz e abrigo.

E claro, aos meus orixás que me acolhem e ajudam a seguir, ao meu pai Pena Branca, babás Paula e Alessandra e a todo o terreiro Templo de Umbanda Integrativa Caboclo Pena Branca.

*“É preciso ter esperança.
Mas tem de ser esperança do verbo esperar.
Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar.
Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
“Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva”.
Já esperar é ir atrás, é se juntar, é não desistir.
É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas
obras.
Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída.
Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperar”!
Paulo Freire (1992)*

*“De nossos medos
nascem nossas coragens
e em nossas dúvidas
vivem nossas certezas.
Os sonhos anunciam
outra realidade possível
e os delírios outra razão.
Nos extravios
nos esperam achados,
porque é preciso perder-se
para voltar a se encontrar”
Eduardo Galeano*

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. INTRODUÇÃO.....	15
2.1. Por novos paraquedas coloridos.....	15
2.2. Reforma agrária em São Paulo.....	20
2.3. Projetos de assentamento e a Agroecologia.....	24
2.4. A Universidade e a extensão agroecológica.....	31
2.4.1. Extensão Universitária.....	33
2.4.2. Extensão Universitária com Agroecologia.....	37
2.5. Objetivo Geral.....	40
2.6. Questões Suleadoras.....	40
2.7. Objetivos específicos.....	40
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	41
3.1. Sobre a abordagem qualitativa.....	41
3.2. A Multirreferencialidade.....	42
3.3. Análise de Conteúdo.....	43
3.4. Pesquisa Engajada: Pesquisa Participante e Pesquisa-Ação.....	43
3.5. Descrição Metodológica.....	46
3.5.1. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição.....	47
3.5.2. Construindo relações: Acampamento Elizabeth Teixeira e o Motyrõ.....	49
3.5.3. Os desafios e potencialidades na construção de um assentamento agroecológico pela perspectiva do Motyrõ.....	49
3.5.4. O processo educador para uma extensão Agroecológica – Motyrõ.....	50
3.5.5. Reflexões sobre os desafios de uma pesquisa engajada.....	51
3.6. Caracterização do Acampamento Elizabeth Teixeira – Limeira/SP.....	51
3.6.1. O município de Limeira – SP.....	51
3.6.2. Histórico do acampamento Elizabeth Teixeira.....	52
3.7. Caracterização do grupo Motyrõ – Laboratório de Educação e Política Ambiental/Oca – ESALQ-USP.....	57

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição	63
4.1.1. Sobre o conceito de Agroecologia.....	64
4.1.2. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição	70
4.2. Construindo relações: Acampamento Elizabeth Teixeira e o Motyrõ.....	75
4.2.1. Momento 1- 2018	76
4.2.2. Momento 2 - 2018	78
4.2.3. Momento 3 - 2019	79
4.2.4. Momento 4 - 2020	82
4.3. Os desafios e potencialidades na construção de um Assentamento Agroecológico pela perspectiva do Motyrõ.....	82
4.3.1. Contexto universitário.	83
4.3.2. Recursos (financeiros e Recursos físicos)	88
4.3.3. A Marginalidade	90
4.3.4. Tempo.....	93
4.3.5. Parcerias	95
4.3.6. Relação com as/os acampadas/os	100
4.3.7. A contra hegemonia.....	103
4.3.8. Complexidade.....	105
4.3.9. Principal ator social	108
4.3.10. Aprender fazendo	113
4.4. O processo educador para uma extensão Agroecológica – Motyrõ	116
4.5. Reflexões sobre os desafios de uma pesquisa engajada	124
5. CONCLUSÕES	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	157

RESUMO

Construção de assentamentos agroecológicos: desafios e potencialidades no acampamento Elizabeth Teixeira e grupo de extensão Motyrõ

Os desafios ambientais e sociais vivenciados pela humanidade apontam a necessidade de consolidação de processos educadores comprometidos com a construção de um pensamento *pós-abissal* e de uma racionalidade ambiental. A Agroecologia tem buscado, em sua trajetória, construir processos que promovam essa racionalidade, atrelada a diversas estratégias de produção e conservação, tanto no campo como na cidade. Os assentamentos de reforma agrária têm cumprido um papel importante nesse sentido, seja pela organização social e política, seja na promoção de assentamentos do tipo Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Com a falta de recursos e incentivo político, tem sido cada vez mais necessário criar estratégias na promoção de processos condizentes com essa construção, baseada na Agroecologia. A Universidade, como uma instituição que promove a construção de racionalidades, tem o potencial em contribuir na consolidação de uma extensão educadora e agroecológica. Dessa maneira desenvolveu-se, a partir de uma abordagem qualitativa, da multirreferencialidade e da pesquisa participante, um estudo de caso exploratório, junto ao grupo de extensão Motyrõ/Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ – USP no Acampamento Elizabeth Teixeira (ET) em prol da construção de um Assentamento Agroecológico. A pesquisa se utilizou de dados oriundos de grupo focal, questionários, caderno de campo e análise documental, triangulados e interpretados via análise de conteúdo na perspectiva de identificar os principais desafios e potencialidades da experiência. Os resultados foram divididos em 5 blocos: a construção da categoria assentamento agroecológico, os momentos de atuação do Motyrõ em relação ao ET, os principais desafios e potencialidades na construção de assentamentos agroecológicos, o processo educador do Motyrõ e, reflexões sobre a experiência da pesquisa engajada. O assentamento agroecológico se daria na correlação de forças sociais, objetivas e subjetivas com um projeto societário que unifica esse movimento em prol do ideário agroecológico. A atuação do grupo se iniciou de maneira ampla com o acampamento e, com a mudança de conjuntura, foi focando em ações mais pontuais na perspectiva de fortalecer as atividades em rede com outros grupos no ET. Os desafios e potencialidades que mais emergiram abarcaram ideias relacionadas com a universidade, recursos, a marginalidade, tempo, parcerias, relação com os/as acampados/as, contra hegemonia, complexidade, principal ator social, e o aprender fazendo. O processo educador demonstrou a importância de uma organicidade pensada a partir de princípios condizentes com o objetivo do grupo. Nesse sentido, a dinâmica interna pautou a horizontalidade, autogestão, autonomia, relações interpessoais internas e o princípio da práxis, o que possibilitou a potência de ação e um processo significativo na formação pessoal e profissional das pessoas. Por fim, se abordou sobre o fazer da pesquisa engajada, que tem como principais desafios, acolher as dinâmicas desse tipo de pesquisa dentro da estrutura universitária, e ter uma práxis coerente, entendendo que elas partem de outras epistemologias, em constante construção. Conclui-se pela necessidade da práxis, sistematizada e em contínua avaliação, sobre os processos educadores, alinhada com um projeto de transição para Sociedades Sustentáveis, que potencializem a formação e melhor atuação sobre as realidades inseridas, além da importância de se utilizar dos espaços existentes dentro da institucionalidade universitária, buscando alcançar maior presença, construindo uma nova episteme na promoção de uma universidade conectada com as demandas do mundo atual.

Palavras-chave: Agroecologia, Extensão agroecológica, Reforma agrária, Práxis, Pesquisa engajada, Autogestão, Autonomia, Processo educador, Pesquisa participante, Território agroecológico

ABSTRACT

Construction of agroecological settlements: challenges and potential in the Elizabeth Teixeira encampment and the Motyrõ extension group

The environmental and social challenges experienced by humanity point to the need to consolidate educational processes committed to building post-abysal thinking and environmental rationality. In its trajectory, Agroecology has sought to build processes that promote this rationality, linked to various production and conservation strategies, both in the countryside and in the city. Agrarian reform settlements have played an important role in this regard, whether through a social and political organization or in promoting settlements of the Sustainable Development Program (PDS) type. With the lack of resources and political incentives, it has been increasingly necessary to create strategies to promote processes consistent with this construction, based on Agroecology. The University, as an institution that promotes the construction of rationalities, has the potential to contribute to the consolidation of an educational and agroecological extension. Thus, from a qualitative approach, multi-referentiality, and participatory research, an exploratory case study was developed with the extension group Motyrõ/Education and Environmental Policy Laboratory – Oca/ESALQ – USP at the Elizabeth Teixeira encampment (ET) in order to implement an Agroecological Settlement. The research used data from focus group, questionnaires, field notebook, and document analysis, triangulated and interpreted via content analysis to identify the main challenges and potential of the experience. The results were divided into 5 blocks: the construction of the agroecological settlement category, the moments of Motyrõ's performance with ET, the main challenges and potentialities in the construction of agroecological settlements, the educational process of Motyrõ, and reflections on the research experience engaged. The agroecological settlement would take place in the correlation of social, objective, and subjective forces with a project of society that unifies this movement in favor of the agroecological ideology. The group's performance began broadly with the encampment and, with the change in the situation, it was focusing on more punctual actions to strengthen network activities with other groups in the ET. The challenges and potentials that most emerged encompassed ideas related to the university, resources, marginality, time, partnerships, relationship with campers, counterhegemony, complexity, main social actor, and learning by doing. The educating process demonstrated the importance of an organicity designed from principles consistent with the group's objective. In this sense, the internal dynamics guided the horizontality, self-management, autonomy, internal interpersonal relationships, and the principle of praxis, which enabled the power of action and a significant process in the personal and professional formation. Finally, engaged research was addressed, whose main challenges are to embrace the dynamics of this type of research within the university structure, and to have a coherent praxis, understanding that they start from other epistemologies, in constant construction. It is concluded that the praxis, systematized and under continuous evaluation, is necessary to educational processes, in line with a transition project for Sustainable Societies, which enhance training and better performance on the realities included, in addition to the importance of using existing spaces within the university institutionality, seeking to achieve greater presence, building a new episteme and enabling the promotion of a university connected to the demands of today's world.

Keywords: Agroecology, Agroecological extension, Agrarian reform, Praxis, Engaged research, Self-management, Autonomy, Educational process, Participant research, Agroecological territory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Áreas consolidadas do Horto Florestal de Limeira/SP.....	54
Figura 2. Logo do Motyrõ - Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca/ESALQ-USP	59
Figura 3 Relação das pessoas que responderam com o envolvimento na Agroecologia.....	64
Figura 4 Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre a definição de Agroecologia, processada pelo software IRAMUTEQ.	65
Figura 5 Análise de similitude, organizado em comunidades, sobre a definição de Agroecologia, processada pelo software IRAMUTEQ.	67
Figura 6. Diversidade dos atuais significados da Agroecologia.....	68
Figura 7. Análise de similitude sobre a definição de Assentamento Agroecológico, processada pelo software IRAMUTEQ.....	71
Figura 8. Análise de similitude dividida em classes sobre a definição de Assentamento Agroecológico, processada pelo software IRAMUTEQ.....	72
Figura 9. Logo do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira (CPET).	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais alterações ocorridas na estrutura governamental relacionadas à questão fundiária no estado de São Paulo segundo o ITESP.....	21
Quadro 2. Fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos em ordem de importância	24
Quadro 3. Modalidades de projetos de assentamentos criados pelo INCRA e suas características.....	25
Quadro 4. Linha temporal dos conflitos fundiários no Acampamento Elizabeth Teixeira.....	55
Quadro 5. Principais atividades desenvolvidas pelo grupo Motyrõ até maio de 2020.....	59
Quadro 6. As transições e os momentos de atuação do grupo Motyrõ, internamente e com o Acampamento Elizabeth Teixeira.	76
Quadro 7. Principais ideias para o contexto universitário.	83
Quadro 8. Trechos que representam as principais ideias entorno do contexto universitário.....	84
Quadro 9. Principais ideias para Recursos	89
Quadro 10. Trechos que representam as principais ideias entorno de Recursos.....	89
Quadro 11. Principais ideias para Marginalidade	90
Quadro 12. Trechos que representam as principais ideias entorno de Marginalidade	91
Quadro 13. Principais ideias para Tempo	94
Quadro 14. Trechos que representam as principais ideias entorno de Tempo	94
Quadro 15. Principais ideias para Parcerias	96
Quadro 16. Trechos que representam as principais ideias entorno de Parcerias.....	96
Quadro 17. Principais ideias para Relação com as/os acampadas/os	100
Quadro 18. Trechos que representam as principais ideias entorno de Relação com as/os acampadas/as	100
Quadro 19. Principais ideias para Contra-hegemonia.....	104
Quadro 20. Trechos que representam as principais ideias entorno de Contra hegemonia	104
Quadro 21. Principais ideias para Complexidade.....	106
Quadro 22. Trechos que representam as principais ideias entorno de Complexidade	106
Quadro 23. Principais ideias para Principal ator social	108
Quadro 24. Trechos que representam as principais ideias entorno de Principal ator social.....	108
Quadro 25. Principais ideias para Aprender fazendo.....	114
Quadro 26. Trechos que representam as principais ideias entorno de Aprender fazendo.	114

Quadro 27. Principais motivações levaram os/as integrantes a entrarem para o grupo Motyrõ.....	117
Quadro 28. Contribuição profissional do Motyrõ para seus integrantes	119
Quadro 29. Aspectos da organicidade que contribuíram na formação profissional e pessoal dos/as integrantes do Motyrõ.....	120
Quadro 30. A representação do grupo Motyrõ para as/os sujeitos que participam ou participaram do coletivo	123

1. APRESENTAÇÃO

O que motivou a fazer o mestrado? Quais questões que me provocaram durante esse tempo? Como a realidade foi moldando as reflexões e ações? Poderíamos fazer outra dissertação essas questões, mas me proponho aqui a trazer apenas alguns elementos que contribuam para um melhor entendimento da pesquisa.

O desejo por fazer mestrado se deu primeiramente por uma provocação do Prof. Marcos Sorrentino. Relutei um pouco, mas fui descobrindo que a pesquisa poderia ser voltada à prática. Quer dizer, ela poderia ser reflexo de um processo extensionista. Assim, a motivação primeira foi a possibilidade de ter um recurso para que eu pudesse continuar trabalhando com a extensão universitária.

Durante o mestrado, o primeiro desafio era como, metodologicamente, fazer uma pesquisa que de fato fosse emancipatória. Que de fato pudesse ser coletiva e deixasse um resultado positivo na comunidade. Mas a prática revelava muitos mais desafios do que aparentava a teoria. Primeiro, que existia um projeto, com cronograma e objetivos antes mesmo de ter sido passado pelo aval da comunidade. Resolvi começar do zero. Começar pelas demandas concretas da comunidade. Um projeto que saísse de um espaço coletivo.

Durante esse processo, as disciplinas sugavam todo o tempo do trabalho em campo. Ainda assim, em espaços de assembleia com o acampamento Elizabeth Teixeira, e com a direção do MST, começamos a esboçar possibilidades. Mas de novo, a tal da prática, revelava outra situação. A dinâmica do acampamento era muito mais difusa do que esperado, ainda que o acampamento estivesse em um momento crítico de propor projetos concretos de assentamento. As disciplinas ficaram evidentes que tomariam quase que metade do tempo do mestrado.

Como fazer? Os tempos não batiam. Os cronogramas do mestrado estavam correndo, mas as dinâmicas coletivas estavam com outras pernas.

Ainda assim, insisti. A conjuntura foi mudando drasticamente na relação com o acampamento, e como o processo era mais importante, a dissertação chegou a ter 4 projetos diferentes. Até um ponto que não havia nenhuma garantia de finalização a tempo da defesa. A ideia inicial era fazer uma Pesquisa-Ação com o Elizabeth Teixeira, na construção de um projeto de Assentamento Agroecológico, para ser o projeto base na regularização do acampamento. Nesse meio tempo a conjuntura mudou completamente e cada vez menos o local estava em vias de ser regularizado.

Assim, a Pesquisa-Ação pelo acampamento foi transitando até chegar em Pesquisa-Participante pelo grupo Motyrõ, na relação com a extensão em prol de assentamentos

agroecológicos. No fim, as restrições foram tantas, que nem a visão dos/as acampadas pode aparecer nos resultados do trabalho. Ainda assim, acredito que é importante trazer à tona essas questões, que são concretas de uma pesquisa que busca ser engajada, e de uma extensão universitária nos moldes da agroecologia, em uma instituição hegemonicamente associada ao agronegócio.

A pesquisa, enquanto processo, pôde propiciar a sustentabilidade do Motyrô, que, pelos relatos, teve um papel importante na vida pessoal e profissional daquelas/es que se envolveram. E claro, na minha também. Afinal, a pesquisa participante exige um exercício constante de autoanálise, assim o que aparece nos resultados, é também, consequência daquilo que toca o pesquisador. É um processo de autoconhecimento. Mas é um autoconhecimento coletivizado, onde as situações que emergem são postas ao coletivo, problematizadas e reelaboradas.

Nesse meio de caminho outras coisas saltaram aos olhos e coração. As epistemologias decoloniais. Que me provocam cada vez mais, a encontrar integralmente uma sinceridade epistêmica sobre o meu trabalho. Que, cada vez mais, aproxima o mundo da academia, do mundo que é invisibilizado pelo paradigma colonial. É um exercício de encontrar e aceitar o Sul dentro de você. E acreditar que é possível fazer outras ciências, enche o mundo de esperança. Traz um pouco mais de encantamento.

E é na Agroecologia, um dos meus primeiros e grandes amores da Universidade, que reflete essa caminhada pessoal, como pesquisador e educador que busca um mundo melhor. Mais amoroso, mais acolhedor, mais feliz (para todos os seres – humanos e não humanos)

É a partir dela que trabalho minha Utopia. Para mim, ela é uma Utopia de pé no chão, que se dá no gingado da vida. Que se transforma conforme cada passo é dado. Que acolhe e transforma.

Assim, o texto abaixo se constrói como um grande movimento praxiológico, onde a prática individual (autor) e coletiva é refletida constantemente, adaptando-se em novas práticas e novas reflexões. Poderia dizer que essa dissertação se propõe a ser incompleta, porque não busca encontrar um fim (ou resposta), mas novos caminhos e novas perguntas.

Afinal, não deveria esse, ser um dos papéis da ciência?

2. INTRODUÇÃO

2.1. Por novos paraquedas coloridos

“Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos.” Ailton Krenak (2019)

Com a crise advinda da pandemia muito se diz da vida em um “novo normal”, entretanto, não há uma relação de contraposição entre normalidade e crise. Crises passageiras e excepcionais podem constituir a origem de um estado melhor, porém, a situação que nos encontramos é um estado inerente ao capitalismo neoliberal, que se utiliza desse argumento para justificar a concentração de renda e a eminente catástrofe ambiental. A pandemia vem agravar a situação de crise que a sociedade tem estado sujeita (SANTOS, 2020). Para Krenak (2019), foi justamente essa chamada “normalidade” que levou a humanidade a se distanciar da natureza, devastar o planeta e aumentar desigualdades.

A pandemia é consequência dessa lógica, sendo o modelo do agronegócio um dos grandes responsáveis por gerar ambientes propícios para a produção de novos patógenos, e de remover obstáculos imunológicos (fragmentos florestais) que poderiam retardar ou evitar a transmissão de novas doenças ao organismo humano.

Se um vírus tem sucesso sobre um único frango produzido em escala, provavelmente terá sucesso sobre todo o seu lote. Por outro lado, a destruição ambiental em todo o planeta acaba exercendo pressão sobre populações de animais selvagens e facilita a contaminação da produção agroindustrial com novos vírus – o chamado salto zoonótico. Aos poucos, mas de forma inegável, a produção capitalista de alimentos mostra sua insustentabilidade também do ponto de vista das doenças globais que são geradas em fábricas, laboratórios de melhoramento genético e campos de cultivo. (SILVA, 2020, p. 20)

Ao longo de sua história, a humanidade desenvolveu técnicas mais ou menos conectadas com as potencialidades ecológicas locais. A globalização do agronegócio, a partir da lógica neoliberal capitalista, promoveu uma grande ruptura com os ecossistemas naturais, artificializando e homogeneizando os ambientes a fim de se obter o máximo rendimento de certas variedades de plantas e animais (MAZOYER; ROUDART, 2010). A lógica de coprodução com a natureza foi, então, substituída pelo emprego intensivo de agroquímicos e a motomecanização pesada e de

insumos industriais e de fontes de energia não-renováveis (PETERSEN, 2015; PETERSEN; WEID, 2009). Martins e Ranieri (2014) afirmam que as mudanças técnicas promovidas neste e por este modelo industrial pautam também o ritmo dos processos sociais.

Esse modelo tem promovido diversos problemas sociais e ambientais, entre eles a concentração de renda e de terras, o êxodo rural, aumento da vulnerabilidade e pobreza (MACHADO; FILHO, 2014; MARQUES, 2018), além do desmatamento, da contaminação generalizada, da perda de biodiversidade, perda de solo, e outros (IPCC, 2015). A homogeneização genética e ecológica, bem como o confinamento animal, tornam os ambientes cada vez mais vulneráveis a insetos e doenças, inclusive com o risco de novas pandemias.

Ao invés de assumir a responsabilidade preventiva, e atuar para tratar a raiz destes problemas, o agronegócio movimenta todo o aparato químico e mecânico para remediar suas consequências, o que é mais lucrativo a curto prazo mas ao longo do tempo agrava ainda mais as perturbações ambientais (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram sua base. (...) em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível (GLIESSMAN, 2001, p. 33).

Se, por um lado, as tecnologias aplicadas pela Revolução Verde possibilitaram o aumento da produtividade, isso se deu pela destruição dos sistemas ecológicos e a perda da qualidade de vida das pessoas. Essa modernização conservadora foi justificada pela necessidade de expansão da produção de alimentos para o combate à fome, mas, na realidade, a motivação foi a acumulação capitalista (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), onde 1/3 da produção de alimentos é desperdiçada para um mundo, onde temos quase 1 bilhão de pessoas desnutridas, e simultaneamente, cerca de 1 bilhão de pessoas em sobrepeso (BELIK, 2003, 2011; MACHADO; FILHO, 2014).

Isso significa que apenas o desenvolvimento de “sistemas agrícolas de substituição eficiente”, com a redução dos impactos ambientais e alta eficiência produtiva, dentro dessa lógica da acumulação capitalista, seria apenas mais um nicho de mercado (DURU; THEROND; FARES, 2015; MAGRINI et al., 2019). Não adianta apenas apontar para uma agricultura de menor geração de carbono, ou para um “revolução verde verde” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), pois o desafio posto deve ser visto em uma dimensão estrutural, de base ética e cultural. Não seria então

possível falar em “alimentos saudáveis”, se estes, forem produzidos sob uma ótica de exploração humana e ambiental, reforçando as desigualdades.

Para Santos (2010, p. 71) essa racionalidade econômica, é uma forma de “pensamento abissal”, demarcada pelo norte ocidental, da qual sustentam relações políticas e culturais, excludentes. A “(...) injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social global requer a construção de um pensamento ‘pós-abissal’”(2010, p. 71). Os desencantamentos da noção de humanidade se baseiam na incapacidade que os modelos sustentados pelo paradigma Ocidental europeu têm de não reconhecer outras formas ontológicas, cosmogônicas, epistemológicas e filosóficas produzidas fora do seu eixo de poder (SIMAS; RUFINO, 2019).

O conhecimento, junto com o direito, estaria representando uma das formas mais expressivas desse pensamento abissal, que consiste na concessão de um monopólio sobre o que é verdadeiro na ciência. Aceitando “conhecimentos alternativos” como a filosofia e a teologia, disputariam esse lugar de científico e não-científico. Essas tensões são visíveis e buscam um lugar “deste lado da linha”, do Norte global, e sua visibilidade se assentaria na invisibilidade de outras formas de conhecimento dito como populares, leigos, de camponeses ou indígenas, que se afastam tanto que desaparecem como conhecimentos mensuráveis,

(...) por se encontrarem para além do universo verdadeiro e do falso. Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas. (SANTOS, 2007, p. 73).

Essa lógica seria uma nova expressão colonial, que não está apenas nos territórios geográficos, mas também no metafórico, sendo difuso, mas ainda dentro da lógica abissal, convivendo mesmo nas metrópoles do Norte, e nos antigos territórios coloniais.

(...) a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica. Como foi dito de início, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isso significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas: ela requer um pensamento alternativo de alternativas. (...) um pensamento pós-abissal. (SANTOS, 2007, p. 83)

O pensamento “pós-abissal” se constituiria fora da monocultura do saber, na busca de uma Ecologia de Saberes, onde a premissa fundamental é a diversidade epistemológica do mundo, que promove a interdependência e a interação entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, 2010). Esse pensamento deverá seguir no rumo contrário das epistemologias eurocêntricas e se construir contrário ao patriarcado, ao capitalismo, ao imperialismo e à colonialidade do poder, na variedade dos projetos “históricos ético-epistêmicos descoloniais” (GROSFOGUEL, 2009, p. 413). Isso significa o exercício da pluralidade, diversidade e complexidade para novos encontros culturais (VISVANATHAN, 2009), que deverá emergir sob epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009). Uma metáfora para se pensar a partir da perspectiva das principais vítimas do colonialismo e capitalismo global (BARRETO, 2014).

Há de se credibilizar outras inúmeras experiências como mantenedoras e produtoras de saber: “pedras de rio, caroços de dendê, plantas, animais, sons, conchas e muitas outras formas são, na relação com o que inventamos da vida, formas de manutenção, produção e orientação de saberes assentados em outras lógicas” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 31). Nesse caminho, Enrique Leff (2009) reforça a necessidade da ecologização dos saberes, para além da racionalidade econômica, a qual ele denomina “Saber Ambiental”, onde se trabalha com a complexidade na vinculação entre os potenciais ecológicos, a criatividade e diversidade dos povos.

A complexidade ambiental emerge da relação entre o real e o simbólico; é um processo de relações ônticas, ontológicas e epistemológicas; de hibridações da natureza, da tecnologia e da cultura; é, sobretudo, a emergência de um pensamento complexo que apreende o real e que se torna complexo pela intervenção do conhecimento (LEFF, 2009, p. 22).

Esse Saber Ambiental teria o potencial de impulsionar uma utopia de “reconstrução da realidade a partir de uma multiplicidade de sentidos individuais e coletivos”, de “intersubjetividades e de saberes individuais” (LEFF, 2009, p. 18). Essas dimensões subjetivas trazem a revalorização das necessidades e desejos humanos, como a dignidade, felicidade, espiritualidade e qualidade de vida (PEREIRA, 2011), geralmente colocados como subalternos à dimensão econômica.

Assim, necessitamos de novas bases epistemológicas e a agroecologia se constitui num caminho capaz de contribuir nesse enfrentamento (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). A agroecologia tem apontado uma trajetória importante nessa construção de um Saber Ambiental pautado por novas bases epistemológicas.

Ela surge inicialmente numa aproximação entre a agronomia e as disciplinas de ecologia (WEZEL et al., 2009), mas que foi se adaptando para além das particularidades técnicas

instrumentais e se voltando cada vez mais para uma complexidade relacional entre o social, ecológico e técnico (GLIESSMAN, 2013). Um dos grandes contribuintes do entendimento da agroecologia passa pelos movimentos ambientalistas na década de 60, que imbuíram uma perspectiva crítica e de mobilização social (HECHT, 1993). A partir de então, ela passa a integrar um dos eixos conceituais, conjuntamente com a perspectiva da ciência e das práticas sociais. Segundo a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Agroecologia é definida como:

Ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (2015, p. 1).

Gliessman (2013) reforça que a agroecologia deve integrar ciência, tecnologia, prática e os movimentos de mudança social, já que uma separação dessas seria senão uma forma de artificialização dessas dimensões, que tende a descolar a perspectiva política e a simplificar em técnicas. Não é à toa que, já em 1989, Nogaard (1989) trazia que para pensar a agroecologia se deveria pensar em epistemologia, galgando dentro do campo do conhecimento, onde tanto a cultura humana quanto os sistemas biológicos são inseparáveis.

Assim, a agroecologia nasce no contexto das Epistemologias do Sul, trazendo saberes invisibilizados que se forjam na interface entre diferentes cosmovisões, teorias e práticas (LARANJEIRA et al., 2019; LEFF, 2009). Em termos epistemológicos ela indica esse novo paradigma que privilegia conhecimentos contextualizados, e onde o diálogo e as relações horizontais atuam no sentido da Ecologia de Saberes (LARANJEIRA et al., 2019).

A agroecologia como parte da construção da práxis campesina, assume a constante transformação dos elementos histórico-culturais disponíveis a cada território, e isto significa que os conhecimentos não podem ser extraviados ou colocados em receituários, porque fazem parte de uma lógica comunitária e contextualizada (BIASE, 2016). Assim, os territórios tornam-se ponto focal da agroecologia e do Saber Ambiental e, a atuação em rede, uma expressão dos valores de organização comunitária. O apontamento para a agroecologia parte do pressuposto da urgência do momento histórico, que exige a promoção de “uma nova cultura da Terra, terra e território”, que detenha a degradação e construa pontes para esse pensamento pós-abissal, em mudanças pautadas no cotidiano das pessoas, entre elas e com o ambiente (SORRENTINO; DA SILVA, 2019, p. 54).

2.2. Reforma agrária em São Paulo

Segundo a Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo (EMPLASA)(2011), o estado de São Paulo é o estado mais industrializado e urbanizado, concentrando em seus 645 municípios, mais de 41 milhões de habitantes, dos quais 95,9% residiriam em áreas urbanas e 4,1% na zona rural, com o maior mercado consumidor brasileiro produtor de 33% do PIB nacional.

O estado de São Paulo se torna emblemático, pois nele se deu um processo de industrialização e urbanização de modo visível, estabelecendo estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional, compondo, deste modo, um território ímpar, marcado pelo crescimento desequilibrado e concentrado e por uma grande heterogeneidade estrutural no campo, onde coexistem latifúndios improdutivos, vastas áreas devolutas, extensas áreas públicas griladas, moderna agricultura de caráter tanto capitalista quanto familiar e também pobreza rural (CARVALHO, 2011).

A reforma agrária e a luta pela terra no estado mais rico do país se dá no complexo e contraditório processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira, especialmente pelo elevado grau de contradições, entre a posse da terra e exploração do trabalho rural- urbano, reforçando ainda mais sua necessidade.

A reforma agrária é uma política que representa como uma alternativa à exclusão econômica e social, à fome e ao desemprego. Ela equaciona o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental dentro de uma estrutura que garanta uma melhor distribuição de renda, se vinculando sobretudo à desconcentração fundiária, distribuição de renda e a cidadania (JUNIOR, 2011). A política de reforma agrária é regida pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que regulamenta os direitos e obrigações referentes às áreas rurais, para fins de execução da reforma agrária e política agrícola, especialmente no descumprimento da sua função social (trabalhista, produtiva e ambiental). A Lei define que a reforma agrária é de competência da União, associada à promoção das condições de acesso ao trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil. Para o estatuto, no artigo 2, a propriedade cumpre integralmente sua função social quando:

- a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (1964)

O órgão responsável pela reforma a nível federal é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que surge nos inícios dos anos de 1970, a partir da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), assumindo as atribuições dos dois órgãos: a gestão da malha fundiária e a promoção do desenvolvimento rural (JUNIOR, 2011).

Em São Paulo, além do órgão a nível federal, na aprovação, implantação e acompanhamento da reforma agrária temos, a nível estadual, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP), vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, colaborando com a União na reforma agrária, destinando terras públicas estaduais. O ITESP também presta assistência técnica e realiza vistoria em terras particulares. O instituto (ITESP, 2011) define alguns marcos importantes que alteraram a estrutura governamental ligada à questão fundiária no estado de São Paulo, conforme o Quadro (1) abaixo:

Quadro 1. Principais alterações ocorridas na estrutura governamental relacionadas à questão fundiária no estado de São Paulo segundo o ITESP em 2021

Ano	Evento
1961	Foi criada a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), vinculada à Secretaria da Agricultura, para coordenar os trabalhos referentes a execução da Lei de Revisão Agrária. Em 1978, passou a ser denominada Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA).
1983	Foi criada a Coordenadoria Socioeconômica para, junto com a Secretaria da Agricultura, organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra. Passou a administrar as funções da ATRA tendo seu nome alterado para Instituto de Assuntos Fundiários (IAF).
1985	Foram promulgadas duas leis estaduais de grande importância para a política agrária: A lei 4.925 e a 4.957, que dispõem sobre o aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado e sua destinação para a reforma agrária e assentamento de trabalhadores rurais.
1986	Foi criada a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), incorporando o IAF e o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (Masterplan).
1987	Foi criado o Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF). Na mesma época, a SEAF passou à condição de Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), criando os Departamentos de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF e DRF), que se tornaram sucessores do IAF e GEAF.
1988	Foi extinta a SAF. O DAF foi transferido para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o DRF para a Secretaria da Justiça, que, posteriormente, passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado
1991	Foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assumindo as atribuições do DAF e DRF e unificando as atividades de assentamento e regularização fundiária num mesmo órgão. No ITESP foram acrescentadas as ações de mediação de conflitos fundiários, capacitação de trabalhadores rurais e atendimento às comunidades quilombolas.

1999	A Lei 10.207, de 8 de janeiro, criou a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro. A Fundação ITESP é sucessora natural e legal de toda uma sequência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo.
2016	É sancionada a Lei 16.115/2016, que atualiza uma das normas mais importantes da história da política agrária paulista, a 4.957/85. Com essa renovação, após mais de 30 anos de vigência da lei original, as famílias, beneficiárias das políticas agrárias do Governo do Estado nos assentamentos rurais conquistam maior estabilidade e estímulo ao investimento, com a possibilidade de transmitir os lotes a seus descendentes, e maior diversificação de produção e aumento da renda, com um acesso ampliado a linhas de crédito e programas de compras institucionais.
2017	É sancionada a Lei 16.475/2017, que dispõe sobre a regularização de posses em terras devolutas nas Regiões Administrativas de Registro e de Itapeva (Vale do Ribeira e Alto Vale) e o Decreto 62.738/2017 que regulamenta a Lei 4.957/1985, com as alterações introduzidas pela Lei 16.115/2016, que dispõe sobre Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários e institui, no âmbito da Fundação Itesp, o Programa Paulista d Agricultura de Interesse Social Familiar – PPAIS Família.

Fonte: Adaptado pelo autor, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP) (2021).

Ainda que o ITESP tenha sido criado apenas em 1991, o impulso se deu no processo de redemocratização da sociedade brasileira, com grande contribuição da ABRA em sua formulação, especialmente na condução de um grupo de trabalho que formulou o anteprojeto de Lei nº 184 de 17 de abril de 1985 sobre os Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários – PVTP, onde previa a criação de sua autarquia, que foi negada pela disputa intrínseca associada a esse projeto. A perspectiva era que a autarquia agilizasse os tramites na implementação de assentamentos, desenvolvesse a extensão rural e possibilitasse a emergência de ideias democráticas (ALVES SOBRINHO, 2008).

A reforma agrária no Brasil, apesar de orientada pelo mercado, é guiada especialmente pela pressão social dos movimentos sociais populares, que protagonizam e apresentam as terras potenciais para a sua desapropriação. São áreas onde ocorrem as ocupações e se montam acampamentos, levando ao INCRA a necessidade de uma avaliação no referido local (LORENZO et al., 2012). Dessa maneira Castilho (2007), consultor-geral da União aponta a importância de se entender a reforma agrária estatal conjugada com os movimentos sociais:

(...) o regime jurídico da desapropriação agrária estatal tem de ser compreendido conjuntamente com os movimentos sociais, sua lógica e suas normas geradas na informalidade, mas decorrentes de necessidades concretas. Assim, se por um lado o Estado tem de se desincumbir da obrigação constitucional de desapropriar para atender o ideal de distribuição igualitária da propriedade, de outro as iniciativas sociais cumprem a função de agentes da assim chamada sociedade civil

na provocação das providências necessárias. Essa idéia mostra, portanto, que as ocupações por iniciativa não oficial e a ação estatal de desapropriação se orientam logicamente pelo mesmo objetivo devendo ambas, por esta circunstância, serem entendidas como legitimadas pela mesma causa eficiente (2007, p. 29–30).

Hoje é clara a relevância e os benefícios de um assentamento rural, para as populações que ali vivem (DA SILVA, 1999; MEDEIROS; LEITE, 2004). Os beneficiários das políticas de assentamentos tendem a constituir uma parcela da população que vive em condições de subcidadania, circunstância que não é apenas definida pelas restrições de geração de renda, mas por trajetórias sociais marcadas pela instabilidade das condições de vida (CAPOANE; DOS SANTOS, 2012). Sua implantação pode refletir na ampliação de circulação de bens, serviços da produção, de forma menos concentrada, gerando impactos positivos na arrecadação de tributos e no aumento dos investimentos públicos (ROMEIRO, 1994). Um exemplo é o estudo feito por Fernandes e Ramalho (2001), verificando que no município de Teodoro Sampaio/SP, entre agosto de 1999 a julho de 2001, os assentamentos rurais próximos tiveram grande relevância em diversas dimensões, como educação, saúde, moradia, organização do trabalho, produção, renda, organização sócio-política e implantação de políticas públicas. Um dos destaques foi a arrecadação de impostos e de circulação de mercadorias, que teve um aumento de 88%, apenas entre 1995 e 1998.

Importante destacar que a forma da sua consolidação e a modalidade de assentamento pode ou não potencializar sua dimensão econômico-social (FERNANDES; RAMALHO, 2001). Sendo inclusive necessário, para sua perenidade (ARAÚJO, 2006). Na maior parte dos assentamentos, as propriedades estão em locais com condições naturais desfavoráveis (CAPOANE; DOS SANTOS 2012), atrelado a isso, existe a morosidade na criação de projetos de assentamentos e a obtenção das áreas pelo INCRA implicando no ordenamento aleatório e espontâneo das famílias (SOARES; ESPINDOLA, 2012).

Entretanto, mesmo quando a ocupação tende a ser ordenada pelo planejamento do assentamento, os lotes acabam sendo divididos de forma padronizada (geralmente retângulos), sem um conhecimento prévio da paisagem, ocasionando graves problemas (CAPOANE; DOS SANTOS, 2012). Entre os problemas ocasionados por esse processo, Wolstein(1998) cita: i) Rede viária sendo planejada no escritório, sem levar em consideração o relevo e hidrografia, ocasionando altos custos na implantação e manutenção; ii) loteamentos em áreas sem aptidão agrícola; iii) distribuição irregular dos recursos hídricos; iv) assoreamento em rios; v)desmatamento em áreas com potencial de uso múltiplo; vi) desconhecimento dos aspectos socioeconômicos dos assentados.

Em uma pesquisa (GUANZIROLI, 1994) resultante de um Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, onde foram estudados 44 projetos de assentamento em maior e menor nível de desenvolvimento, se produziu uma síntese dos principais fatores potencializadores e restritivos no desenvolvimento de assentamentos (Quadro 2).

Quadro 2. Fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos em ordem de importância

Potencializadores	Restritivos
Presença de crédito	Quadro natural
Quadro natural (incluindo a organização de seu uso)	Infraestrutura deficiente (principalmente estradas)
Entorno econômico produtivo e/ou consumidor	Falta de assistência técnica
Organização da produção	Inexistência de organização produtiva e política entre assentados
Assistência técnica	Falta ou demora no acesso ao crédito

Fonte: Adaptado pelo autor, de Guanziroli et al. (1994).

Embora o crédito tenha sido citado como o principal potencializador do desenvolvimento dos assentamentos, o crédito não terá seu potencial se o mesmo encontrar-se um ambiente desfavorável, pelas limitações naturais severas, infraestrutura deficiente, falta de assistência técnica, dentre outros (ARAÚJO, 2006). O quadro natural se apresenta como o principal fator restritivo no desenvolvimento de assentamentos, o que reforça a necessidade de um planejamento adaptado às condições ecológicas do local, ainda que a adequada inserção da variável ambiental nas ações de reforma agrária seja incipiente e tem habitado muito mais o campo do discurso do que o da prática (ARAÚJO, 2006; SOARES; ESPINDOLA, 2012).

As sociedades humanas produzem e reproduzem suas condições de existência a partir da sua relação com a natureza (GUZMÁN CASADO; MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000), dessa maneira, para que a integração do homem ao campo ocorra de maneira perene, mantendo a capacidade produtiva e reprodutiva da relação com a terra, é necessário projetos e modelos de implantação de assentamentos, onde essa distribuição e organização da terra seja adaptada às questões locais e ambientais (CHAVES, 2001).

2.3. Projetos de assentamento e a Agroecologia

A criação de assentamentos é oficializada via Diário Oficial da União, por meio de uma portaria. Nela constam a capacidade estimada de famílias, a área, o nome do projeto de

assentamento e quais os próximos passos na sua implantação. Atualmente o INCRA (2020), tem as seguintes modalidades de projetos de assentamento (Quadro 3):

Quadro 3. Modalidades de projetos de assentamentos criados pelo INCRA e suas características

Modalidade do Projeto de Assentamento	Características
Projeto de Assentamento Federal - PA	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.

<p>Projeto de Assentamento Florestal - PAF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU); • O Incra, em conjunto com Ibama - órgãos estaduais e a sociedade civil organizada - indicará áreas próprias para implantação dos PAFs.
--	---

Fonte: Adaptado, pelo autor, de INCRA (2020)

Além dessas modalidades de assentamentos existem outras que estão cadastradas no sistema de informações (SIPRA) do INCRA (2020) que deixaram de vigorar em 1990, entre elas estão: Projetos de Colonização (PC); Projetos de Assentamento Rápido (PAR); Projetos Integrados de Colonização (PIC); Projetos de Assentamento Conjunto (PAC); Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ); e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD).

Desses projetos de assentamentos, o que mais se vincula com a perspectiva de um assentamento agroecológico é do tipo PDS, modalidade instituída pela Portaria 477/99 editada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que surge pela pauta de seringueiros que tinham demandas específicas no acesso à terra, entre elas a não separação em lotes individuais (JUNIOR, 2011). Assim, dois aspectos importantes diferenciam os assentamentos do tipo PDS de Projetos de Assentamentos (PA) tradicionais, o primeiro é a não demarcação de áreas individuais e o segundo é que não se recebe títulos de domínio para o uso do lote, mas um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da terra (CCDRU) (BRASIL, 2019).

Em SP a construção de assentamentos nessa modalidade se deu por algumas questões estratégicas, entre elas, a escassez de terras, a não exigência de concessão de licenciamento ambiental de competência do estado, e pelo MST oportunizar construção de um novo modelo de assentamento que privilegiasse a organização e a experimentação de uma produção grupal, dentro de uma matriz produtiva agroecológica (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013; JUNIOR, 2011).

Alguns desafios apareceram nesse processo, primeiro que as principais áreas escolhidas foram as dos hortos, advindos de áreas da antiga Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), que são áreas degradadas. Segundo ponto foi o tamanho extremamente baixo de área por família (em média, abaixo de 1 módulo fiscal), que vem no intuito de assentar a maior quantidade de famílias em áreas de grande disputa territorial, especialmente nas proximidades de centros urbanos. O tamanho reduzido dos lotes associado a áreas degradadas restringiu as possibilidades de uma estruturação produtiva, assim como aumentou as contradições do trabalho no campo, que pela falta de incentivos muitos tiveram que trabalhar na cidade, compensando a precariedade vivida (DUVAL; FERRANTE, 2016; GONÇALVES, 2015)

Esses desafios são reflexo da polaridade de forças presentes na execução da reforma agrária, que acaba ocorrendo no esforço mobilizatório dos movimentos sociais em estruturas governamentais precarizadas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013), o que reforçaria a necessidade do envolvimento dos atores sociais em todos os processos de planejamento e organização do assentamento, buscando conectar a paisagem com as populações humanas.

O gerenciamento do ecossistema deve estar associado ao conhecimento e à participação da população local (SACHS, 2001), na compreensão que a força motriz na modificação da paisagem é o ser humano. Isto significa que não existe a possibilidade de se dissociar os desejos e aptidões humanas na consolidação de um assentamento rural, seja ele de base agroecológica ou não.

Ao se estudar alguns dos principais guias metodológicos para o planejamento de assentamentos de Reforma Agrária, como o “Guia metodológico para elaboração de projetos em áreas de assentamento” do PNUD (GONI; CASTRO, 1993), elaborados numa parceria INCRA/PNUD, e a “Análise-diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico”, parceria INCRA/FAO (GARCIA FILHO, 1999) se observa que todos contêm a questão da análise ambiental, assim como o processo participativo inclusos. Mesmo compondo parte dos princípios básicos do INCRA, existe pouco conteúdo nesses materiais que dê materialidade à sistematização dos elementos ambientais, assim como, pouco entendimento do qual tipo e como se aplicar um processo participativo. Não é à toa que em 1998, o INCRA, em parceria com a EMBRAPA, publica “Metodologia para o planejamento, implantação e monitoramento de projetos de assentamentos sustentáveis na Amazônia”, fazendo uma crítica dura ao processo de implantação de assentamentos sem uma boa análise ambiental local anterior (WOLSTEIN et al., 1998).

De forma geral, os guias almejam alcançar uma diversidade de elementos, mas chegam a deixar os processos metodológicos vagos ou insuficientes. Dentre as questões levantadas, a participação acaba ficando de lado, frente à centralidade que ela deveria ocupar nesses processos.

Isso acontece porque, em geral, a lógica do paradigma hegemônico coloca as dimensões humanas em segundo plano, apesar da dimensão econômica-financeira ser até sobreposta por essas relações. “Ao se buscar a reorganização da moradia, ao se estimular a cooperação nas relações sociais e ao cultivar a terra seguindo preceitos agroecológicos, outras dimensões da vida humana começam a se sobrepor à dimensão econômica”(BORSATTO et al., 2007, p. 20).

A participação deve ter centralidade na construção dos assentamentos, já que será por ela que se estabelecerá a ponte entre o humano e o ambiente. Todo planejamento participativo, deve ser visto como algo incremental e articulado, pois o processo educador, presente numa relação dialógica, não é inflexível e estanque, mas se modifica durante o trajeto, devendo ser revisitado, nas atividades e reflexões realizadas, para que os novos passos sejam incrementados a partir da avaliação crítica dos aprendizados propiciados (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2016a). Um assentamento que se pautar pelos princípios da agroecologia tem esse desafio epistemológico, onde não apenas se busca a troca e valorização dos diversos saberes, mas sua isonomia. Onde os sujeitos sejam instituídos em direito e voz, para um pensamento “pós-abissal” (SANTOS, 2007).

Aponta-se então a necessidade da construção de conhecimentos contextualizados, que partam de uma postura e processos dialógicos, numa relação horizontal. A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) acredita que sejam necessárias algumas estratégias na aplicação de metodologias contextualizadas:

- i) interligação entre o físico/químico/biológico com o humano/social/cultural/histórico; ii) o diálogo de saberes, que procura integrar conhecimentos e métodos de diferentes disciplinas da ciência moderna, com os conhecimentos dos agricultores, comunidades e povos tradicionais e indígenas, de movimentos sociais; iii) incorporação dos agricultores e das agricultoras não como objetos mas como sujeitos da pesquisa; iv) sustentação de valores de justiça social, sustentabilidade, participação democrática e soberania alimentar e; v) crítica ao sistema agroalimentar hegemônico sustentada pelo conhecimento produzido (LARANJEIRA et al., 2019, p. 68).

Os princípios, como dispostos acima, devem estar enunciados, evitando cópias descontextualizadas e processos superficiais, apresentando ferramentas e os próprios desafios inerentes ao processo, dando base para o fortalecimento dos órgãos responsáveis a lidarem com as complexas realidades locais na construção de assentamentos rurais sustentáveis. Segundo Lorenzo

et al. (2012), as estratégias fundamentais para um apoio ao desenvolvimento rural sustentável em assentamentos seriam de promover:

- a) Uma atuação abrangente junto às administrações municipais, visando capacitá-las para uma efetiva integração às políticas e aos programas do governo federal de apoio às atividades dos assentamentos e das comunidades quilombolas – inclusive os do campo da economia solidária, tais como os de tecnologias sociais, microcrédito, incubação de empreendimentos solidários e outros. Além dos já relativamente difundidos (...); um esforço para a construção de ambientes e condições facilitadores do diálogo e da atuação conjunta dos agentes públicos locais;
- b) Uma mobilização de esforços visando à criação e/ou o fortalecimento de organizações autônomas, internas aos assentamentos e comunidades quilombolas, tais como associações ou cooperativas;
- c) O estabelecimento de parcerias com universidades e institutos de pesquisa, visando à construção de redes duradouras de apoio às atividades econômicas dos assentamentos, sobretudo no campo da extensão rural e da incubação de novos empreendimentos (...);
- d) A disseminação da filosofia, da cultura e das técnicas da produção orgânica, como condição para a transição para um tipo de produção menos agressiva ao trabalhador do campo e aos recursos naturais, e que, ao mesmo tempo possa oferecer alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade. (2012, p. 82)

Matheus e Feliciano (2021) apontam ser essa a perspectiva de Reforma Agrária promovida pelo MST, sendo um importante instrumento para alcançar melhorias nas condições de vida no campo e na cidade.

A construção de uma reforma agrária agroecológica tem sido colocada como pauta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais do campo. Trata-se não apenas de mudar o padrão técnico dominante com a rejeição aos agrotóxicos, mas de construir outras práticas produtivas, outras formas de comercialização, outras relações de trabalho, outras relações sociedade-natureza que superem a fratura metabólica instaurada pelo capital (ALENTEJANO, 2020, p. 35).

O desafio de uma Reforma Agrária agroecológica ou popular é amplo, especialmente com o país, no âmbito de seu papel internacional, colocado como palco na expansão das monoculturas de grãos, visão intensificada pelo consenso das commodities (SVAMPA, 2012), o que aponta na direção de políticas públicas voltadas à lógica da revolução verde, concentrando terras e aumentando o uso de insumos químicos industriais poluentes.

Entretanto, é através dessa reforma agrária, condizente com a agroecologia, que se permitiria produzir localmente alimentos saudáveis simultaneamente em que se desenvolveria econômica e ambientalmente a região, retirando milhares de pessoas de situação de miséria. É, portanto, papel das diversas forças sociais construir projetos e ações contribuindo num processo participativo e inclusivo na disputa pela terra, associando os princípios da agroecologia em prol de assentamentos agroecológicos, como parte de uma política de combate à miséria, desigualdade, desemprego, e a pandemia, por uma sociedade, onde a vida valha mais que os interesses do capital (ALENTEJANO, 2020).

Sorrentino et al. (2017), sistematizando desafios comuns da experiência de 30 anos em extensão e em ensinagem¹ no Departamento de Ciências Florestais da ESALQ-USP, apontaram a necessidade da implantação de assentamentos agroecológicos, através da alfabetização agroecológica e ambientalista. Assim, seriam necessárias três frentes de atuação, sincrônicas: A viabilização de uma Reforma Agrária Popular (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009); Uma efetiva implantação dos assentamentos de reforma agrária agroecológicos e; Avanços culturais para sociedades sustentáveis e agroecológicas. A universidade teria um papel importante criando canais de ensino-pesquisa-extensão que apoiem esses processos, sendo necessário ainda, desenvolver pontes de diálogos com diversos setores da sociedade, pautando estratégias que permitam o fortalecimento de valores ligados ao “ (...) **bem viver**, à espiritualidade laica, aos cuidados com a vida, às amizades, à participação, aos círculos decultura, à frugalidade/simplicidade voluntária e à felicidade (...)” pois, não serão construídos “(...) assentamentos agroecológicos em territórios áridos e monoculturais. **Assentamentos agroecológicos não serão sustentáveis se as sociedades não forem agroecológicas e sustentáveis (...)**”(2017, p. 114).

¹ Ensinagem como fusão entre ensino e aprendizagem.

2.4. A Universidade e a extensão agroecológica

As primeiras universidades se iniciam no século XI, fundadas na França e Itália, assumindo o papel social das instituições religiosas, realocando a produção de conhecimento dos monastérios, afim de educar a elite da época (burgueses, artesões, e etc.)(CASTRO, 2014). Várias instituições foram simultaneamente construindo alternativas ao modelo de produção de conhecimento voltado à ocidentalização cristã, entretando, ainda assim, a universidade herda uma série de práticas da instituição religiosa, como a filosofia escolástica (de guardião da doutrina, com modelo de ensino baseada na transmissão do saber, por mestre-aprendiz) e o ensino teológico (ALMEIRA FILHO, 2008; SILVA, 2006).

No século XV a estrutura curricular era composta por Teologia e Direito (influência da conformação capitalista burguesa), e também, pela Medicina, consideradas faculdades superiores (da onde deriva o nome de Ensino Superior). Com a emergência do racionalismo, a formação de centros de formação científica aparecem disfarçados dentro das faculdades de filosofia, e o ensino profissional tecnológico, ainda permanecia fora das universidades. Na emergência do capitalismo, o paradigma universitário foi assumindo uma base de “enciclopedismo”, com características do iluminismo (matemática, artes, história natural, e etc.), mas ainda se conformando centro de resistência do conservadorismo (com o foco na defesa do saber doutrinário e oligárquico), articulando a formação humanista, mas de maneira anacrônica (ALMEIRA FILHO, 2008).

Com a explosão do mercado editorial e o avanço do conhecimento com novos produtores de conhecimento (astrônomos, naturalistas, exploradores e etc.) a universidade parecia uma instituição superada, necessitando de mudanças adaptadas ao contexto social-ideológico de sua época. O que começa a acontecer em 1795, com a publicação da “Crítica à razão pura” de Kant, sendo um marco para a primeira reforma universitária, ao apontar que a universidade deveria deixar de obedecer a princípios religiosos e políticos, se constituindo como espaço livre, onde não houvesse um poder externo ao se atextar a verdade. A partir daí abriu-se dois novos modelos universitários, um modelo humboldtiano (baseado no relatório de Humboldt) que definia que a base da verdade para o ensino das faculdades inferiores deveria ser a pesquisa científica, e um modelo pragmático, de atendimento às demandas econômicas (ALMEIRA FILHO, 2008).

Na América espanhola, a universidade chega no século XVI, numa articulação da Igreja com o Estado, baseado no padrão francês que era voltado para a formação de quadros profissionais, organizadas num complexo de unidades autárquicas (ALMEIRA FILHO, 2008; CASTRO, 2014). Em 1918, temos um marco na história universitária latino americana, com a reivindicação de uma plena autonomia universitária, mobilizado pelo movimento estudantil na Argentina, que reverberou suas ideias pelo continente. No Brasil, a universidade demora a chegar

(FALCON, 2006) e é só em 1822 que instituições acadêmicas de Medicina, Leis, Engenharia e Belas Artes foram estabelecidas nas principais cidades brasileiras, ainda que, dentro da lógica escolástica (COÊLHO, 2004), da qual, somente depois da república (1889) se modifica para o modelo francês, já influenciada pela autonomia universitária proposta em Córdoba.

É apenas em 1968 que a universidade pública brasileira tem sua reforma universitária (FRAGA; SIANO, 1991), em plena ditadura, e na confluência de pensamentos distintos, o que “criou uma espécie de salada, ou talvez um pequeno monstro, um Frankenstein acadêmico, tanto em termos de modelo de formação quanto de estrutura institucional” (ALMEIRA FILHO, 2008, p. 137), perdurando até hoje.

Outro marco importante é em 1990 quando houve um incremento no ensino superior, advindo, entretanto, de um processo radical de desregulamentação, abrindo para sistemas privados de educação, que não precisavam seguir os parâmetros de produtora de conhecimento (pesquisa), ensino e a extensão, precarizando a qualidade e o tipo de papel atribuído à universidade e potencializando a lógica técnica e mercadológica. Só com a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, em 1995, que se começou uma regulamentação para se caracterizar a universidade apenas quando compostas por pós-graduação e pesquisa, diferenciando-se das faculdades.

Com as mudanças sociais e culturais, de ideais de laicidade, democracia e democratização do saber, constituídos no processo da revolução francesa e nas lutas sociais do século XX, a universidade moderna tem atuado como uma organização social e não uma instituição social (CHAUI, 2003a). A primeira é basicamente uma prestadora de serviços, que tem de vencer uma competição com seus supostos iguais e a segunda, teria a sociedade como princípio, referência normativa e valorativa, da qual busca romper suas contradições pela sua universalidade social.

O Brasil, após diversos programas governamentais de expansão, ainda não chega a atender nem 4% dos jovens entre 18 e 24 anos, estando ainda muito distante de seus países vizinhos, como a Argentina, com 40%, Venezuela com 26%, Chile e Bolívia com 20% (FONSECA, 2018; SILVA; RIBEIRO, 2012).

Para Santos (2008), a universidade pública do século XXI passa por três grandes crises: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. A primeira advém das contradições entre a função tradicional da Universidade de formar conhecimentos, nos âmbitos científico e humanístico e de produzir conhecimentos instrumentais e padrões culturais, exigidos no capitalismo do século XX. A crise da legitimidade teria origem, no fato de

(...) a Universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes (...), por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da Universidade e da reivindicação da

igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, por outro (SANTOS, 2008, p. 13).

E, finalmente a crise institucional, que viria da contradição entre a reivindicação da autonomia, dos valores objetivos da Universidade, com a crescente pressão de submissão de critérios de eficácia e de produtividade dentro da lógica empresarial ou de responsabilidade social.

Os desenvolvimentos da última década colocam desafios muito exigentes à universidade e especificamente à universidade pública, que apesar de continuar a ser a instituição de excelência do conhecimento científico, é alvo fácil de crítica social. Isso se dá porque a especificidade da universidade enquanto bem público reside em ser uma instituição produtora de conhecimentos, dentro de processos formativos, com um espaço público de discussão crítica e aberta. Com as significativas mudanças no âmbito das relações entre conhecimento e sociedade, especialmente epistemológico, a universidade deve caminhar no sentido do conhecimento pluriversitário, que seria um “(...) conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada (...)” (SANTOS, 2008, p. 41). Um conhecimento extra-muro, que se dá no diálogo com outros conhecimentos, inserindo cada vez mais a ciência na sociedade e a sociedade na ciência. Dessa forma a extensão teria um papel importante, onde

(...) as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. (SANTOS, 2008, p. 67),

Especialmente se ela vier com o carácter pesquisante, numa perspectiva da Ecologia dos Saberes, fortalecendo assim, o papel e legitimação da nova universidade necessária.

2.4.1. Extensão Universitária

A prática da extensão nas universidades brasileiras tem início no começo do século XX. Os primeiros relatos vêm da USP, em 1911, influenciada pela Inglaterra, que já em 1871 oferecia conferências e cursos na perspectiva de “levar o saber” às camadas populares e por volta de 1920, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, com a prestação de serviços, prática influenciada pelos EUA. No Brasil, apesar da atividade básica da universidade fosse ainda o ensino, algumas universidades desenvolviam extensão, mas sempre dentro desses dois modelos assistencialistas (NOGUEIRA, 2019; PIRES DA SILVA, 2020).

No final da década de 50 e 60 o movimento estudantil, especialmente aquele vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu, uma mobilização cultural e política pelo país, contribuindo no repensar da atuação universitária e da institucionalização da extensão (GOMEZ; CORTE; ROSSO, 2019). Segundo Nogueira:

Os estudantes brasileiros, em diversas universidades, realizam atividades extensionistas bem além da regulamentação oficial das instituições. São atividades, em geral, desvinculadas da instituição universitária, marcadas por forte cunho político ideológico, direcionadas à conscientização das camadas populares quanto aos seus direitos, denotando influências do pensamento freiriano. Dedicaram-se a campanhas de alfabetização de adultos, de saúde, de cultura popular, de saneamento e assistência jurídica, cursos para mestres de obras e líderes sindicais, e projetos de assistência junto a comunidades mais carentes, como favelas e bairros operários. Defendem a proposta de expor a universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo, no interior dos Estados. (2019, p. 148)

Esse processo ocorre já em período ditatorial, que ainda com ideias divergentes, confluem numa reforma de base para a extensão universitária, e três iniciativas significativas contribuíram nesse sentido, sendo: A criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), em 1966; O Projeto Rondon, em 1967 e; A promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68). Os dois projetos iniciais tiveram o mérito de propiciar experiências importantes de universitários/as junto às comunidades rurais, já a lei, instituiu oficialmente a extensão nas universidades (GADOTTI, 2017).

Ela aponta um ensino voltado às comunidades: “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, artigo 20), onde a extensão seria uma forma oportunizar essas melhores condições de vida, definindo que:

As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (...). (BRASIL, 1968, artigo 40).

Na década de 70 outra etapa importante na consolidação da extensão universitária foi a criação de uma comissão mista entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior, afim de propor medidas no fortalecimento institucional da extensão universitária. Um destaque dessa comissão foi a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que desenvolveu um Plano de Trabalho de Extensão Universitária influenciado pela perspectiva freiriana, onde a extensão foi definida como uma ação institucional voltada para o atendimento das populações e organizações, e como uma retroalimentação na troca de saberes acadêmicos e populares. Foi um marco na concepção da extensão, que aponta as comunidades como sujeitos e não mais como objetos da prática extensionista. Esse avanço foi sincrônico com a abertura no regime militar, onde a pressão social estava em alta e mobilizou o surgimento de diversos movimentos sociais, associações civis e sindicais (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA, 2012; NOGUEIRA, 2019; PIRES DA SILVA, 2020; SERRANO, 2013).

Outro marco na ressignificação da extensão e na sua institucionalização foi a criação em 1987 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)(1987), que compactua o seguinte conceito:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (1987, p. 11)

Dessa maneira, em consonância com o FORPROEX, a Constituição federal de 1988, institui no Artigo 207 (BRASIL, 1988) que define a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de estabelecer que as atividades de pesquisa e extensão deveriam receber apoio financeiro do poder público. A partir daí, outros eventos foram, não só, reforçando a extensão

como finalidade universitária, mas o seu próprio caráter dialógico e democrático, como aponta a Política Nacional de Extensão Universitária(2012)

(...) no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e às regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (2012, p. 17)

Entretanto, na prática, a extensão universitária se confronta com duas visões distintas, uma alinhada com a lógica mercantilista e elitista associada à prestação de serviços ou ao assistencialismo e outra se confronta numa perspectiva de democratização universitária, vertente que entende a extensão como comunicação de saberes (GADOTTI, 2017; OLIVEIRA; DE ARAÚJO; DE QUEIROZ, 2017). A vertente da democratização da universidade cumpriria com um papel de diminuição das desigualdades sociais e o exercício de cidadania (MEDEIROS, 2017).

Esse tipo de extensão dialógica é uma forma de reconhecer que o saber é produzido de forma social, como um processo dinâmico, o que impõe à Universidade criticidade, intencionalidade e sistematicidade no ato de conhecer, rompendo o modelo científico que considera o saber como algo acabado e estático, pronto para ser transmitido e assimilado sem questionamentos (CRUZ, 2015). Para Moita e Andrade (2009) essa indissociabilidade seria o próprio princípio orientador da qualidade da produção universitária, necessária ao fazer universitário autônomo, competente e ético.

Atualmente, com o crescente modelo neoliberal e necropolítico (HILÁRIO, 2016), a universidade pública vem sofrendo um desmonte, com o corte de recursos e perda da autonomia (SOUZA DA SILVA KOGLIN; KOGLIN, 2019). Assim, mais do que nunca, se torna necessário disputar o espaço universitário, como instrumento de mudança social, caminhando junto com a

conquista de direitos, em defesa da democracia (GADOTTI, 2017) e na transição paradigmática para outra cultura na Terra, terra e território (SORRENTINO; DA SILVA, 2019).

2.4.2. Extensão Universitária com Agroecologia

A extensão universitária agroecológica tem um papel importante na formação de novos profissionais, pois as

(...) alterações climáticas; o problema da desigualdade e da fome; o surgimento e a visibilidade das outras formas científicas e culturais de fazer agricultura, certamente vêm exigindo a formação de um profissional capaz de compreender esta realidade e toda a sua complexidade para agir a partir de uma lógica de construção de territórios sustentáveis. (SILVA; SOUSA; ASSIS, 2017, p. 255)

No Brasil, foi em meados de 2000, com o surgimento de cursos de agroecologia em instituições formais de ensino que a ela ganha eco no mundo científico, com suas raízes junto aos movimentos sociais, e fortalecida pela ABA (SILVA; SOUSA; ASSIS, 2017; VILLAR et al., 2013). Em 2003, com a entrada de um campo democrático no poder, abriu-se a discussão sobre a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, e a necessidade de sua reestruturação nacional, em uma nova política. Assim, o Departamento de ATER (DATER) com a participação de vários sócios da ABA, começam um processo participativo para a formulação de uma Política Nacional de ATER (PNATER). A política foi fruto da mobilização dos esforços de movimentos sociais e do reconhecimento do potencial da agricultura familiar frente à carência de ações governamentais voltadas para este segmento social (MORAES et al., 2013; RIOS THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017). O objetivo geral da PNATER era:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (2004, p. 9)

Um dos princípios da PNATER era a adoção de uma abordagem inter e multidisciplinar orientada pela agroecologia, dessa maneira, estimulando a adoção de diferentes enfoques metodológicos participativos e de tecnologias baseadas na agroecologia. Os financiamentos

públicos tiveram grande importância no fomento da interface de pesquisa com a extensão rural nessa perspectiva. O primeiro foi em 2004, com o edital CT-AGRO/MCT/MDA/CNPq nº 022/2004, voltado a projetos de tecnologias apropriadas à agricultura familiar, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrindo possibilidade de financiamento para iniciativas no âmbito da agroecologia. Mas só em 2009, com o edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater nº 033/2009, houve uma linha específica sobre agroecologia, voltada à realização de estudos e pesquisas sobre metodologia e prática da extensão rural agroecológica (VILLAR et al., 2013).

A extensão universitária agroecológica teve uma expressiva contribuição, fomentada especialmente a partir de 2010, com o edital MDA/SAF/CNPq – nº 58/2010, que tinha entre seus objetivos, a criação e o fortalecimento de núcleos, redes de núcleos de estudo em agroecologia e sistemas orgânicos de produção (NEAs e R-NEAs) e centros vocacionais tecnológicos (CVTs), mobilizando profissionais atuantes em instituições científico-acadêmicas em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) pelo país. De 2010 a 2017, foram oito chamadas públicas e um montante de R\$ 62.612.000,00 aportado a aproximadamente 150 NEAs, em pelo menos 380 projetos, envolvendo cerca de 61 mil pessoas, nas cinco regiões brasileiras (BORSATTO et al., 2021; HAAS; RAMBO; BOLTER, 2018; SOUZA et al., 2017; VILLAR et al., 2013). Os NEA's

tornaram-se referências em seus territórios e pontos de convergência de ideias e pessoas envolvidas nas discussões sobre agricultura familiar e produção de alimentos saudáveis, por exemplo, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, troca de experiências agroecológicas, questões de gênero, circuitos curtos de distribuição de alimentos, e acesso à terra e água. Os NEAs se articulam com outras políticas voltadas para a agricultura familiar, desempenhando importante papel na formação de extensionistas e produtores rurais, ampliando a circulação de informações e, conseqüentemente, o acesso às demais políticas. (BORSATTO et al., 2021, p. 6, tradução nossa)

Os NEA's, entretanto, sofrem do desafio da estrutura ainda conservadora das IES em relação à articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão como parte estratégica das instituições, refletindo na demanda pelos recursos advindos desses editais, que disponibilizam profissionais, bolsas e material de consumo para as atividades. E como há inconstâncias das chamadas públicas e dos recursos disponibilizados, essa descontinuidade implica em planejamentos de apenas um ou dois anos, tendo pouca capacidade de efetivar pesquisas participativas mais duradouras, e portanto mais estruturais (JACOB, 2011; SOUZA et al., 2017).

Há uma variedade de iniciativas na abordagem da agroecologia entre as diferentes instituições, por grupos de estudantes, centros de pesquisa e extensão, em cursos de agroecologia em iniciativas de movimentos sociais a partir de suas escolas de formação (MOLINA et al., 2014). Ainda assim os NEA's têm se tornado pontos aglutinadores de pesquisas, formação e ações em agroecologia, possibilitando integrar diferentes processos metodológicos, capazes de aproximar sujeitos distintos e aliar conhecimentos técnicos-acadêmicos com a diversidade de saberes tradicionais, com foco na participação e construção conjunta (BERALDO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2018; SILVA; SOUSA; ASSIS, 2017; SOUZA et al., 2017)

Segundo Sousa (2017), em geral

(...) as instituições de educação agrícola de ensino médio e superior têm formado profissionais baseados em um modelo agrícola produtivista procurando a obtenção de altos rendimentos, através da mecanização agrícola, a aplicação intensiva de agrotóxicos, uso de fertilizantes quimicamente sintetizados, o uso de variedades de plantas melhoradas artificialmente, e a utilização de técnicas "modernas" de manejo, acompanhando as orientações gerais dos processos de modernização da agricultura mundial. (SOUSA, 2017, p. 1)

Poderíamos relacionar esse paradigma presente na universidade com a lógica e condução atual da ATER, que segundo Rocha e Nobre (2017, p. 280) “a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER cumpre um papel estratégico na agricultura, seja para reprodução e manutenção do *status quo*, dos paradigmas, do modelo, ou para a transformação e superação do mesmo”. Dessa maneira, a extensão pode trilhar um caminho de aumento na dependência externa, na desvalorização do conhecimento produzido localmente e inclusive, no aumento da fome no campo, papel que a ATER tradicional cumpriu durante a modernização agrícola (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Do ponto de vista metodológico, predominou a perspectiva difusionista ensinada pelas universidades e colocada em prática pelas instituições de assistência técnica e extensão rural, onde há o descolamento total da técnica do contexto social em que ela se produz e pelo qual é produzida (FREIRE, 1983). O próprio uso da palavra extensão revela a perspectiva utilizada, que é a de estender algo a alguém que não tem. Traz em si, a lógica de objetificação do sujeito, tornando-o um tipo de receptáculo. Paulo Freire (1983) questiona esse conceito, revelando que método de levar o conhecimento, desconsiderando seus saberes, suas histórias de vida, as culturas locais e suas realidades, serviria a uma manutenção opressora, por mais bem-intencionada que seja a pessoa.

Assim, tal qual a sociedade, a universidade é constituída não só por diferentes visões de mundo, como por visões conflitantes, onde sua produção de conhecimento incorporação são processos atravessados por relações de poder (JACOB, 2011). A universidade, ao optar pela agroecologia, estaria por remodelar sua estrutura, buscando superar as crises da universidade pública apontada por Santos (2008), convergindo a pesquisa ensino e extensão numa Ecologia de Saberes, reconstituindo o espaço simbólico e epistémico da academia no sentido de sua democratização.

2.5. Objetivo Geral

Contribuir na construção de conhecimentos acerca da extensão em prol de Assentamentos Agroecológicos

2.6. Questões Suleadoras²

Segue abaixo algumas questões que contribuiriam no desenvolvimento da pesquisa:

- O que é um Assentamento Agroecológico?
- Quais foram as estratégias do Motyrõ na perspectiva de construir um Assentamento Agroecológico junto ao Acampamento Elizabeth Teixeira? Quais os principais desafios e potencialidades nessa construção?
- Como desenvolver uma extensão universitária condizente com essa perspectiva?

2.7. Objetivos específicos

- Relatar e analisar a prática extensionista do grupo Motyrõ junto ao Acampamento Elizabeth Teixeira- Limeira/SP;
- Apresentar desafios e potencialidades da extensão universitária na construção de um Assentamento Agroecológico, partindo de um estudo de caso e;
- Contribuir para o delineamento de uma definição de assentamentos agroecológicos.

² Aqui se decidiu reforçar a perspectiva de uma atuação dentro do pensamento pós-abissal, reforçando o olhar para o Sul simbólico, invés do Norte, como trazido por Boaventura de Sousa Santos em diversas obras.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Quando se inicia um trabalho, deve-se introduzir algumas das bases que o constituíram. Isso remonta à noção do que o/a autor/a define como conhecimento (ontologia), como estes serão validados (epistemologia) e quais os princípios que o compõem (axiologia). Nessa perspectiva, a presente pesquisa está orientada a partir da alegação reivindicatória e participativa (CRESWELL, 2010), da qual, se constroem práticas dialéticas, participativas, numa postura de transformações sociais.

Ela se contorna como um estudo de caso exploratório (GOLDENBERG, 2011; MINAYO, 2010) a partir de uma abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010; HAGUETTE, 2001; MINAYO, 2010), multirreferencial (ARDOINO, 1998; BARBOSA, 1998), tendo como foco o processo de potencialização das intervenções sobre a realidade, sendo, neste caso, uma Pesquisa Participante (BARBIER, 1985; BRANDÃO; BORGES, 2007; FRANCO, 2005) com inclinação sobre as percepções do pesquisador.

Diversas técnicas de pesquisa foram utilizados na realização deste trabalho, entre elas: questionários abertos, e semiestruturadas (HAGUETTE, 2001), grupo focal (ARANTES; DEUSDARÁ, 2017; BARBOUR, 2009), revisão bibliográfica, análise documental (LIMA; MIOTO, 2007), caderno de campo (CRESWELL, 2010; LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLITICA AMBIENTAL - OCA, 2016a), e análise de conteúdo (BARDIN, 1977; MORAES, 1999)

A seguir, serão apontados alguns elementos metodológicos que se alinham e alguns conceitos que circundam esta pesquisa, permitindo um melhor entendimento sobre quais foram suas bases.

3.1. Sobre a abordagem qualitativa

nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2010, p. 17).

Segundo Creswell,

uma técnica *qualitativa* é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e

historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas (...) (CRESWELL, 2010, p. 35).

A pesquisa qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação, métodos de coleta e análise de dados. É emergente, em vez de pré-configurada, entendendo que muitos elementos surgem durante o pesquisar e as questões de pesquisa podendo mudar e serem refinadas à medida que o pesquisador descobre o que perguntar, e para quem fazer as perguntas. Ela permite fazer uma interpretação, pessoal e teórica, mencionando as lições aprendidas, oferecendo mais perguntas a serem feitas. É uma reflexão sistemática sobre quem é o/a pesquisador/a e qual a sua investigação, sendo sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo. O eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador. Isso também representa honestidade e abertura para pesquisa, reconhecendo que toda investigação é carregada de valores e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para os procedimentos no estudo qualitativo (BECKER, 2014; CRESWELL, 2010; MINAYO, 2010).

Segundo Minayo (MINAYO, 2010), a análise pode apontar três finalidades - estabelecer uma compreensão dos dados coletados confirmando ou não os pressupostos da pesquisa; responder as questões formuladas e; ampliar o conhecimento investigado articulando com o contexto cultural do qual faz parte. Na perspectiva do estudo de caso, o

(...) pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas. Os casos são agrupados por tempo e atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas usando uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo (CRESWELL, 2010, p. 32).

3.2. A Multirreferencialidade

Aqui, situada a partir da ideia do autor-cidadão, onde o sujeito, ao viver expressa sua cidadania nas transformações do mundo que o rodeia e aprendendo com elas se constrói na Multirreferencialidade. É uma abordagem não fechada em si, mas aberta à complexidade da realidade e à interiorização do sujeito como autor que também é cidadão (BARBOSA, 1998b). Se pauta numa leitura plural dos objetos, formando uma bricolagem sobre a construção de ferramentas, com intenção praxiológica de compreender e atuar sobre a realidade, que segundo

Ardoino (1998), “se exprime através de uma fazer social-histórico que postula uma dialética do instituído e do instituinte” (1998, p. 34), unindo o/a pesquisador/a ao objeto conduzindo ferramentas que permitirão contar um pouco mais sobre uma parcela da complexidade daquela situação (ARDOINO, 1998).

3.3. Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que possibilita compreender a mensagem além de seus significados imediatos. Possui duas funções que coexistem: a função heurística, que objetiva explorar e aumentar a propensão à descoberta, e a função de prova, quando busca confirmar uma questão (BARDIN, 1977; SCHIAVINI; GARRIDO, 2018)

Ela tem vantagens quando comparada com outras técnicas de análise, pela comunicação ser aspecto central na interação social. Ela opera diretamente no texto ou nas transcrições da comunicação humana, empregando operações quantitativas e qualitativas (SCHIAVINI; GARRIDO, 2018)

Ela se organiza em três polos cronológicos, a pré-análise, exploração material e o tratamento dos resultados com a inferência e a interpretação. A primeira tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais, conduzindo a escolha de materiais e objetivos que podem se modificar durante o tempo. A exploração material consiste basicamente na leitura, fazendo a codificação, desconto ou enumeração do material selecionado. Por último, os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos, buscando encontrar relações estatísticas quando essas forem possíveis, e quando não, levar em conta o contexto (BARDIN, 1977). Dessa forma, a análise de conteúdo auxilia na superação da incerteza e no enriquecimento da compreensão da mensagem (BARDIN, 1977; SCHIAVINI; GARRIDO, 2018).

3.4. Pesquisa Engajada: Pesquisa Participante e Pesquisa-Ação

A Antropologia inventou um método participante e com a influência do marxismo, a observação participante que buscava “conhecer para explicar” se transformou em pesquisa participante, que procurava “compreender para servir”³(BRANDÃO, 1999). Nem toda pesquisa

³ Como a célebre frase de Karl Marx, tese nº 11, na Tese sobre Feuerbach : “*mudar o mundo, além de interpretá-lo*”.

baseada na observação participante, também denominada pesquisa etnográfica, é realizada sob os parâmetros do método dialético, vertente que encontrou ressonância significativa na América Latina nas últimas décadas do século passado (KROHLING PERUZZO, 2017).

Outros métodos foram sendo desenvolvidos, associados à transformação social, especialmente, como a Pesquisa Participante (PP), que, segundo Brandão, romperia até certo ponto, com a tradição etnográfica (BRANDÃO, 1999). Aqui entra num conceito que precisa ser contextualizado, pois na América Latina a PP se confunde com a Pesquisa-Ação (PA), encontrando princípios e ferramentas comuns para ambos os conceitos (GAJARDO, 1986).

Na PP, a ciência sofre uma ruptura epistemológica ao se inclinar a tornar o objeto também sujeito da sua realidade e do próprio conhecimento, em um caminho dialético, recíproco (SCHMIDT, 2006). Nesse sentido, o/a pesquisador/a atua como parte do grupo, ao mesmo tempo que investiga, utilizando-se do método dialético e da práxis, ainda que muitas vezes, nesse tipo de pesquisa, o/a pesquisador/a continua se diferenciando do grupo, enquanto autor daquilo que foi vivenciado.

Krohling Peruzzo(2017) explicita suas características como sendo: 1) Pesquisador se envolve no grupo participando das suas atividades; 2) Pesquisador compõe o grupo, que além de observar se envolve no processo; 3) O grupo pesquisado conhece as intenções da pesquisa e do pesquisador; 4) O vínculo com o pesquisador é anterior ou a partir do início da pesquisa e; 5) Pesquisador se compromete com a retomada das reflexões sobre o processo pesquisado.

É uma pesquisa que problematiza a relação pesquisador-pesquisado, mas com inclinação ao pesquisador. Esse tipo de pesquisa pode se originar do grupo ou do próprio pesquisador e muitas vezes as próprias limitações do contexto pesquisante é que irão ditar se a pesquisa é uma PP ou uma PA, como em pesquisas, por exemplo, com requisitos na obtenção de títulos acadêmicos, falta de recursos, pouca disponibilidade de tempo durante a pesquisa, entre outros.

A PA aparece primeiramente como *Action-Resarch*, criada pelo pesquisador Kurt Lewin, na década de 40, definida como uma pesquisa psicológica de campo, onde não se espera “*uma ação sem pesquisa ou uma pesquisa sem ação*”, que tem como objetivo uma mudança de ordem psicossocial, na perspectiva de uma pesquisa que atua em nível realista, acompanhada de uma reflexão autocrítica e de avaliação de resultados. Ainda na linha de Lewin, esse conceito foi se transformando numa questão clara de implicação, onde se buscava simultaneamente alívio às preocupações das pessoas como no desenvolvimento das ciências sociais (BARBIER, 1985).

Essa PA não detinha em si, necessariamente, a transformação radical das estruturas, acabando por favorecer as estruturas, já que buscavam trazer “alívio” e não solução profunda sobre os problemas enfrentados. O movimento de PA conectada com a dialética praxiológica junto à

comunidades marginalizadas surge só a partir dos anos 60 e se fortalece na década de 80, iniciado primordialmente a partir da elaboração de projetos auto-gestionados de mudança social (GAJARDO, 1986). Esse tipo de pesquisa caminhou de forma muito similar à construção de projetos colaborativos e comunitários, desenvolvida por Desroche, que durante meio século se dedicou aos estudos ligados a movimentos organizativos do tipo comunitários, baseado nos valores dos socialistas utópicos, que destacam a democracia cooperativa, animação cooperativa e a ética cooperativa (THIOLLENT, 2006). Desroche influenciou autores importantes no entendimento da Pesquisa-Ação, como Khalid El Andaloussi, André Morin e Michel Thiollent.

A PA se constitui num tipo de PP porque, e em alguma medida, se serve da Observação Participante e prioriza a participação no polo investigado frente à ação planejada de intervenção (THIOLLENT, 2006). Além do pesquisador como parte do campo investigado, a presença de um outro que, na medida em que participa da pesquisa como sujeito ativo, se educa e se organiza, apropriando-se, para a ação, de um saber construído coletivamente. Neste sentido a alteridade é visada como *co-produtora* da mudança social (SCHMIDT, 2006).

Ao falar de PA ou PP, é essencial entender que ela não se sustenta na epistemologia positivista, e pressupõe a interrelação entre fatos e valores, ação e pensamento e, entre sujeito e existência, de maneira dialética (FRANCO, 2005). Ela considera a voz do sujeito, o seu sentido, a sua perspectiva, mas não para registro e interpretação do pesquisador, ela fará parte da estruturação metodológica durante o processo investigativo. Ela adapta a partir das situações relevantes que surgem do processo vivido (PIMENTA, 2005).

Franco (2005) define os princípios fundantes na prática educativa da Pesquisa-Ação: 1) Ação conjunta entre pesquisador-pesquisados; 2) Pesquisa no próprio ambiente das práticas; 3) Condição de autoformação na perspectiva da emancipação dos atores sociais; 4) Compromisso com procedimentos crítico-reflexivos sobre a realidade; 5) Dinâmica que estabeleça o coletivo como referência na apreensão contínua dos significados construídos e em construção; 6) Busca da superação das condições alienantes, de opressão e massacre; 7) Ressignificação coletiva articuladas ao seu contexto sociohistórico e; 8) Desenvolvimento cultural dos sujeitos da ação.

Tanto ao PA como a PP se evidenciam sob uma perspectiva educadora e de superação das condições de opressão, sendo mote importante, enquanto um tipo de pesquisa engajada, necessária na transição paradigmática e em prol de uma Ecologia de Saberes

3.5. Descrição Metodológica

As “(...) pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”(GIL, 2008, p. 27). Dessa maneira, a presente pesquisa busca analisar e sistematizar (HOLLIDAY, 2006) a atuação do grupo Motyrõ – Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ-USP frente à extensão junto ao Acampamento Elizabeth Teixeira, situado em Limeira/SP, buscando apresentar uma visão geral sobre os desafios e potencialidades na prática extensionista em prol de assentamentos agroecológicos. Para isso, a pesquisa contou com diferentes instrumentos buscando melhor responder as questões que deram sul à pesquisa. Para a coleta de dados foi utilizado:

- i) Análise documental: a partir dos materiais elaborados pelo grupo Motyrõ, desde a sua criação até as últimas atividades desenvolvidas junto ao Acampamento Elizabeth Teixeira. O grupo conta com diversos materiais, entre eles: relatórios, vídeos, projetos, resumos científicos, apresentações, DRP, documentos institucionais e planos de intervenção;
- ii) Caderno de campo: durante as reuniões, visitas e atividades desenvolvidas com o grupo Motyrõ e no Acampamento Elizabeth Teixeira, as percepções do pesquisador foram anotadas, buscando identificar processos não descritos pelos dados coletados, contribuindo na qualidade da análise exploratória;
- iii) Questionários: foram aplicados 2 questionários, sendo o primeiro um questionário semi-estruturado, de ampla divulgação, para pessoas que atuam na área da agroecologia, buscando responder acerca do conceito de assentamentos agroecológicos. O segundo foi um questionário aberto, aplicado para as pessoas que fizeram parte do grupo Motyrõ, buscando entender a percepção sobre os desafios acerca da extensão universitária, agroecologia e reforma agrária, assim como, identificar os aprendizados e resultados da organicidade do grupo e;
- iv) Grupo focal: aplicou-se uma entrevista focal com o grupo Motyrõ, durante um processo de avaliação e planejamento. O grupo focal teve como objetivo dialogar sobre os desafios na construção de um assentamento agroecológico.

Para a análise de dados foi feita uma triangulação de dados e de fontes, que “(...) significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa.” (ABDALLA, 2013, p. 4), buscando encontrar uma consistência nos resultados obtidos. A análise foi baseada na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), e contou com a contribuição do próprio grupo Motyrõ sobre alguns tópicos.

Os resultados obtidos foram divididos em 5 tópicos, que buscaram responder a algumas questões que deram sul à pesquisa. Cada tópico, apesar de analisados sob o viés da triangulação, apresenta maior aprofundamento em um ou mais instrumentos de pesquisa. Segue abaixo uma melhor descrição sobre seu desenvolvimento metodológico.

3.5.1. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição

Para identificar se a atuação do Motyrõ dialoga com a perspectiva de um assentamento agroecológico se optou por fazer formulação conceitual. Para tanto, se utilizou da coleta de dados de um questionário semiestruturado, contendo 33 questões (Anexo B), aplicado através do formulário *google forms*, focado em pessoas que desenvolviam atividades ligadas à Agroecologia. Nessa dissertação o respectivo questionário estará contribuindo no diálogo com alguns resultados, mas o conjunto de seus resultados será aprofundado em pesquisas posteriores.

Pesquisas através de formulários é uma alternativa amplamente utilizada e um facilitador, em relação à distribuição, coleta e organização de dados (NORONHA; SALES; FONSECA, 2019; SILVA; LÓS; LÓS, 2011). Do questionário foram utilizadas para análise, as questões referentes à definição conceitual de Agroecologia, de Assentamentos Agroecológicos e, sobre a experiência e atuação na área. O questionário foi amplamente distribuído entre os dias 07/10/2020 e 10/11/2020, via *WhatsApp*, *Instagram*, e *Facebook*, em especial para grupos relacionados à temática da Agroecologia.

Para o tratamento de dados, foi utilizado o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Os softwares que oferecem auxílio nas análises de dados qualitativas têm aumentado, desde a década de 80, com a criação dos primeiros programas, denominados CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*). Entre as vantagens estão o auxílio na organização e separação de informações, maior eficiência na localização de segmentos de textos e agilidade na codificação (CAMARGO; JUSTO, 2013).

O IRAMUTEQ é um *software* livre, que advém de um movimento pelo compartilhamento do conhecimento tecnológico baseado em princípios como liberdade de uso, cópia, modificações

e redistribuição. Desenvolvido na linguagem Python, utiliza funcionalidades providas pelo *software* estatístico R. No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais. São cinco possibilidades de processamento de dados textuais: i) pesquisa de especificidades de grupos; ii) estatísticas textuais clássicas (quantidade e frequência de palavras, palavras únicas (coeficiente de Hapax), identifica e busca palavras de acordo com as classes gramaticais e com base na raiz (lematização); iii) Classificação Hierárquica Descendente (por consequência, Análise Fatorial de Correspondência); iv) análises de similitude; e, v) nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013; RAMOS; LIMA; ROSA, 2018; SOUZA et al., 2018)

Importante reforçar que os *softwares* são considerados ferramentas de processamento dos dados, e não um método de pesquisa, o que torna seus resultados instrumentos de exploração, busca e associação (CAMARGO; JUSTO, 2013), contribuindo na construção de categorias intermediárias, das quais ajudam na análise mais aprofundada pelo pesquisador (RAMOS; LIMA; ROSA, 2018).

Cada análise textual é separada em três etapas - a preparação e codificação do texto do *corpus*, o processamento do software e a interpretação dos dados. Recomenda-se que o *corpus* tenha pelo menos 20 textos, que é chamada de Unidade de Contexto Inicial (UCI). Nesse caso, foram 46 textos (quantidade de respostas do questionário), organizados em um arquivo único. Cada resposta foi separada, gerando uma variável (n), contendo, o título da pergunta, com uma variável sobre o tempo de trabalho no campo da Agroecologia (até 5 anos, 5-10, 10 ou mais) e qual tipo de organização pertence (pública ou privada), buscando encontrar correlações entre as respostas e as respectivas variáveis. O arquivo foi salvo como documento de texto com codificação de caracteres no padrão UTF-8 (*Unicode Transformation Format 8bit codeunits*). As respostas processadas se deram a partir das perguntas “Descreva: O que você entende por Agroecologia?” e “Descreva: O que você entende por Assentamento Agroecológico?”.

Foi realizado uma revisão ortográfica dos textos, adequação das siglas e junção de palavras compostas por *underline*, como por exemplo, “*soberania_alimentar*”, para que o algoritmo reconheça como uma palavra única. A palavra “*Agroecologia*” foi suprimida da primeira pergunta, assim como a palavra “*Assentamento Agroecológico*” da segunda pergunta, para melhor interpretação dos resultados.

Para a primeira pergunta foi possível utilizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que é uma das análises mais comuns, enraizadas no algorítmico do ALCESTE que permite a recuperação do contexto em que as palavras pertencem (RAMOS; LIMA; ROSA, 2018). Nessa análise, os segmentos de texto (ST) são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e apresentam majoritariamente, por volta de três linhas, caracterizado pelo conjunto

de texto que se pretende analisar. O ST é repartido e organizado em função da frequência de formas léxicas reduzidas e agrupadas por palavras estatisticamente significativas dentro de Unidades de Contexto Elementar (UCE), que compõem um agrupamento de classe. Elas são representadas pela sua proximidade ou distância, gerando um dendrograma (SOUZA et al., 2018)

Outro processamento aplicado nas duas questões foi a análise de similitude, que detecta o grau de conexão dos diversos elementos do texto, em uma representação, onde os elementos centrais se enunciam como função “geradora” desses segmentos, sendo portanto, as mais centrais e com maior destaque no discurso (DONATO et al., 2017). A partir do processamento de dados, os resultados foram interpretados com base na bibliografia correlata, buscando construir a categoria de assentamento agroecológico.

3.5.2. Construindo relações: Acampamento Elizabeth Teixeira e o Motyrõ

Nesse tópico, se buscou analisar o trajeto de atuação do grupo Motyrõ, desde a sua criação até a finalização das atividades junto ao acampamento Elizabeth Teixeira. Para isso, se utilizou da análise documental e do caderno de campo, entre agosto de 2018 a maio de 2020, gerando um quadro (Quadro 5) com as principais atividades desenvolvidas em cada mês.

Após essa construção, se propôs uma síntese apontando a atuação grupo por um viés interno e externo, junto ao acampamento. Dividindo essas ações em momentos e em situações-chave, que geraram a transição para outra fase de atuação. Com essa elaboração inicial, a síntese foi levada em uma reunião com o grupo no dia 08/12/2020, sendo problematizada e reelaborada coletivamente.

3.5.3. Os desafios e potencialidades na construção de um assentamento agroecológico pela perspectiva do Motyrõ

Para a sistematização dos principais desafios e potencialidades foi utilizado o resultado do grupo focal (Anexo A), do questionário sobre a prática do grupo Motyrõ (Anexo C), da análise documental, e do caderno campo, dialogando com a perspectiva do autor-cidadão.

O grupo focal foi realizado com a participação de 10 membros, no dia 14 de fevereiro de 2020, em meio à avaliação e planejamento semestral do Grupo Motyrõ, na Casa do Bem Viver na ESALQ-USP. Importante reforçar que o grupo tem como prática uma avaliação semanal das atividades decorridas, além das avaliações semestrais, onde ocorre o planejamento das atividades.

Essas avaliações foram então complementadas na análise, junto com as anotações de caderno de campo.

O diálogo do grupo focal se deu após a construção de uma “memória coletiva” das ações do último ano e da retomada do último planejamento e avaliação. As questões foram encaminhadas anteriormente e as questões foram introduzidas a partir de uma dinâmica de grupo, onde cada pessoa colocou as palavras centrais das suas respostas. A partir daí foi feita uma exposição pessoal, explicando as palavras, para que, no fim das apresentações, o grupo levantasse as divergências e convergências. As seguintes questões foram levantadas:

Pergunta 1: Quais as limitações do Motyrõ na construção de um assentamento Agroecológico?

Pergunta 2: Existiram avanços na construção de um assentamento agroecológico? Se sim, quais foram?

Pergunta 3: Quais os principais desafios no envolvimento e participação dos(as) agricultore(as)s no acampamento?

O material foi transcrito e categorizado em ideias-chave. Em seguida, se desenvolveu o mesmo procedimento para o questionário aplicado sobre o grupo Motyrõ, incrementando a categorização. Essas ideias-chave foram apresentadas com algumas falas que as representam. A partir daí seguiu uma análise em diálogo com referências bibliográficas correlatas à temática.

3.5.4. O processo educador para uma extensão Agroecológica – Motyrõ

Nesse tópico buscou-se analisar, a partir da percepção pessoal dos indivíduos que passaram pelo Motyrõ, a sua dimensão educativa na atuação extensionista vivenciado no grupo, refletindo em como a organicidade interna e os próprios desafios experienciados impactaram na formação pessoal e profissional. Para tanto se utilizou dos resultados do questionário (Anexo C) e do caderno de campo.

O questionário teve o objetivo de abarcar a dimensão do grupo para cada pessoa, buscando criar pontes na reflexão entre os desafios da prática extensionista, agroecológica e da perspectiva da construção de um Assentamento Agroecológico. Ele foi aplicado entre os dias 4 e 14 de abril de 2021, via *google forms*. Após categorização das ideias-chaves se discorreu sobre cada uma, analisando a partir de uma revisão bibliográfica correlata.

3.5.5. Reflexões sobre os desafios de uma pesquisa engajada

Nesse tópico a intenção foi abordar brevemente a emergência de algumas questões que aparecessem na atuação como pesquisador compondo uma Pesquisa Participante em meio aos desafios impostos. Para isso, foi utilizado o caderno de campo, junto com análise documental, articulando a experiência do autor em diálogo com a literatura, apontando alguns desafios marcantes, assim como algumas potencialidades.

3.6. Caracterização do Acampamento Elizabeth Teixeira – Limeira/SP

“Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados. Não pode parar.” Elizabeth Teixeira

3.6.1. O município de Limeira – SP

O município de Limeira está localizado na porção centro-leste do estado de São Paulo, a 154 km da capital, se situando na Bacia Sedimentar do Paraná, na região denominada Depressão Periférica Paulista, que se desenvolve entre os Planaltos Atlântico e Ocidental Paulista. No conjunto do município, predomina o relevo de colinas baixas cujas cotas altimétricas oscilam entre 500 metros no vale do Piracicaba e 680 a 700 metros nos setores norte e noroeste do município, com altitude média de 567 metros. A fitogeografia de Limeira situa-se no domínio das florestas semidecíduas, com formações naturalmente descontínuas, entremeadas por cerrados, campos e florestas ripárias, que dominaram, em outros tempos, a cobertura vegetal dos planaltos do Sudeste (BERNINI, 2004; CERON, 1968). O clima de Limeira, segundo a classificação climática de Koeppen, é considerado como Cwa: clima tropical de altitude com inverno seco, tendo uma temperatura média anual de 22°C, no verão essa média pode chegar a 31°C, e uma precipitação média anual de 1311,6 mm (LOBO, 2012).

A cidade se localiza na Região Administrativa de Campinas, como sede da Região de Governo, que conta com os municípios de Araras, Cordeirópolis, Conchal, Iracemápolis, Leme, Limeira, Santa Cruz da Conceição e Pirassununga. É uma cidade importante para o estado, sob o ponto de vista econômico-industrial (AZEVEDO, 2013). Sendo o maior pólo da América Latina, conhecida como a cidade da jóia folheada (VILELA; FERREIRA, 2008), do qual “é caracterizado pela terceirização, destacando-se a exploração de trabalho infantil, em condições de nocividade para a saúde do trabalhador.” (LACORTE et al., 2013, p. 199).

O território teve um papel importante também por um perfil agroexportador, passando pela cana-de-açúcar, café e citricultura, chegando a ser conhecida como a “Capital Brasileira da Laranja” (BEZERRA, 2001). A citricultura veio perdendo força e a cana-de-açúcar vem ocupando a maior parte do território de Limeira. Segundo os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) (SÃO PAULO, 2017) a produção agrícola da cana-de-açúcar ocupa 50,1% da área cultivada do município, seguida pela pastagem com 23,1% e da citricultura com 14,1% .

3.6.2. Histórico do acampamento Elizabeth Teixeira

O acampamento Elizabeth Teixeira está situado na área conhecida como Horto Florestal Tatu, à 22° 37' 32.287602 S de latitude e 47°21'33.134515W de longitude, com uma área total de 602 ha. Área da antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), território com um histórico conflituoso entre os/as acampados/as e a prefeitura de Limeira.

Ainda como parte da RFFSA, a prefeitura de Limeira ocupava irregularmente parte da área, até que, em 2005, a área passa a ser um ativo possível a ser negociado, e a prefeitura demonstra interesse em adquirir o espaço, com o objetivo de constituir um Distrito Industrial, devido sua localização privilegiada (RODRIGUES, 2016). A compra foi interrompida porque em 2007 a Presidência da República declarou a Lei 11.483/07, que extingue a RFFSA, destinando todas as áreas da massa falida à União para projetos de habitação social (CARCAIOLI, 2014).

Em abril desse ano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com 195 famílias (segundo o INCRA), ocuparam uma parte dessa área, instalando assim o acampamento Elizabeth Teixeira. A prefeitura então, inicia uma revisão do plano diretor municipal para reafirmar os interesses econômicos na área, do qual, junto com o contrato firmado de inventariança da RFFSA, solicita uma liminar para a reintegração de posse da área (FRIZO, 2018; GIL JIMENEZ FERNANDES, 2017).

O INCRA entra com pedido de interesse na área, mas a prefeitura consegue a liminar, e em novembro acontece a reintegração de posse conhecida como uma das mais violentas do estado (RODRIGUES, 2016), deixando algumas marcas na comunidade. Durante a reintegração, as crianças foram colocadas no barracão coletivo a fim de evitar o conflito com a polícia, entretanto, os policiais com seu helicóptero atacam o barracão, fazendo-o pegar fogo (FREITAS; FARIA, 2019). Impacto que fica na memória das crianças e se expressa nas próprias brincadeiras. Segundo relato de Freitas (2018), na Ciranda Infantil (atividade pedagógica puxada pelo Coletivo

Universidade Popular), certo dia um helicóptero é trazido por uma criança, preso numa vara de pescar.

Pronto, conversamos sobre o helicóptero, se eles já tinham visto e todos começaram a falar sobre o despejo, sobre o medo, que eles se machucaram, as crianças no barracão e logo começaram a brincar com o helicóptero de brinquedo. Um segurava e o fazia voar, enquanto todos os outros tentavam escapar. Quem era atingido caía no chão e teria que ser resgatados pelos outros. A pessoa era carregada e levada para o “hospital”, onde fazíamos massagem cardíaca e cócegas. (Relato de atividade da Ciranda Infantil, 30/07/2011)(2018, p. 56)

Após o despejo, as famílias foram abrigadas em um barracão paroquial, e duas semanas depois, com o pedido do Tribunal Regional Federal (TRF) de retorno da ação para o Tribunal Federal (TF), as famílias com apoio de diversos parceiros fazem a reocupação da área (RODRIGUES, 2016; TAUFIC, 2014).

Somente em março de 2008 a área é cedida ao INCRA para fins de reforma agrária, que pela Portaria 53/2008 de 19 de setembro, se cria o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Elizabeth Teixeira, com capacidade para 150 famílias, numa área de 602 ha. Entretanto, o INCRA concede apenas 100ha, alocando cerca de 1 família por hectare. Em dezembro, a prefeitura com uma ação de improbidade administrativa junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), expede uma liminar suspendendo a portaria de criação do assentamento, argumentando que não havia licença ambiental prévia (FREITAS; FARIA, 2019; TAUFIC, 2014).

Assim, ainda em conflito pendente sobre a regularização da área, os outros 502 ha são ocupados com outros equipamentos, como aterro sanitário, pista de kart, pista de aeromodelismo, centro de ressocialização, entre outros, criando uma malha complexa de ocupações (Figura 1).

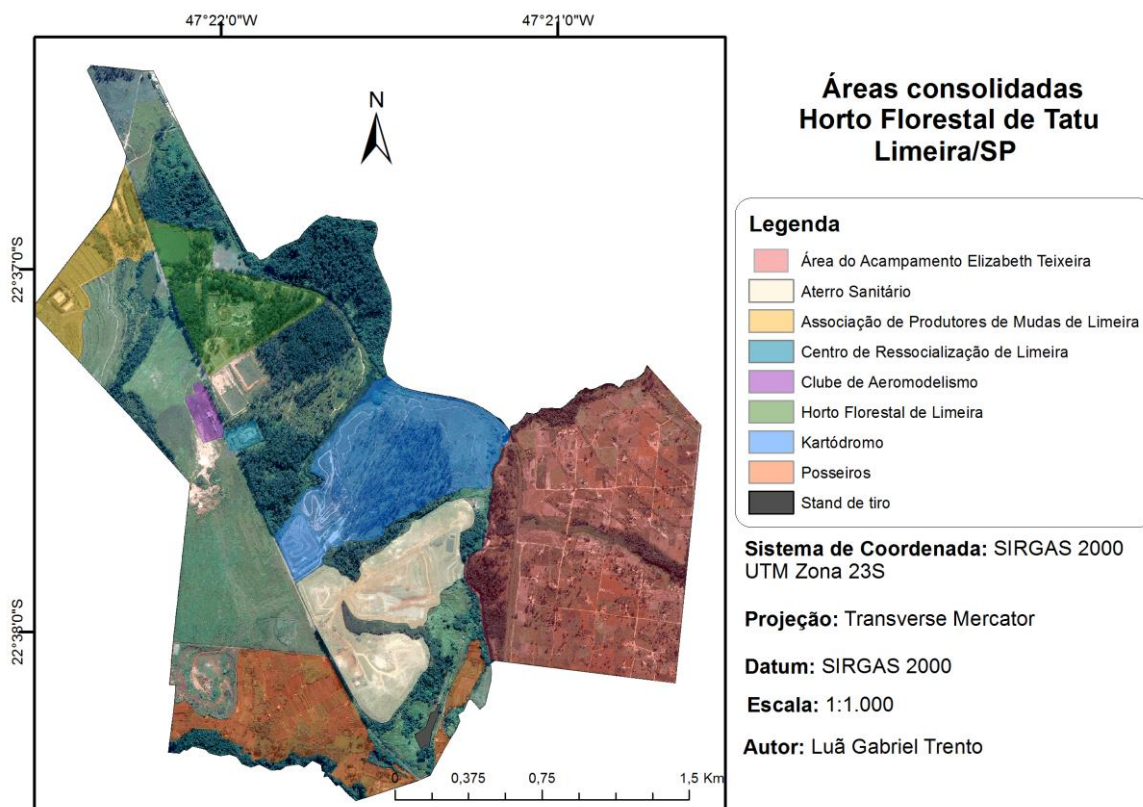


Figura 1. Áreas consolidadas do Horto Florestal de Limeira/SP
 Fonte: Arquivo Motyrô. Autoria: Luã Gabriel Trento

Ainda que a área fora destinada para fins de reforma agrária, a prefeitura de Limeira, em 2009, aprova o Plano Diretor Territorial Ambiental do Município de Limeira e a área é classificada Área como “Zona de Intervenção Estratégica”, buscando manter a disputa pelo território.

Os processos ficam parados até que, em outubro de 2017, cerca de 100 famílias do MST ocupam uma nova parte da área, buscando avançar na regularização do acampamento. Começa então um novo ciclo de disputas com o poder público, passando o processo de regularização por diversas instancias.

Nesse meio tempo, em 2018, ocorre uma reintegração de posse que destrói todos os barracos, galpão, captação de água de chuva e horta. A área volta a ser ocupada 2 meses depois já com menos pessoas, até que, em maio de 2019, acontece a última reintegração de posse no local. As poucas famílias que restam adentram na área antiga do acampamento.

E, em julho de 2019, é realizado um acordo entre a prefeitura de Limeira e o INCRA, e prevê que o município ficará com 85% da área do horto, enquanto que os 15% restantes (o espaço já consolidado pelas famílias) serão destinados à regularização do acampamento (PORTAL G1, 2019).

O mosaico territorial é consequência do seu conturbado histórico de conflito em relação ao seu uso e ocupação do solo (Quadro 4).

Quadro 4. Linha temporal dos conflitos fundiários no Acampamento Elizabeth Teixeira

Ano	Eventos
2005	Prefeitura Municipal de Limeira firma contrato com a inventariança da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) denominado “Instrumento Prévio Regulamentador de Intenção de Venda e Compra”, no qual as partes desenham acordo para que o município adquira o imóvel chamado Horto Florestal Tatu. Enquanto o negócio não é concretizado, o documento garante posse do imóvel a Prefeitura.
2007	Janeiro: Presidência da República adota a Medida Provisória 353, que extingue a RFFSA, repassa seu patrimônio a União e dá outras providências. Entre os imóveis envolvidos encontra-se o Horto Florestal Tatu, em Limeira.
	30 de abril: MST ocupa uma parte do Horto Florestal Tatu e instala o Acampamento Elizabeth Teixeira. INCRA registra 195 famílias acampadas.
	02 de maio: A Prefeitura Municipal de Limeira ajuíza ação de reintegração de posse do Imóvel, tendo em vista contrato firmado com inventariança da RFFSA, as especificidades do zoneamento urbano e o projeto de instalação de equipamentos como um terminal logístico e um distrito industrial. A Justiça Estadual concede a liminar
	11 de maio: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entra como interessado na ação, alegando tratar-se de imóvel da União e apresentando perspectiva de implantação de assentamento de trabalhadores rurais.
	15 de maio: A Justiça Estadual de São Paulo remete a ação à Justiça Federal.
	Outubro: A Justiça Federal nega o pleito do INCRA e remete a ação novamente a Justiça Estadual.
	22 de novembro: A Justiça Estadual concede nova liminar de reintegração de posse. No dia 29, Acampamento Elizabeth Teixeira sofre despejo violento. Famílias são encaminhadas para áreas da igreja em Limeira.
2008	Dezembro: Tribunal Regional Federal decide pelo retorno da ação a Justiça Federal. As famílias retornam para a área.
	Março: A Prefeitura Municipal de Limeira ajuíza ação de Interdito Proibitório, resguardando demais áreas do Horto Tatu de ampliação da ocupação por parte do MST.
	20 de agosto: O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cede área do Horto Florestal Tatu ao INCRA para realização de Assentamento da Reforma Agrária.
	Março: União ajuíza ação contra a Prefeitura Municipal de Limeira, tendo em vista ocupação supostamente irregular do imóvel para instalação de equipamentos públicos.
	Setembro: Portaria 53/2008 do INCRA, de 19 de Setembro, cria o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Elizabeth Teixeira, com capacidade para 150 famílias beneficiárias em área de 602 ha.
2009	Dezembro: Em ação de improbidade administrativa impetrada pela prefeitura de Limeira, Superior Tribunal de Justiça expede liminar suspendendo a Portaria INCRA-53/2008, sob argumento de que créditos de instalação não poderiam ter sido concedidos sem prévia licença ambiental ao assentamento.
	12 de janeiro: É aprovada Lei do Plano Diretor Territorial Ambiental do Município de Limeira. Área do PDS Elizabeth Teixeira é classificada como “Zona de Intervenção Estratégica”. Zoneamento coloca a área em região na Zona Urbana.

2010	Junho: Tribunal de Contas da União julga irregular concessão de créditos de instalação sem licença ambiental prévia pela INCRA e recomenda investigação de crime de improbidade administrativa por parte da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo.
2012	Novembro: A Justiça Federal da 3ª Vara determina o bloqueio de bens do superintendente regional do INCRA em São Paulo à época de implantação do Assentamento Elizabeth Teixeira.
2013	24 de abril: É construída na área uma da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
2017	20 de outubro de 2017: cerca de 100 famílias ocuparam outro trecho da mesma região da área da RFFSA. A ocupação buscava reivindicar a regularização do assentamento.
	20 de outubro de 2017: a Prefeitura pede a reintegração. A Justiça Estadual concede a liminar mas a decisão é derrubada dois dias depois.
	30 de outubro de 2017: O processo é remetido à Justiça Federal, onde já corriam cinco processos de reivindicação da área.
	6 de dezembro de 2017: A juíza federal Carla Cristina de Oliveira Meira determina a reintegração de posse da área da área recém ocupada. A argumentação é que o terreno receberá uma parte do aterro sanitário municipal.
	18 de dezembro 2017: O desembargador Hélio Nogueira, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspende a reintegração de posse.
2018	12 de julho de 2018: a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acolhe o recurso do MST e mantém a suspensão da liminar de reintegração de posse. Segundo o processo, não existiam elementos que comprovassem que a área pertence ao município de Limeira.
	20 de julho de 2018: a Justiça Federal novamente determina a reintegração de posse da área. A decisão tomada foi porque a prefeitura informou a intenção de ampliar o aterro sanitário no local, o que tornaria a área de interesse público.
	8 de setembro de 2018: Famílias do acampamento voltam a ocupar a área.
	19 de setembro de 2018: a Vara da Fazenda Pública suspende a reintegração e dá novo prazo para que os ocupantes deixem o Horto Florestal de Limeira voluntariamente.
	2 de outubro de 2018: O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspende a reintegração de posse até que se decida qual ramo da Justiça (estadual ou federal) irá acompanhar os processos.
	23 de novembro de 2018: O STJ decide que todos os casos relacionados ao Horto devem ser julgados pela Justiça Federal e não pela Estadual (Vara da Fazenda Pública).
	5 de dezembro de 2018: A Justiça Estadual envia todos os processos para julgamento da Justiça Federal, em razão da decisão do STJ.
2019	28 de fevereiro de 2019: A Vara da Fazenda Pública de Limeira recebe de volta a Ação Civil Pública e o processo ambiental volta a tramitar na instância. A Justiça Federal decide ficar apenas com os processos de disputa da área.
	6 de maio de 2019: A juíza Sabrina Martinho Soares, da Vara da Fazenda Pública de Limeira, determina novamente a reintegração de posse da área.
	5 de junho de 2019: A Polícia Militar (PM) cumpre o mandado de reintegração de posse.
	18 de julho de 2019: É realizado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Limeira e INCRA, do qual destinaria 85% da área para o município e 15% para o INCRA, buscando assentar 104 famílias

Fonte: Adaptado pelo autor, partindo de Taufic (2014), Carcaioli (2014a) e Portal G1 (2019)

Segundo Grigoletto, Lorenzo e Fonseca (2013)

Existe uma trama de tensões que condiciona e define os rumos das políticas públicas e dos assentamentos rurais, influencia também a concepção do que é o "interesse local" em determinado período. Esta compreensão possibilita o

entendimento da diversidade de situações encontradas em cada município, já que cada um deles abriga uma "trama de tensões" própria, além de especificidades sociais, ambientais, políticas e sociais que, por sua vez, também definem e condicionam os rumos da ação pública e dos assentamentos rurais(2013, p. 143)

O acampamento, ainda sem regularização e nesse meio de tensões e conflitos, tem tido, por meio de táticas de resistência, uma luta cotidiana por acesso a moradia, água, alimentos, escola para seus filhos, recursos financeiros, entre outros. E é dessa maneira que a comunidade do Elizabeth Teixeira vem tecendo criativamente sua sobrevivência “e mostrando suas artes de fazer na simplicidade dos saberes populares e coletivos.” (CARCAIOLI, 2014b, p. 57).

3.7. Caracterização do grupo Motyrõ – Laboratório de Educação e Política Ambiental/Oca – ESALQ-USP

O grupo Motyrõ é um dos subgrupos do Laboratório de Educação e Política Ambiental-Oca, vinculado ao Departamento de Ciências Florestais (LCF) da Universidade de São Paulo. A criação e coordenação da Oca é feita pelo Prof. Dr. Marcos Sorrentino.

A Oca vem sendo construída, desde o final dos anos 1980, composta por uma diversidade de sujeitos, desde estudantes, funcionários/as, professores/as da USP, como por pessoas de organizações e instituições externas à comunidade acadêmica. Ela tem como missão a

(...) formação de profissionais, pesquisadores(as), cidadãs e cidadãos e pessoas ativas no educar-se ambientalmente e no delineamento, implantação e avaliação de políticas públicas, em direção a sociedades sustentáveis e seres humanos e não humanos felizes. Tem como valores: participação comunitária e dialógica, propiciando a construção de identidades potentes para agir alegremente pelo Bem Comum (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2012, p. 7)

Ela é um espaço público, que na contínua articulação entre o ensino, pesquisa, extensão e gestão, se utiliza da “pedagogia da práxis, dialógica e crítica, histórica e contextualizada, sempre em busca do estímulo e apoio à formação e fortalecimento de coletivos educadores autogestionários, comprometidos com a emancipação social e humana” (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2016b, p. 15).

O laboratório se organiza de maneira autogestionária por meio das reuniões de gestão e por subgrupos, que são coletivos que tocam diferentes frentes de atuação. A Oca também desenvolve projetos e articulações com diferentes grupos e instituições. É por meio de uma parceria com o Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA) – USP, que se iniciam atividades junto ao acampamento Nelson Mandela, em Piracicaba. Em 2017, as famílias do Nelson Mandela vão para uma nova área do acampamento Elizabeth Teixeira (que ficou conhecida como expansão), se integrando ao local. O objetivo era dar continuidade à regularização da terra que estava há anos parada, buscando também, assentar mais famílias.

Nesse processo, buscando aliar a demanda do movimento social, com o desejo de fortalecer ações locais de agroecologia, se iniciou um diálogo mais próximo com a direção do MST, na tentativa de se criar um grupo/articulação para contribuir nas atividades porvir. O primeiro passo foi o de angariar pessoas que estivessem interessadas em desenvolver ações de extensão junto ao acampamento em Limeira.

Houve algumas reuniões com pessoas que já tinham experiência na área de extensão rural, e percebeu-se que não seria possível desenvolver as atividades caso não houvesse recursos para manter pessoas ativamente contribuindo com o processo. Assim, foi encaminhado um projeto pelo Programa Unificado de Bolsas (PUB) para estudantes da graduação. Nesse meio tempo, foi possível através da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA)- ESALQ, fazer atividades junto ao acampamento, como o mutirão, com o plantio de 300 árvores nativas, na área de expansão, criando um movimento solidário e de visibilidade à luta da reforma agrária.

No fim de agosto, com o início do projeto PUB e com as atividades de mobilização com o acampamento, foi possível reunir um grupo de pessoas para iniciar um processo coletivo de atuação estratégica no acampamento. A partir desse momento, se constituiu um novo subgrupo do Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca, que inicialmente era chamado de “grupo do Elizabeth”, e que, com o desenvolver das ações, se autodenomina Motyrõ (Figura 2), uma palavra de origem Tupi, que significa mutirão, buscando reforçar o caráter de transformação a partir do coletivo.



Figura 2. Logo do Motyrõ - Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca/ESALQ-USP
Fonte: Arquivo Motyrõ

Para contribuir com a sistematização e análise da atuação do Motyrõ no acampamento foi elaborado um quadro (Quadro 5) com as principais atividades do grupo, produzida predominantemente com os dados das relatorias de reuniões e imersões (avaliação e planejamento semestral).

Quadro 5. Principais atividades desenvolvidas pelo grupo Motyrõ até maio de 2020

Ano	Mês	Principais atividades
2018	Agosto	Inclusão de novas pessoas e apresentação contexto do Acampamento Busca por recursos físicos e financeiros Início das Formações internas Início da organização das idas de campo
	Setembro	Planejamento e estruturação do grupo Elizabeth Teixeira Início de uma organicidade concreta
	Outubro	Visitas e apoio técnico a acampados/as Conhecendo as experiências no acampamento Mutirão Produtivo – Semana da Engenharia Florestal
	Novembro	Início do Diagnostico Rural Participativo (DRP) Curso Viveiro de bambu Definição do nome do grupo para Motyrõ Projeto de mestrado aprovado
	Dezembro	Reunião com Parceiros do acampamento
2019	Janeiro	Metas conjuntas com parceiros ET Foco das atividades com o Coletivo de Produtoras do Elizabeth Teixeira (CPET) Projeto Aprender na comunidade
	Fevereiro	Imersão de Planejamento e Avaliação Semana da recepção ESALQ – Visita interessantes ao ET

		Retomada das visitas ao ET
	Março	Aplicação dos Protocolos de Transição Agroecológica (PTA)
	Abril	Início da produção de um vídeo coletivo com as agricultoras
	Maio	JURA - ESALQ Mutirão de reforma na escolinha Reunião com novo grupo de produção orgânica
	Junho	Visita à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) Apresentação de trabalhos na 10ª Conferência internacional BOBW Evento Biofar Brazil - entrega dos certificados do PTA
	Julho	Imersão de Planejamento e Avaliação Curso de motosserra
	Agosto	Feira de projetos - apresentação Motyrõ
	Setembro	Evento Resistir é preciso Reunião de avaliação das agricultoras sobre o PTA
	Outubro	Oficina Caderneta Agroecológica Exposição no projeto temático institucional "Brasil, esperança alimentar do Futuro" ESALQ
	Novembro	Criação de Spots sobre Agricultura familiar Apresentação de trabalho no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) Evento SESC - Caminhos trocas e perspectivas
	Dezembro	Implantação da Horta Agroflorestal na Oca
2020	Fevereiro	Imersão de Planejamento e Avaliação Construção do Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (CBSAF) Semana da recepção ESALQ Escrita Projeto FAPESP Redemoinho Agroecológico Participação na Rede de Agroecologia do Leste Paulista
	Março	Adaptação organizativa com o isolamento social Participação no Redemoinho Agroecológico Manutenção horta agroflorestal Oca
	Abril	Oficinas Online projeto Aprender na Comunidade Projeto Piloto Tupi - Redemoinho Agroecológico
	Maio	Atividades pré simpósio de Educação Ambiental Finalização da Caderneta Agroecológica Finalização das atividades no Acampamento Elizabeth Teixeira

Fonte: Autor.

As atividades inerentes à dinâmica organizativa, como as visitas ao acampamento, as reuniões e formações (estudos dirigidos) não aparecem em destaque. O quadro acima (Quadro 5) finaliza com as atividades em maio de 2020, quando ocorreu a última atividade presencial com o acampamento, que foi a entrega da Caderneta Agroecológica adaptada para uma agricultora não letrada. Entretanto, desde o início do ano houve conversas por telefone com as agricultoras do CPET, colocando o grupo à disposição para alguma demanda pontual, mas já notificando a finalização das atividades.

É possível observar que o Motyrõ, apesar de ter iniciado suas atividades voltadas para o acampamento Elizabeth Teixeira, desdobrou-se em múltiplas ações que perpassam o campo da agroecologia. É nesse sentido que o objetivo do grupo foi se realocando da promoção de assentamentos agroecológicos, para territórios agroecológicos, na busca de fortalecer processos técnicos, educadores de extensão, ensino, pesquisa e articulação, em prol de sociedades sustentáveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise e discussão dos resultados, se procurou observar as questões da pesquisa sob perspectivas múltiplas, concentrando a discussão sobre os pontos que se demonstraram de maior relevância (GOLDENBERG, 2011). Cada subtítulo teve instrumentos metodológicos centrais, mas, de forma geral, os procedimentos para as análises seguirem etapas similares, sendo elas:

1. Sistematização: os materiais foram transcritos e sistematizados.
2. Triangulação de dados e fontes: os dados advindos dos questionários, grupo focal, caderno de campo e análise documental foram triangulados.
3. Elaboração de categorias e ideias-chave: os conteúdos passaram por diversas formas de organização e categorização, buscando encontrar suas principais ideias.
4. Análise: a partir dessa categorização as ideias foram articuladas com uma revisão da literatura para melhor identificar e analisar seu contexto.

4.1. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição

Com objetivo de delinear uma definição acerca do conceito de Assentamentos Agroecológicos, a pesquisa se utilizou de revisão da literatura e análise de conteúdo sobre um questionário semiestruturado, levando em consideração a multirreferencialidade, na perspectiva do “autor-cidadão”.

Foram obtidas 46 respostas ao questionário, de 16 estados diferentes, com predominância por SP. As respostas vieram majoritariamente de pessoas que atuam na área da Agroecologia, sendo 38 pessoas afirmam que sua organização/instituição atua no campo da agroecologia de forma muito e completamente relacionadas, 6 pessoas afirmam que atuam de maneira moderada e apenas 2 pessoas, de maneira pouco relacionada (Figura 3)

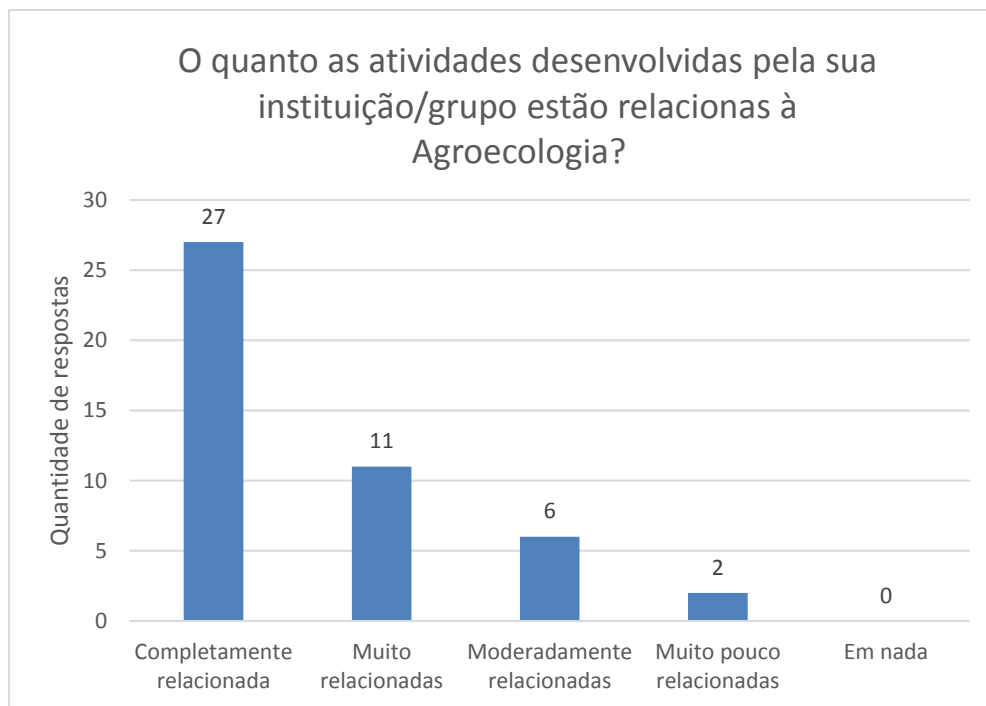


Figura3 Relação das pessoas que responderam com o envolvimento na Agroecologia.

Fonte: Autor.

4.1.1. Sobre o conceito de Agroecologia

Para a questão, “O que você entende por Agroecologia?”, se processou junto ao IRAMUTEQ na construção da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), um *corpus* com 58 segmentos de textos (ST), com aproveitamento de 77,59% das Unidade de Contexto Elementar (UCE), que está acima do índice mínimo, que varia entre 70-75% (CAMARGO; JUSTO, 2013; SANTOS et al., 2017).

As classes do dendrograma são formadas segundo a relação das várias Unidade de Contexto Inicial (UCI) processadas, onde cada cor representa a mesma classe, com alta correlação entre si, além de apresentar um agrupamento mais próximo na raiz das palavras. Com o dendrograma foi possível visualizar as palavras que tiveram maior frequência média entre si e entre elas (classes mais próximas ou mais distantes), conforme a Figura 4

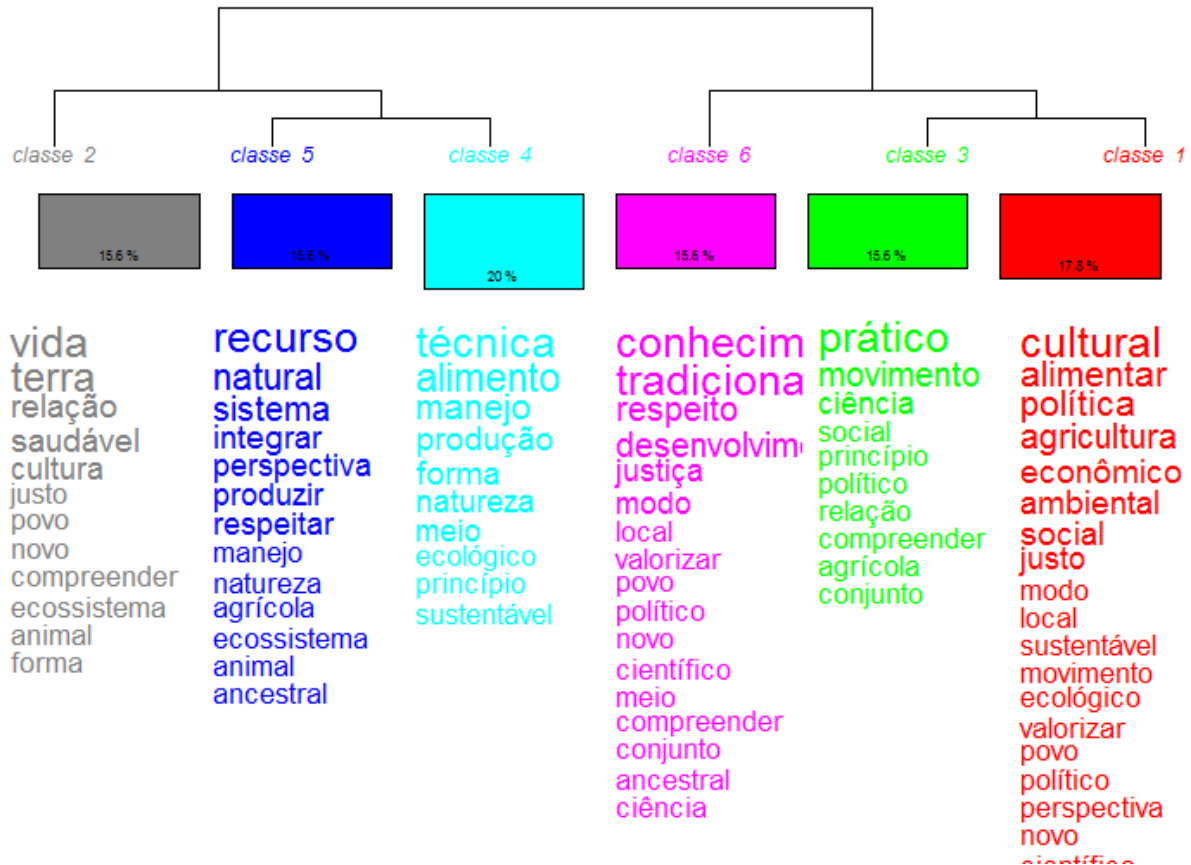


Figura 4⁴ Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre a definição de Agroecologia, processada pelo software IRAMUTEQ.

Fonte: Autor

Foram encontradas 6 classes, onde apresentaram duas raízes principais, uma mais ligada à perspectiva da relação direta com o manejo de Agroecossistemas e outra mais associada ao aspecto do ético-político-cultural da Agroecologia.

A porcentagem presente em cada classe representa a porcentagem do agrupamento das UCI agrupadas nessa classe, frente ao total das UCI processadas. Por exemplo, a classe 4, azul clara, contém 20% das respostas (UCI) aglutinadas em torno dessas palavras, com maior relação entre elas a partir da palavra “técnica”, que é logo assimilada à palavra “alimento” e “manejo”. Essa associação aparenta representar que a Agroecologia pode ser conhecida como uma técnica, associada à produção ecológica de alimentos. A classe 5 (azul escuro), mais próxima do dendrograma com a 4, parece apontar como esse manejo é aplicado e como o agroecossistema é visto, associando-o a um recurso natural, que deve partir uma perspectiva de análise integral do ecossistema, respeitando-a, com fins produtivos.

⁴ A figura gerada pelo software apresentou um corte na palavra “científico”.

Dentro desse agrupamento ainda, a classe 2 (cinza), está mais distante das classes 4 e 5 e aparenta focar em demonstrar como esse “recurso natural” deve ser visto e manejado. A terra é associada diretamente, não pela sua localização geográfica, mas pela relação com a vida, com a cultura, que deve ser justa e associada ao povo, demonstrando que esse manejo está associado diretamente com um propósito, de justiça, para uma condição identitária de classe, como povo.

Indo para o outro grande agrupamento, vemos a classe 3 (verde claro) e 1 (vermelho) mais próximas. A classe 3 parece apontar uma reposta comum ao conceito (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2015; WEZEL et al., 2009), utilizando as palavras “prático” (associada à prática), “movimento” e “ciência”, dentro de um conjunto de princípios sociais e políticos, e que podem contribuir na compreensão agrícola. A classe 1 aparenta desdobrar melhor esse conceito, com algumas dimensões para a Agroecologia, como a cultural (mais relevante), política, econômica, ambiental, científica (menor incidência na classe) com foco na perspectiva de agricultura para produção de alimentos. Também é uma classe diretamente vinculada à ideia de local, sustentável e em especial do político, que, aparece como duas palavras distintas apesar de terem a mesma raiz léxica, “política” e “político”. Além disso, aparece “povo”, “justo” e “movimento”, que sustentam essa dimensão de projeto político identitário.

A classe 6 se aglutina em torno do conhecimento tradicional, ancestral, como forma de justiça, de valorização e associado ao desenvolvimento e à compreensão, num contexto político e científico.

A partir do processamento de dados, gerou-se uma figura de similitude (Figura 5), onde as palavras estão relacionadas por uma raiz lógica, aglutinando-se pela proximidade, em comunidades (agrupamentos de proximidade), separadas pelas cores, semelhante às classes geradas pela CHD.

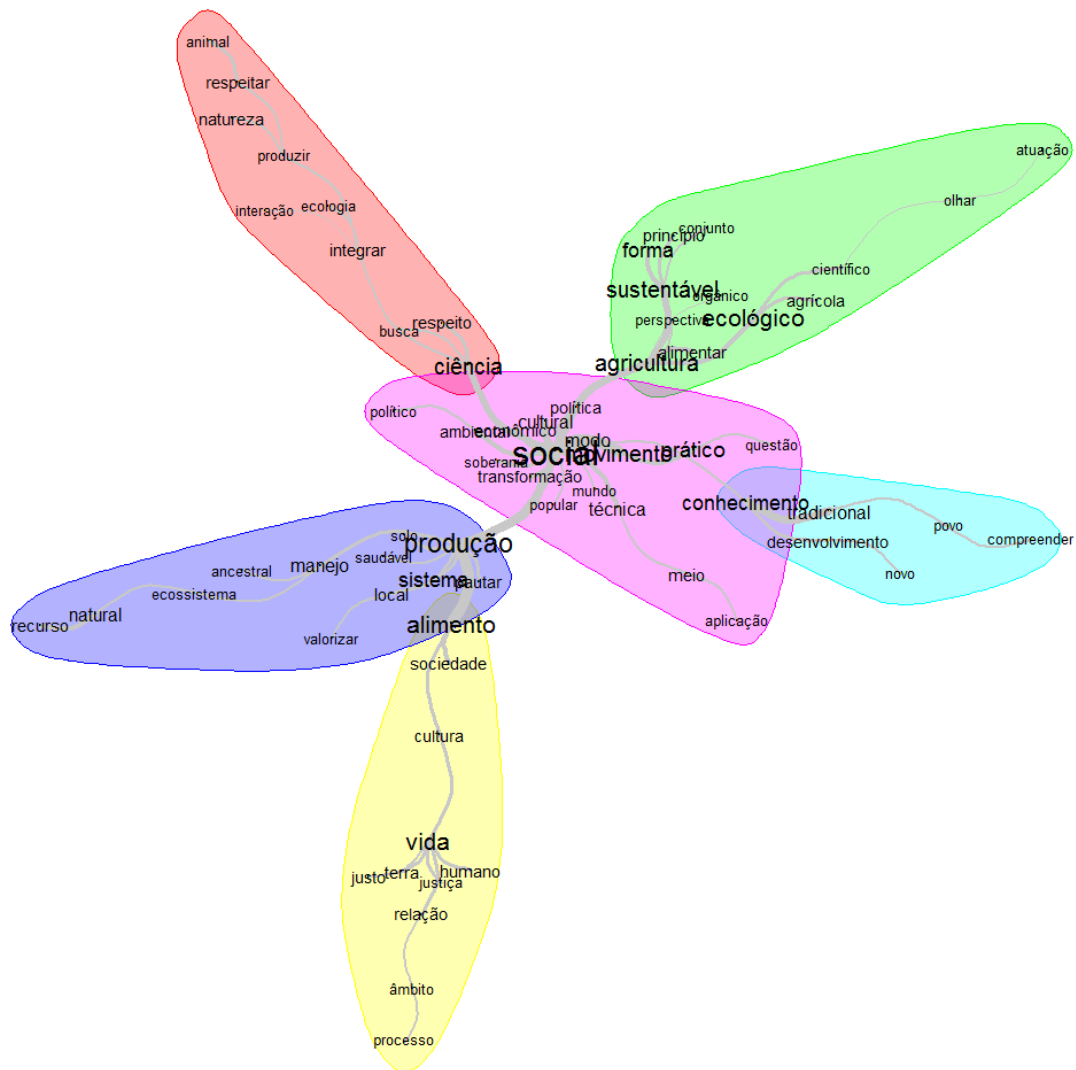


Figura 5 Análise de similitude, organizado em comunidades, sobre a definição de Agroecologia, processada pelo software IRAMUTEQ.
Fonte: Autor.

A figura (5) demonstra o quão forte a questão social está presente, como palavra que conecta outras dimensões da agroecologia. A partir desse núcleo, os agrupamentos se desdobram em 6 comunidades (nome utilizado pelo software para se referenciar ao agrupamento). Com o “social” está presente o “movimento”, “cultural”, “político”, “transformação” e “popular”. A partir disso, se desdobram outros aspectos que se mostram relevantes como o aglutinamento verde, onde se insere a “agricultura”, junto com “sustentável”, “ecológico”, “princípio”, “científico” e “agrícola”. Temos também um agrupamento associado à “ciência”, com uma perspectiva de produção e integração ecológica e respeito à natureza, próximo e vinculado à “produção”, mais num sentido de manejo natural e ancestral do ecossistema e outro, vinculado à alimentação na perspectiva de justiça, como direito humano à terra, e à vida. O último agrupamento está associado

ao conhecimento tradicional e popular, na perspectiva de ser compreendido e de algo a ser desenvolvido.

Percebe-se que as respostas estiveram em alinhamento com a construção conceitual atual da Agroecologia, usada, por exemplo, pela ABA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2015), como Ciência, Prática e Movimento.

A primeira vez que a Agroecologia aparece vinculada a essas três dimensões (figura 6) com Wezel et al. (2009), na busca de identificar as diferenças conceituais, fazem um estudo sobre as elaborações históricas no Brasil, EUA, França e Alemanha. Durante o estudo, se observou que ela aparecia em três vertentes - disciplina científica, envolvendo uma diversidade grande de definições e abordagens, sendo a mais abrangente: ciência da aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de sistemas alimentares sustentáveis (GLIESSMAN, 2007). A vertente das práticas, como:

“[...] new, modified, or adapted practices or techniques that contribute to a more environmentally friendly, ecological, organic or alternative agriculture. They are used to improve traditional or indigenous agriculture in developing countries” (WEZEL et al., 2009, p. 511).

E, movimento:

[...] can be a farmers' group working for food security, sovereignty, and autonomy. Or it could be a more political movement of the local population for rural development (Brazil). Or it can be a farmers' group movement for extending alternative agriculture through social partnerships to better respond to ecological and environmental challenges within relatively specialised agricultural production systems as in the USA.” (WEZEL et al., 2009, p. 511).

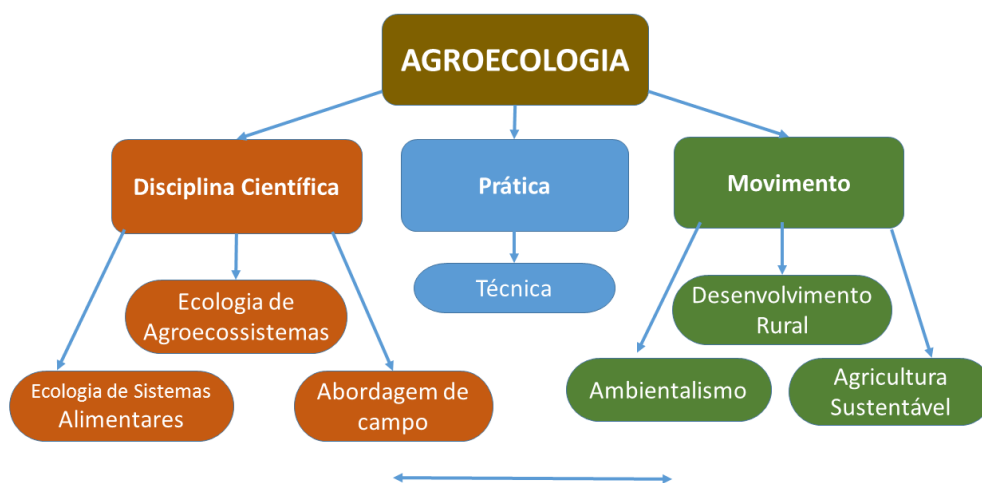


Figura 6. Diversidade dos atuais significados da Agroecologia.
Fonte: Adaptado pelo autor, de Wezel et al., 2009.

O resultado da pesquisa demonstrou que, na França predomina a vertente da prática, e até recentemente, na Alemanha é vista quase exclusivamente como ciência. Já nos EUA e no Brasil a Agroecologia é usada para descrever todas as três, com uma predominância para ciência nos EUA e como movimento e/ou prática com forte ênfase no Brasil. De um estudo (WEZEL; SOLDAT, 2009) para o outro (WEZEL et al., 2009), quando se desenvolveu uma análise mais aprofundada, levando em consideração o contexto histórico dos países, acontece uma mudança importante: as vertentes conceituais já não se predominavam mais como ciência. Brasil, um país visto como recente na concepção da Agroecologia (WEZEL; SOLDAT, 2009) passa para um país com forte institucionalização, e com uma força conceitual associada ao movimento social (WEZEL et al., 2009), que é respaldada pelos resultados da análise dos questionários. Assim a Agroecologia tem uma forte indicação política, sendo inerente ao pensar-fazer agroecológico, que estaria intimamente ligado ao movimento agroecológico brasileiro.

O que não seria casual, já que o movimento agroecológico está visceralmente ligado à história de lutas e mobilizações populares, desde a democratização do país (MONTEIRO; LONDRES, 2017) e que vem se fortalecendo institucionalmente, especialmente entre os anos de 1999 e 2002, quando houve inúmeros eventos significativos para o movimento que culminaram em 2002 na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), uma rede de organizações locais, ONGs e movimentos sociais de camponeses de todo o Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Ainda nessa linha, os processamentos de dados textuais demonstram que, todas as técnicas, práticas, formas de manejo e produção se apresentaram dentro de um viés associado à justiça, e a princípios. Isto significa dizer, que o conceito é delimitado à construção de uma justiça social, popular, e ainda, numa outra relação com a natureza.

A natureza, aqui, é representada também pelas suas dimensões imateriais, já que, o aspecto cultural tem destaque, alinhando toda uma classe. Se torna então, essencial reforçar o aspecto cultural, e seus aspectos cognitivos, na coevolução natureza-humano. A diversificação humana e cultural se fundamenta na relação direta com a interação ecológica, que mutualmente vão sendo reconstruídos. Neste sentido, a Agroecologia estaria associada na articulação entre os animais humanos, não-humanos e os elementos naturais, numa dinâmica de autoregulação contínua, de automanutenção e autoregulação, resultando produtos sociais de coevolução entre humano-natureza (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009; GUZMÁN CASADO; MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000). A natureza se renovaria continuamente, entre os atores sociais sobre cada agroecossistema.

Assim, quando se diz sobre um ecossistema, não se pode referir apenas à dimensão biótica, mas na sua dimensão sociocultural, na medida em que essas relações se influem e se relacionam

mutualmente, sendo este, o princípio da coevolução, que segundo Guzmàn Casado, Molina e Sevilla Guzmàn se pode resumir como:

“ [...] na mútua determinação entre as pressões que exercem as sociedades sobre os ecossistemas e as possibilidades que estes têm em responder às mesmas. A sociedade manipula os ecossistemas, criando agroecossistemas, para satisfazer necessidades culturalmente criadas, sucessionais e de regulação biótica. ” (2000, p. 95)

Esse processo coevolutivo se deu pelas diferentes particularidades das paisagens e na relação com os diferentes agrupamentos humanos e não humanos. É um processo biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) que deve ser visto à luz do seu contexto.

4.1.2. Assentamentos Agroecológicos: Uma proposição

Seguindo para a análise da questão “Descreva: O que você entende por Assentamento Agroecológico? ”, as respostas estão intrinsecamente ligadas à construção conceitual anterior, contribuindo na sua análise. O processamento de dados, retirando a palavra “assentamento agroecológico” para melhor entendimento da análise, gerou dois gráficos de similitude, uma onde as palavras estão centralizadas em torno de uma raiz lógica (Figura 7), e outra, se aglutinando pela proximidade, em comunidades (Figura 8).

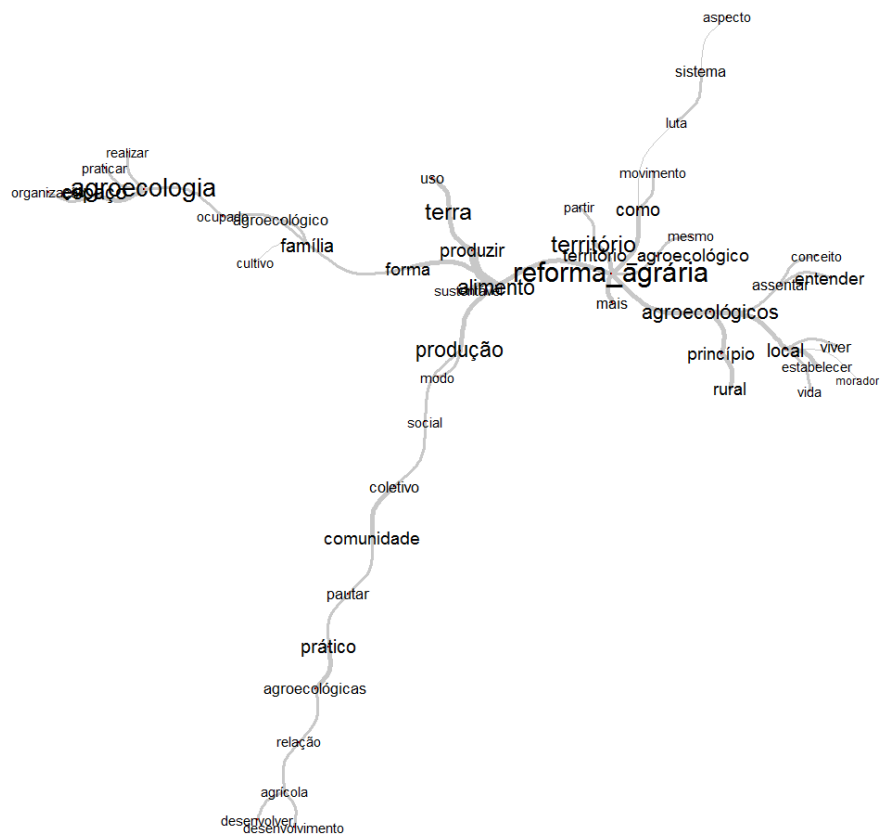


Figura 7. Análise de similitude sobre a definição de Assentamento Agroecológico, processada pelo software IRAMUTEQ
 Fonte: Autor.

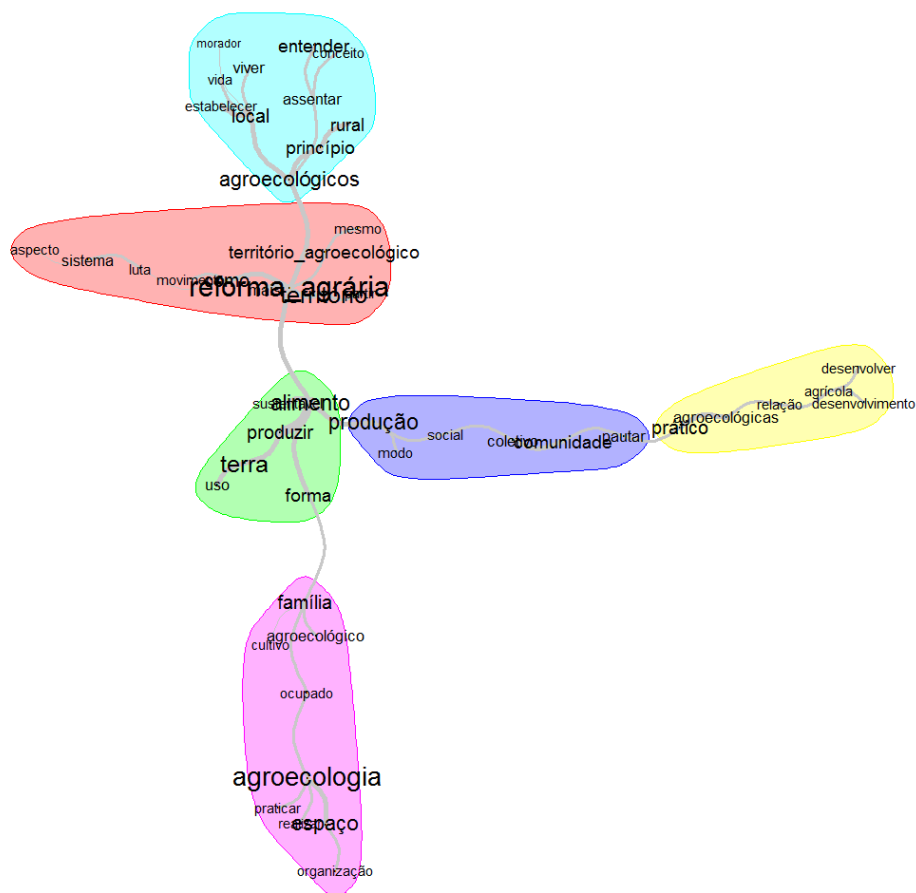


Figura 8. Análise de similitude dividida em classes sobre a definição de Assentamento Agroecológico, processada pelo software IRAMUTEQ
Fonte: Autor.

A primeira figura demonstra uma raiz principal, da onde derivam as outras ideias, com as palavras mais evidentes sendo “reforma agrária”, “território” e “território agroecológico” associado ao “movimento”, “luta” e “sistema”. Dela alguns agrupamentos saem, evidenciados (Figura 9), como, a “produção” (roxo), como modelo social, coletivo e voltada à “comunidade”, diretamente associada à “prática” agroecológica (amarelo). Outro agrupamento derivado aponta sobre a forma e “uso” da “terra” (verde), associado a “produzir” e “alimento”, muito próximo da comunidade amarela.

Mais distante, a comunidade roxa, apresenta a ideia de “agroecologia”, associada ao “espaço”, “organização”, “resistir”, “ocupado” e “família”, com ligação na comunidade verde. Na outra ponta temos a comunidade azul, com duas vertentes internas ligadas a “agroecológicos”, uma de “princípio”, “rural”, “assentar”, “entender” e “conceito”, já a outra evidencia o “local” como estabelecimento, “morar” e “vida”.

Sendo um assentamento agroecológico, se pressupõe duas coisas, é derivado da reforma agrária e tem relação com a agroecologia, o que demonstra que o fio condutor é coerente com sua

proposta. Sendo assim, o importante é identificar quais aspectos conformam essa ideia de assentamento agroecológico.

É possível apontar algumas características que fundariam essa ideia. A primeira é o assentamento agroecológico seria um espaço de produção, no sentido da técnica produtiva agroecológica, onde se produz o alimento e se faz uso da terra, mas também no sentido social, de expressão da vida, vinculada diretamente à comunidade, inclusive, comunidade como modelo social. Outra dimensão importante é relacionada diretamente com a questão da reforma agrária sendo um espaço familiar, que é advindo da luta, de ocupação, resistência, e mobilização social. A própria formação de um assentamento é um evento político, que se efetiva numa dimensão material mas também social e simbólica (MITIDIERO JUNIOR, 2011).

Se queremos avançar na luta da agroecologia no Brasil “(...) precisamos articular o movimento agroecológico com a luta pela Reforma Agrária, pois o que está em questão são os fundamentos da própria sociedade brasileira em sua relação inseparável com a natureza (...)”(ALENTEJANO, 2014, p. 55). Quer dizer, a reforma agrária enunciada pelo MST, o maior movimento social de reivindicação na luta pela terra (BORSATTO; DO CARMO, 2013) tem plena consonância com os resultados e com os princípios da agroecologia, da qual não pode viver afastada, porque agroecologia acontece na expressão da luta social (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

As respostas apontaram também que o assentamento agroecológico seria um local ou território, onde se expressariam os princípios agroecológicos, princípios e aspectos esses melhor abordados no tópico anterior. O “território agroecológico” aparece como conector desses diversos aspectos.

O conceito de território é bem amplo e tem diferentes abordagens (BRASIL, 2004). Uma abordagem importante é a visão do território como instrumento de poder, que seria expressa no seu substrato material e na incidência sobre ele (BUSCIOLI, 2020). Entretanto, aqui ele aparece além dessa perspectiva, estando associado também como espaço relacional, e como produção de identidades. Alguns autores corroboram essa perspectiva (BOURDIEU, 2013; BRASIL, 2004; FIGUEIREDO, 2009), apontando como um produto, condição e meio de reprodução das relações sociais, de domínio da simultaneidade, onde diversas dimensões se imbricam, entre elas, as práticas espaciais materiais e práticas espaciais simbólicas, como as referidas nas representações.

Nesse caminho, Santos(2002, p. 263)se utiliza dessa noção, reconhecendo o espaço como socialmente construído, assim como, onde as relações sociais seriam espacialmente constituídas. Ele se utiliza dessa perspectiva para definir o espaço da comunidade como sendo: “constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e reprodução dos territórios físicos e

simbólicos, de identidade e identificações com referências à origens e destinos comuns”. Para Magnani (1992), por exemplo, não basta frequentar o local, ou mesmo ser do local, é preciso estar vinculado às redes de relações, que combinaria laços de parentesco, vizinhança, procedência, e etc. Assim, esse território pode ser traduzido como um local onde se produz e reproduz a vida material e imaterial, num sentido comunitário, o que estaria em pleno diálogo com as respostas apresentadas.

Esse reconhecimento do território, especialmente aquele do qual se busca atuar, em suas identidades e aspectos objetivos são parte de uma estratégia significativa, especialmente no arranjo de políticas públicas para o enfrentamento de desigualdades, como citado por Brasil (2004):

(...) a questão da territorialidade como uma variável relevante a ser considerada sob a perspectiva do enfrentamento das desigualdades e da inclusão social. A possibilidade de conceber (e de implementar) políticas públicas reconhecendo o território como dimensão significativa pode ser assinalada como um elemento potencialmente inovador(2004, p. 47)

Entretanto não é tarefa fácil delimitar tais aspectos e um exemplo disso é própria definição de rural, que passa por uma diversidade de categorizações. Na América Latina, por exemplo, Dirven (2004) apresenta cinco definições: baseada em uma população máxima com cerca de 2.000 pessoas (usado pela maioria dos países latinos); estar-se fora da “cabeceira municipal” (Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Paraguai); número de habitações contínuas (Peru); pelas definições legais (o caso do Brasil, Uruguai, Equador e Guatemala) e; baseada em “características não rurais” (Haiti e Costa Rica). Fora isso, “ (...) casi ningún país utiliza exactamente la misma definición que otro y varios la han modificado a lo largo de los años”(DIRVEN, 2004, p. 51). Cella, Queda e Ferrante (2019, p. 72) reforçam “Não há uma única forma de definir o que é o espaço rural no mundo, pois os conceitos de rural e urbano são multidimensionais.”.

A ideia de um assentamento agroecológico pode ser vista dessa mesma maneira, estando além da demarcação de um tipo de processo produtivo de base ecológica, ou da delimitação física de um assentamento, mas sim, orientada pela multidimensionalidade da agroecologia. Dessa maneira, o assentamento agroecológico seria aquele onde a sua dinâmica territorial, entendida na sua dimensão relacional e espacial, que se mobiliza em torno dos princípios da agroecologia, na sua dimensão de movimento social: pela transformação social no enfrentamento ao colonialismo, capitalismo e patriarcado (SANTOS, 2010). Na sua dimensão de prática, baseada nas memórias bioculturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015), e na sua dimensão científica, pautada no

paradigma ecológico emergente (GUZMÀN CASADO; MOLINA; SEVILLA GUZMÀN, 2000), com suas premissas: pluralista, holístico, contextualizado, sistêmico e subjetivo.

4.2. Construindo relações: Acampamento Elizabeth Teixeira e o Motyrõ

Nesse tópico, se buscou abarcar os caminhos da atuação do grupo no acampamento, sistematizando em períodos que o grupo focou em determinado tipo de atividade e os processos que ocorreram gerando novas práticas. Para essa análise, se utilizou da análise documental dos materiais do grupo, como atas, relatorias, e documentos produzidos no período, aliado ao caderno de campo e à experiência do autor. A primeira sistematização foi proposta pelo autor. No dia 08/12/2020 foi compartilhado no grupo, sendo reelaborada coletivamente.

O quadro (6), parte da percepção coletiva sobre o reflexo da atuação no acampamento. Sendo apenas um olhar sobre a realidade colocada, entendendo sua incompletude frente a complexidade das relações estabelecidas, em suas múltiplas escalas. O objetivo do quadro foi exercitar a sistematização, que segundo Holliday (2006, p. 24),

(...) é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Assim ela pretendia organizar os caminhos e os processos vivenciados, buscando identificar as dinâmicas que levaram o curso de tais ações, a partir de uma análise crítica, possibilitando melhor clareza sobre o processo, contribuindo em dinâmicas de atuação mais contextualizadas.

Quadro 6. As transições e os momentos de atuação do grupo Motyrõ, internamente e com o Acampamento Elizabeth Teixeira.

Elizabeth Teixeira	Motyrõ
MOMENTO 1 - 2018	
Participação de Assembleias	Autoformação
Reuniões com a direção do MST	Recursos: PUB e carro
Planejamentos coletivos e oficinas coletivas	Organicidade interna
Transição Momento 1 - 2	
Pouca identidade coletiva	Dificuldade na estrutura física e financeira
Novos conflitos internos	Necessidade de novas formas de comunicação
Combinados frágeis	Lidar com as contradições
MOMENTO 2 - 2018	
Aproximação de pessoas engajadas	Diagnóstico Rural Participativo
Busca de grupos com afinidade	Articulação com parcerias
Conhecer melhor a dinâmica relacional	
Transição Momento 2 - 3	
Aumento dos conflitos internos	
Menor engajamento militante	
Reintegração de posse da nova área	
MOMENTO 3 - 2019	
Nova dinâmica como grupo de Mulheres	Atuação a partir dos parceiros
Alta dependência do ITCP	Foco no grupo de mulheres
	Aplicação do Protocolo de Transição Agroecológica
Transição Momento 3 - 4	
Diluição do grupo da expansão	Divergências com ITCP
Afastamento do MST	Conflitos sobre o Protocolo
Visão do Motyrõ como executor de demandas	Desgaste interno
	Saída de membros
MOMENTO 4 - 2020	
Finalização dos projetos	Atuação em Piracicaba
	Nova organicidade
	Início da Pandemia

Fonte: Autor.

4.2.1. Momento 1- 2018

Internamente é o início da formação do coletivo, ainda se denominando como grupo Elizabeth Teixeira, que ao conseguir as bolsas pelo Programa Unificado de Bolsas (PUB) pôde aproximar pessoas da graduação em comprometimento com o projeto extensionista. As ações foram voltadas à consolidação dos objetivos do grupo, na criação das dinâmicas organizativas e em angariar recursos que permitissem as idas a campo. Com a chegada de novas pessoas se iniciou

uma dinâmica de formações sobre educação popular, extensão baseada na perspectiva de Paulo Freire e metodologias participativas. O movimento interno foi de enraizamento do coletivo, de construção de identidades e desenvolvimento das dinâmicas internas.

Em relação ao Elizabeth Teixeira, as ações foram voltadas para a construção coletiva, pensando no acampamento como um todo. Era uma fase onde o MST estava presente, especialmente com a área da expansão, tendo uma efervescência, inclusive na possibilidade mais concreta de se regularizar o território. Assim, participávamos das assembleias, pensando em contribuir com as demandas voltadas ao planejamento do assentamento, onde simultaneamente pudesse acolher as demandas mais emergentes dentro dos lotes. Havia um diálogo constante com as direções políticas do MST, tentando articular também, de alguma maneira, um apoio institucional e inclusive na mobilização da pauta para reforma agrária junto ao acampamento.

Nesse período, buscou-se focar em ações que dialogassem com as demandas da direção, entendendo a importância da garantia da terra.

4.2.1.1. Transição momento 1 – 2

Foram planejadas 4 oficinas em assembleia, tendo as datas, temas e os locais combinados coletivamente. Houve uma chamada de lote em lote convidando para as ações, sempre reendossado pela direção. Quando a primeira oficina ocorre, de captação de água da chuva na área da expansão, já que não havia nenhum acesso a água nessa parte do acampamento, não houve a participação de todas as pessoas da área nova (que estavam em cerca de 12 famílias), mas especialmente, não havia ninguém da área antiga (cerca de 100 famílias). A oficina ocorre bem, com a possibilidade de captar 5 mil litros de água a partir do barracão coletivo. Os materiais foram angariados via recurso da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA), mas ainda foram insuficientes, vindo a ser usados recursos de pessoas do grupo. Com a falta da participação e com combinados frágeis, ficou evidente que era necessário outro tipo de estratégia.

Pôde-se perceber também a falta de identidade como MST de boa parte das pessoas do acampamento, e também se evidenciaram os conflitos entre as pessoas da área de expansão com as pessoas da área antiga, assim como os conflitos dentro de cada grupo. O Motyrõ teve que aprender a lidar com as contradições que emergiram, buscando criar novas dinâmicas de comunicação, assim como buscar fontes de recursos físicos e financeiros.

4.2.2. Momento 2 - 2018

Com a percepção de que existia um desafio em relação à unidade e na identidade com o movimento, as ações voltaram-se para um olhar mais minucioso dentro do acampamento, buscando conhecer as dinâmicas relacionais, e dentre estas, quais teriam vínculos mais fortes para que fossem criar grupos que tivessem demandas similares e afinidade, a fim de se auxiliarem, fortalecendo processos coletivos. Para isso, o grupo começou a aprofundar em ferramentas participativas especialmente na dimensão do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A partir do DRP, que foi sendo aplicado de lote em lote, se focou em conhecer as motivações pessoais em relação ao acampamento (objetivos, expectativas, etc.), e sobre as relações interpessoais, nessa perspectiva de vínculos fortes.

O diagnóstico continha também outras informações importantes, entre elas, as demandas para o lote. A ideia é que, durante o diagnóstico, era importante buscar resolver algumas questões, conectando-as entre os/as acampados/as, de maneira a coletivar as atividades e gerar vínculos, assim como também, contribuir de alguma maneira com aquelas pessoas.

Nesse meio tempo o grupo foi percebendo a presença de muitas pessoas que passavam pelo acampamento, desenvolvendo projetos diversos. Assim, na perspectiva de conhecer um pouco mais da realidade local, pela experiência de outros grupos, assim como fortalecer as ações, o grupo começou a chamar reuniões com as pessoas que atuavam no Elizabeth Teixeira. A proposta era que as reuniões acontecessem com certa frequência, começando pela apresentação das pessoas e projetos, para que, com o tempo, fossem alinhados também seus objetivos, criando ações comuns que pudessem cooperar entre si.

4.2.2.1. Transição Momento 2 – 3

Ainda havia uma relação importante com as direções do acampamento, mas com o tempo os conflitos entre as pessoas da área da expansão com a área antiga foram aumentando. Houve um aumento da pressão da prefeitura sobre a área nova. A prefeitura conseguiu a reintegração de posse, e a polícia acabou destruindo todos os barracos, a caixa d'água, as áreas plantadas. As pessoas foram deslocadas para a parte antiga do acampamento, o que gerou mais atritos. Com a segunda reintegração, muitas pessoas acabaram desistindo de reivindicar a posse da terra, saindo do acampamento. Nesse processo, referências da direção foram deixando de focar sua atuação no território. Com menor aporte coletivo e desagregação, o grupo resolveu focar na atuação junto aos parceiros do acampamento.

4.2.3. Momento 3 - 2019

Com a dificuldade de contribuir nas demandas que iam aparecendo no DRP, e em encontrar os laços entre acampados/as, o grupo resolveu aportar sua ação a partir de uma priorização coletiva, advinda da reunião de parceiros do Elizabeth Teixeira. Foi feita uma reunião definindo as prioridades para cada grupo na atuação junto ao acampamento, dos quais foram sistematizados em prioridades coletivas. Para essa reunião, foram convidadas as mulheres do Coletivo de Produtoras do Elizabeth Teixeira (CPET) (Figura 9).



Figura 9. Logo do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira (CPET).
Fonte: (<https://www.instagram.com/produtoraselizabethteixeira/>)

A priorização dos parceiros ficou estabelecida em criar uma experiência interna que pudesse refletir em outros grupos no acampamento. A atuação então, voltou-se na atenção para o CPET, que fazia escoamento via um Grupo de Consumo Responsável (GCR), com apoio já de diversos parceiros, como ex-membros do Coletivo Universidade Popular (UP), da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) Limeira, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “David Arantes” (CEDECA) e pessoas próximas. Esse grupo de parceiros/as se dividiam em duas frentes, uma na articulação direta com as agricultoras e outra, na venda dos produtos (SILVA; SILVA; MOROSKI, 2020).

A estratégia adotada foi de se aplicar o Protocolo de Transição Agroecológica (PTA), uma política estadual que garantia, seguindo as orientações do protocolo, um certificado de “transição agroecológica”. Com o PTA aprovado, seria possível contribuir na legitimação do trabalho

produtivo daquelas pessoas, e assim, pressionar politicamente para que fosse possível readquirir a DAP, abrindo brecha para que outras pessoas do acampamento também pudessem ser comprovadas como agricultores/as familiares.

As pessoas do acampamento tiveram uma suspensão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), uma das ações para barrar a regularização do acampamento. A DAP garantia acesso a alguns benefícios públicos, como direito à aposentadoria, à venda para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que eram principais fontes de escoamento do acampamento (DE SÁ FRIZO et al., 2020).

O grupo Motyrõ focou em contribuir no fortalecimento do CPET, a partir dos aspectos produtivos, buscando o acesso ao PTA. A primeira instância foi um movimento de conhecer as dinâmicas relacionais internas no CPET, na relação entre cada uma, entre elas e com a ITCP. Percebe-se uma difícil comunicação. Muitas conversas precisavam ser feitas individualmente com cada uma, para diminuir os ruídos. O grupo procedeu a cada visita no acampamento passar em pelo menos duas agricultoras do CPET. Outra percepção foi da dependência que o grupo tinha com o GCR, mas especialmente com a ITCP. As reuniões do CPET tinham as pautas organizadas e coordenadas pela ITCP, a coleta dos produtos, a entrega dos alimentos, e até o pagamento que vinha das vendas, eram todas feitas pelo grupo.

O PTA ainda era uma iniciativa recente, e havia uma oportunidade de se agilizar os trâmites, pois haveria uma apresentação da experiência do protocolo junto à feira de orgânicos da BioFair Brazil. Dessa maneira, o grupo resolveu se apegar a essa oportunidade, passando de lote em lote fazendo a aplicação do protocolo e o planejamento coletivo de novas práticas. A aplicação foi cheia de desafios, porque demandava uma experiência técnica das pessoas do grupo Motyrõ, a qual apenas algumas pessoas tinham. Outro ponto foi entender e corresponder corretamente aos trâmites da aplicação do protocolo.

Com a aplicação rápida do PTA, algumas agricultoras não puderam se apropriar de todo do processo e os ruídos de comunicação foram exaltados. Na entrega individual do certificado, apenas uma agricultora recebeu uma declaração de estar em transição, enquanto as outras receberam o certificado que identificava que nenhum veneno ou transgênico era utilizado na produção. A agricultora, apesar de ter sido avisada que o uso de formicida equivaleria a não receber tal certificado nessa primeira instância (até mudança da prática), no momento em que ela se viu recebendo sozinha um papel diferente, se exponenciaram os conflitos. Revelando conflitos internos, ao apontar acusações entre si sobre como algumas pessoas mentiam que não usavam nada de adubo químico, assim como, na indignação de ter sido traída por pessoas que ela havia acolhido

em sua própria casa. Houve uma pressão para que o Motyrõ emitisse o certificado independente do formicida, na ideia que era um dever tanto moral, da relação com a agricultora, enquanto um grupo técnico.

4.2.3.1. Transição Momento 3-4

Esse conflito foi impactante na relação com o CPET, assim como na relação com o trabalho da ITCP, especialmente pela gestão dos processos internos com as agricultoras, em relação à promoção da autonomia.

Dessa maneira, foi feita uma reunião importante, de avaliação entre os dois grupos, para que fossem evidenciados as divergências e os conflitos, buscando criar caminhos de solucionar tais questões. Alguns pontos foram importantes, permitindo identificar uma divergência estratégica entre os grupos, e deixando reflexões internas sobre o trabalho e postura dos grupos.

Outra situação de impacto que ocorreu logo em seguida, foi o fato do grupo Motyrõ ter produzido relatos de experiência para o Congresso Brasileiro de Agroecologia sobre a atuação no acampamento sem antes ter conversado com as agricultoras. Os relatos eram diretamente relacionados com o exercício da prática do Motyrõ, em relação ao chamado de mutirões e da disputa por políticas públicas de agroecologia pela PTA, entretanto era óbvio que deveria haver um compromisso por parte do grupo, para que não fosse reproduzida a postura universitária de “coletadora de conteúdo”, partindo do pressuposto da necessidade de um diálogo anterior com as/os agricultoras/es que estavam envolvidos nas iniciativas.

Nesse meio de caminho, algumas questões anteriores foram reforçadas, como o afastamento quase completo de lideranças no acampamento, e na diluição dos/as pessoas da expansão. Pode-se exaltar também a percepção da visão do grupo Motyrõ como executor de demandas, papel que o grupo buscava não assumir, porque havia um entendimento que as atividades deveriam dar sentido de autonomia, o que significava que era preciso relacionar a demanda com a apropriação das agricultoras.

Os conflitos, assim como os erros do grupo, reforçaram um desgaste interno, tanto na relação interpessoal com algumas pessoas, quanto da consequência do impacto emocional gerado na relação com as agricultoras. Arelado a esse momento houve a saída de pessoas do Motyrõ.

Assim, esse conjunto de fatores contribuíram para o entendimento que o grupo não estava em condições de continuar contribuindo no acampamento, devendo fazer uma mudança drástica, finalizando os projetos em andamento no Elizabeth Teixeira para desenvolver ações de agroecologia na região de Piracicaba.

4.2.4. Momento 4 - 2020

Após o momento de imersão (avaliação e planejamento) do Motyrõ, entendeu que as condições objetivas e subjetivas não estavam favoráveis para focar a atuação junto ao acampamento Elizabeth Teixeira. Foi definida uma rotina de trabalho, onde algumas pessoas do grupo estariam finalizando algumas atividades que haviam sido combinadas, especialmente a finalização da Caderneta Agroecológica adaptada para uma agricultora que não era alfabetizada. Também foi prevista uma reunião com todas as pessoas envolvidas para notificar que o grupo estaria disponível caso precisasse de alguma demanda mais pontual, mas que já não seguiria com a rotina de atividades no acampamento.

O novo foco foi para ações se direcionou à ideia da Agroecologização territorial, aprofundando nas atividades junto ao Programa Redemoinho Agroecológico. Nesse meio tempo, se alastra a pandemia do novo Coronavírus. O grupo, em isolamento social, continuou ainda assim a fazer reuniões online, entretanto, tem sido um processo longo de adaptação para encontrar os caminhos para continuar atuando na mesma perspectiva de extensão agroecológica.

Apenas em maio foi finalizada as adaptações da caderneta junto à agricultora. Pela questão do isolamento, não foi possível fazer uma reunião coletiva e as conversas acabaram acontecendo individualmente via telefone, dialogando sobre a finalização das atividades.

4.3. Os desafios e potencialidades na construção de um Assentamento Agroecológico pela perspectiva do Motyrõ

A opção adotada na categorização foi a de organizar os principais pontos abordados no discurso do grupo em palavras-chave, e destas, desdobrar suas ideias centrais, apontando em quais técnicas elas apareceram, assim como também, exemplificando, com trechos de falas, demonstrando como essas ideias apareceram. Cada tópico abaixo está dividido por essas palavras-chave, que foram definidas com viés didático, já que os temas estão intrinsecamente relacionados, sendo imbricações sistemicamente correlacionadas. Assim, as palavras-chave poderiam ser compostas ou rearranjadas de diversas maneiras, sendo a opção adotada, apenas uma, das tantas possibilidades. Em cada tópico se discorreu uma reflexão baseada na literatura, triangulada com a análise documental (AD), com o caderno de campo (CC), grupo focal (GF), e o questionário (Q).

O olhar sobre os desafios foram os que mais apareceram, tanto pelo tipo de questões abordadas no questionário e no grupo focal, quanto pela prática avaliativa constante do grupo, na perspectiva de criar novas ações, que acabam sendo voltadas principalmente às críticas e desafios.

É importante reforçar o “lugar” do qual o grupo fala. É dentro de um contexto de universitárias/os, da Universidade de São Paulo (USP), situadas/os no campus da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), onde a maioria das pessoas do grupo teve como primeiro contato com essas temáticas dentro do Motyrô. O que torna difícil o contraste entre as especificidades da prática universitária extensionista agroecológica na ESALQ, das especificidades da extensão rural, da extensão universitária, da reforma agrária, da agroecologia, da conjuntura, e etc. Isso quer dizer, que as ideias-chave que aparecem como desafios e potencialidades, partem de uma experiência local e estão interligadas a diferentes escalas de complexidade, das quais, a dissertação não se propõe a aprofundar mas, de trazer à luz, demonstrando a complexidade da qual uma ação engajada desse caráter se confronta.

4.3.1. Contexto universitário.

Esse tema é inevitável, já que é um grupo que pratica extensão universitária dentro da instituição ESALQ-USP. Assim, o importante é identificar como tem sido desenvolver essa prática extensionista através desse viés agroecológico, especialmente, junto a um acampamento de reforma agrária, apontando seus desafios e potencialidades.

Os desafios, como dito acima, foram os mais abordados (Quadro 7 e 8), e que passou pelo discurso de todas as pessoas que atuam ou já atuaram no grupo, indiferente do tempo de permanência.

Quadro 7. Principais ideias para o contexto universitário.

Contexto universitário	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Burocracia	GF, Q, AD, CC
	Falta de tempo	GF, Q, AD, CC
	Hegemonia Política-ideológica	GF, Q, AD, CC
	Descontinuidade	Q, AD, CC
	Falta de conteúdo relacionado	Q, AD, CC
	Excesso de atividades	GF, Q, AD, CC
	Estrutura e recursos	GF, Q, AD, CC
	Descaso com a extensão	GF, Q, AD, CC
	Não reconhecimento de outros saberes	Q, AD, CC
	Diversidade de grupos extensão	Q, CC
	Pesquisa	GF, CC
	Instituição ESALQ-USP	AD, CC

Fonte: Autor.

Quadro 8. Trechos que representam as principais ideias entorno do contexto universitário.

Contexto universitário	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
N.	"por ser um grupo de extensão universitário o maior desafio é a falta de recursos, enxergo isso mais pelo desafio das saídas de campo e também do próprio acesso a recursos de editais já aprovados. Em alguma proporção a falta de espaço na Universidade, isso seria desde a grade curricular dos cursos até processos burocráticos."
J.	"Sucateamento" da universidade quanto aos grupos agroecológicos e de políticas públicas. Por exemplo, se precisamos de bolsas, para contemplarmos alunos que atuam nos grupos, é necessário um esforço gigantesco, e muitas vezes não correspondido
C.	(...) a disponibilização de recursos para ir a campo e fazer as atividades necessárias; disponibilidade de apoio técnico de professores ou pesquisadores da área; disponibilidade de áreas para atuação (...)
G.	Talvez seja manter a continuidade dos projetos tendo em vista a rotatividade do grupo.
T.	A falta de orientação presente no trabalho de campo e no contato com os agricultores assim como a falta de respaldo da universidade são desafios que podem abrir brecha para um trabalho mais personalista (menos institucional) e para um trabalho pouco continuado.
N.	Não faz sentido em uma escola de agricultura não se falar sobre agroecologia nas disciplinas obrigatórias dos cursos.
R.	A universidade é historicamente, tradicionalmente, institucionalmente constituída para servir aos interesses do capital e da política liberal
J.	(...) por estarmos dentro de uma universidade elitista e totalmente conservadora, como a Esalq, em que o agronegócio tem valor e os aspectos sociais são discriminados.
P.	(...) poderia ser uma ação maior, pensando assim na ESALQ, nos diversos grupos que trabalham na mesma temática
R.	(...) e o tempo que a gente tem como estudante para a gente estar inserido nesse processo.
N.	Eu coloquei o "tempo", também pensando no sentido que a M. falou, que somos estudantes e o quanto outras coisas a gente faz, e o quanto a gente se dedica ou, não se dedica para algumas delas (...)
T.	(...) já que a instituição, as instituições, a USP e tal, não banca como tinha que bancar. (...) A instituição tem grande potencial de ação: a gente não tem o mesmo potencial de ação, para trazer a concreticidade (...)
H.	todas as vias burocráticas são difíceis, recursos e estruturas são difíceis
H.	Somos uma instituição pública, de pesquisa, extensão e eu acho que nesse aspecto, vai ser sempre o que vai mais contribuir. Que é fazer como o mestrado do Luã, que é um exemplo disso.(...)Fazendo pesquisa em cima disso, trabalhar esse processo, onde está encaixando e onde não está encaixando (...)
N.	Eu também coloquei "estrutura" e aí eu não estava pensando só em estrutura física, tipo, de ter o carro para levar, enfim, mas ter estrutura de conhecimento, nesse sentido da agroecologia e também, estrutura pessoal (...)

Fonte: Autor.

Existem pontos que são inerentes ao próprio contexto do corpo estudantil, como o tempo limitado na universidade, o que acarreta consequências ao se desenvolver um trabalho junto a qualquer comunidade. Seja nessa dimensão da confiança, como é apontado por T.: "a dificuldade para mim é conseguir essa proximidade com a base, com assentados e assentadas, em que a gente consiga traçar uma confiança". Seja na perspectiva de se trazer resultados palpáveis com o grupo no qual se está atuando.

O tempo que a gente está lá presente parte de um tempo de construção que foi muito grande para gente e que, as vezes na pratica é um tempo muito curto. E que a gente não consegue, efetivamente, fazer com que aquela prática se concretize numa ação maior e num entendimento maior (P.)

Entretanto, apesar do tempo curto e consequentemente a continuidade das ações serem um ponto importante, ele se soma a outros desafios conjunturais e associados ao projeto político do qual a universidade está sendo pautada. Esse ponto é muito bem explicitado por T. ao dizer sobre os principais desafios nesse tipo de prática extensionista:

Nas universidades, há uma crescente carência de profissionais para orientarem um trabalho de extensão agroecológica que além de qualificar o trabalho, permite algo fundamental na extensão: continuidade. Falta investimento para a área (quando comparado com o investimento de quem trabalha com o agronegócio), isso pode ser facilmente identificado na falta de disciplinas sobre essa questão, apesar da universidade se assumir defendendo as pautas ambientais e sociais. Em paralelo, vemos as instituições públicas destinadas à extensão cada vez mais desprovidas e descaracterizadas e não conseguindo atender a demanda. Esse cenário tenciona para que os estudantes ainda despreparados e em aprendizado, com pouquíssima infraestrutura e investimento, assumam parte expressiva do trabalho de extensão. Isso gera graves consequências para esses alunos e para o público com o qual se está trabalhando. Provocando desgastes entre a universidade e a população.

De forma geral, existe uma indignação nos relatos, sobre o papel que a universidade estaria deixando de cumprir, pois, sendo ela uma instituição pública, deveria caminhar no sentido da construção de conhecimentos críticos, na inclusão da diversidade de saberes, voltados a diminuição das desigualdades. Em vez disso, ela estaria, estruturalmente e ideologicamente, voltada a interesses hegemônicos, refletindo nos currículos, na abordagem dos conteúdos, na burocratização (que diminuiria a autonomia estudantil) e no descaso com uma extensão que não seja aquela de prestadora de serviços. Nesse contexto, com a diminuição nos recursos voltados às universidades, os primeiros recursos a serem cortados estariam voltados às áreas menos interessantes ao modelo hegemônico. Esses pontos reforçam a análise de Boaventura de Sousa Santos(2008), sobre as crises que as universidades públicas no século XXI estariam passando: hegemonia, legitimidade e institucional.

Existe uma indignação, especialmente pela importância que a ESALQ representaria para o meio rural, dado seu histórico e sua força institucional. Inaugurada 1901 e integrada para constituir a Universidade de São Paulo em 1934, ela estaria trabalhando com a temática da agricultura por mais de um século, e ainda assim, temas caros para agricultura no país, como reforma agrária, educação no campo, extensão rural, agricultura familiar estariam fora do currículo e do discurso da instituição. Um dos fatores que contribuem para essa hegemonia seria a intervenção estadunidense, em plena ditadura civil-militar, que buscou implantar o sistema de *Land Grant College System*, um projeto que estaria a serviço de empresários internacionais e nacionais, modificando as práticas de ensino e pesquisa, dentro da lógica do agronegócio, aplicando majoritariamente recurso público ainda que estivesse marginalizando o povo nesse processo. Segundo Molina (2017), a instituição, foi uma das bases de “fomento de todo esse processo de modernização conservadora do campo brasileiro” (2017, p. 426).

Esse arranjo fortaleceria o movimento de privatização universitária, colocando a maior parte das pesquisas determinada pela exigência do mercado e imposta por financiadores, que angariam verbas para as próprias empresas que as financiam (CHAUI, 2003a). O processo histórico da ESALQ reforçaria a noção de universidade como prestadora de serviços, onde seria compreensiva essa noção de custo benefício, pautada na produtividade, onde avalia o quanto foi produzido na sua relação com o tempo, reduzindo a percepção da pesquisa e da formação para uma atividade competitiva. Para Silva, Sousa e Assis (2017), esse panorama seria comum às antigas Instituições de Ensino Superior (IES), que convivem com

(...) uma matriz acadêmica tradicional, ou seja, com missão e percursos formativos visando a uma formação acadêmica dentro da lógica agroindustrial como único modelo de desenvolvimento rural – de caráter disciplinar, fragmentado e de especialização. Esse ambiente acadêmico de matriz única, imposta histórica e institucionalmente, dificulta a emergência de exercícios epistemológicos renovados, no sentido de propor novas funções ou responsabilidades às IES considerando o contexto regional e resguardando seu sentido “público”(2017, p. 265)

Esse contexto refletiria em falas como "(...) já que a instituição, as instituições, a USP e tal, não banca como tinha que bancar. (T.)" ou "(...) a falta de espaço na Universidade, isso seria desde a grade curricular dos cursos até processos burocráticos. (N.)" ou ainda, reforçando que o caráter de atuação do grupo estaria indo em direção oposta ao que hegemonicamente é abordado pela universidade, tendo o trabalho dificultado ou engessado pela instituição, em frases como " Eu

entendo também essas questões, tipo, estruturais mesmo, considerando que a ESALQ é uma instituição, que é, enfim. Vai numa contrapartida, na contramão do que a gente está tentando construir (...) (H.)” . Importante reforçar que essa busca do grupo, de "ir no sentido da contramão”, leva a recorrentes desânimos e sentimentos de incapacidade, como expresso por H em "(...), levando em conta todas essas questões estruturais da ESALQ ser horrível e desanimador (...)”, o que seria reforçado no encontro com a realidade do acampamento e de todos os desafios que emergem.

A impressão do grupo seria reforçada na falta do cumprimento social, que como universidade, teria grande importância na contribuição de diversos problemas emergentes na sociedade, tanto na sua reflexão e análise, como na construção de resultados práticos. Essa perspectiva não é isolada ao grupo, ela compreende a diversos pesquisadores e pesquisadoras, de múltiplas universidades públicas, que apontam que:

Cabe a ela promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo ingênuo. Enquanto instituição produtora do conhecimento, a Universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. Instrumentos científicos, sim, mas sustentados por um compromisso ético e pela paixão que impulsiona o engajamento na busca de um mundo melhor (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA, 2012, p. 19)

As instituições escolares, sendo parte da superestrutura e da sociedade civil, seriam produtoras de consenso por meio da conquista da hegemonia cultural da classe dominante, entretanto "contraditoriamente, o mesmo espaço também pode ser usado para a batalha contrahegemônica por intelectuais comprometidos com as classes exploradas e oprimidas, sejam esses professores, pesquisadores e demais componentes da comunidade acadêmica.”(MOLINA, 2017, p. 430). Assim, não é possível generalizar a ESALQ como uma simples instituição do agronegócio, porque existem diversas iniciativas que iriam na "contra mão" e que também, só seriam possíveis por estarem dentro da universidade. Existem grupos diversos de pesquisa e extensão, coletivos autogestionários com recorte de gênero, sexualidade e racial, a presença de um movimento estudantil histórico. Estes são espaços que coexistem, graças ao princípio da autonomia universitária e do avanço histórico na democratização dentro das universidades (MIGLIEVICH RIBEIRO; GLAUBER, 2006; OTRANTO, 2002; RIBEIRO, 2014).

Inclusive, nesse processo histórico a extensão é considerada uma das formas de se diminuir a distância entre a universidade e as demandas populares (SOUZA DA SILVA KOGLIN; KOGLIN, 2019). Ela significaria, dentro do tripé universitário, fazer ciência e construir conhecimentos contextualizados, contribuindo no desenvolvimento de estratégias e políticas públicas voltadas ao melhor bem-estar da sociedade como um todo.

(...) institucionalmente constituída para servir aos interesses do capital e da política liberal. Isso significa que para lutar contra essa hegemonia exige desconstruir vários princípios e formas de ensino, pesquisa, extensão e gestão que não estão atualmente comprometidos com o combate às desigualdades e às injustiças sociais e ambientais. A universidade reproduz culturalmente opressões, violências e explorações para as pessoas que ela forma. Por isso, a agroecologia enfrenta um conflito complexo com todos esses desafios, mas que só vão ser superados construindo, democraticamente com e pelo povo, novas formas de viver, como a agroecologia. (R.)

A universidade apesar dos desafios conjunturais é múltipla e precisa incorporar processos democratizantes, convergindo o ensino-pesquisa-extensão e gestão em prol de uma “pluversidade”, articulando conhecimentos diversos, movimentos sociais, incorporando um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2007), e ao optar pela agroecologia, estaria por contribuir na sua remodelação, epistêmica e paradigmática.

4.3.2. Recursos (financeiros e Recursos físicos)

A ideia de recursos apareceu na fala de todas/os integrantes, sendo associado às condições materiais, mas também imateriais na execução das atividades (Quadro 9 e 10).

Quadro 9. Principais ideias para Recursos

Recursos	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Recursos humanos	GF, Q, AD, CC
	Capacidade técnica instrumental	GF, Q, AD, CC
	Capacidade psico emocional	GF, Q, AD, CC
	Limitação logística	GF, Q, AD, CC
	Material de consumo	GF, AD, CC
	Burocracia	GF, Q, AD, CC
	Concreticidade	GF, Q, AD, CC
	Estrutura física	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor

Quadro 10. Trechos que representam as principais ideias entorno de Recursos

Recursos	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas ideias
T.	Não só a estrutura material. Eu falo até de aporte técnico
L.	Limitação de recursos financeiros e de estrutura (...)
H.	(...) todas as vias burocráticas são difíceis, recursos e estruturas são difíceis (...)
L.	Limitação de recursos financeiros e de estrutura (...)
R.	(...) é uma limitação, tanto para a gente, quanto para eles. Porque a gente tem uma estrutura um pouco melhor e aí a gente pensa: “Ah vamos fazer um poço, vamos fazer alguma coisa, e melhorar em algum lugar”. E aí, chega no assentamento, nem sempre a gente consegue ter essa estrutura (...)
M.	Que é a logística né? Eu acabei pensando nas ferramentas da logística. Do carro, de sermos estudantes, e até a parte mais burocrática, da própria instituição da ESALQ. Os estudantes sempre têm que ter uma figura institucional, para gente pedir uma assinatura e, para poder pedir um para carro, e para ter isso, para ter aquilo
H.	todas as vias burocráticas são difíceis, recursos e estruturas são difíceis
N.	Eu também coloquei “estrutura” e aí eu não estava pensando só em estrutura física, tipo, de ter o carro para levar, enfim, mas ter estrutura de conhecimento, nesse sentido da agroecologia e também, estrutura pessoal (...)

Fonte: Autor.

O recurso aparece como condição para gerar “concreticidade” na prática extensionista. Ela estaria vinculada ao acesso a carro nalogística para as visitas, nos materiais de consumo para as atividades de oficina e de trabalho no dia a dia, como o acesso a sementes, adubo, ferramentas agrícolas, maquinário, etc. Na condição de recursos humanos, se relaciona a quantidade de pessoas disponíveis para trabalharam frente todas as demandas que aparecem no território.

Ela também aparece no âmbito pessoal, na capacidade técnica para lidar com problemas técnicos instrumentais, desde doenças acometidas por algumas plantas, na lida com os animais na propriedade, ou em soluções ecológicas para, por exemplo, o ataque de formigas cortadeiras. Ainda nesse âmbito pessoal, se adiciona a condição psico emocional das pessoas, de estarem emocionalmente preparadas para lidar com a situação precária e com toda a violência da miséria,

quase que instituída, dado o embate constante da prefeitura pela não regularização do acampamento (TAUFIC, 2014) e pelo contexto da reforma agrária (DUVAL; FERRANTE, 2016).

A enunciação dos recursos em todos seus aspectos pode demonstrar o quanto o Estado não tem buscado criar condições para melhorar as condições de vida para a população no acampamento, o que reverberaria na demanda alta para uma boa condição na extensão universitária.

Interessante reparar que as falas não apontam que a universidade não teria as condições em propiciar esses recursos, mas sim no difícil acesso a eles, especialmente pela burocratização, com relatado por M., “(...) até a parte mais burocrática, da própria instituição da ESALQ. Os estudantes sempre têm que ter uma figura institucional, para a gente pedir uma assinatura e, para poder pedir um carro, e para ter isso, para ter aquilo.”. E pela escolha política da universidade em não usar recursos para esse tipo de trabalho, já que ela não “(...) enxerga a agroecologia como um modelo viável de produção e que deve merecer atenção, investimento e apoio. (C.)”, sendo “(...) mais difícil termos recursos que nos dêem segurança para desenvolver as atividades, quase que como esse tipo de prática extensionista estivesse à margem de outras (N.)”.

4.3.3. A Marginalidade

A marginalidade (Quadro 11 e 12) aparece associada à distância social pela diferente realidade de vida das pessoas do grupo com as pessoas no acampamento, à exclusão social na invisibilidade, criminalização e na falta de políticas para o contexto do acampamento. O que geraria uma carência na comunidade. Outro aspecto é, frente ao impacto do encontro com essa condição precária e com as dores dessas pessoas, se demandaria um preparo emocional, inclusive porque as intervenções naquele local teriam o potencial de gerar um impacto grande na vida das pessoas, que ali se relacionam.

Quadro 11. Principais ideias para Marginalidade

Marginalidade	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Preparo emocional	GF, Q, AD, CC
	Distância social	GF, Q, AD, CC
	Carência	GF, Q, AD, CC
	Exclusão social	GF, Q, AD, CC
	Criminalização	AD, CC

Fonte: Autor

Quadro 12. Trechos que representam as principais ideias entorno de Marginalidade

Marginalidade	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
R.	As dores, também. Que a gente viu, no Elizabeth Teixeira, deles falarem e, delas falarem, que cada um tem sua dor. Que já passou do abandono, é, tanto da sociedade quanto, de tudo (...)
T.	(...) é uma situação de margem (...). E dado a história de vida ou, a situação de marginalização que eles estão, é muito difícil tentar construir qualquer coisa. (...) a gente está trabalhando com base, em pessoas à margem.
R.	As dores, também. Que a gente viu, no Elizabeth Teixeira, deles falarem e, delas falarem, que cada um tem sua dor. Que já passou do abandono, é, tanto da sociedade quanto, de tudo (...)
J.	As diferenças entre as realidades. Isso é uma limitação, tanto para a gente, quanto para eles. Porque a gente tem uma estrutura um pouco melhor e aí a gente pensa: “Ah vamos fazer um poço, vamos fazer alguma coisa, e melhorar em algum lugar”. E aí, chega no assentamento, nem sempre a gente consegue ter essa estrutura (...)

Fonte: Autor.

A ideia do rural, até o século XX, era sinônimo de produção primária caracterizada por ser um espaço de privações e de escassez (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019). Os agricultores/as familiares, com o advento da modernização da agricultura, foram colocados à margem, excluídos, com o agravante na erosão do seu conhecimento tradicional, e assim, da sua própria autonomia (PONTES; FERRANTE; BARONE, 2017), dessa maneira, não é à toa que 1/3 das populações que vivem no campo estariam em situação de subnutrição (BELIK, 2011).

Numa pesquisa realizada, em 15 municípios (LORENZO et al., 2012), abarcando os quatro núcleos operacionais do INCRA em SP, identificou que entre os fatores mais relevantes na relação com o poder público e a dinâmica econômica desses assentamentos, está a ausência sistemática de políticas públicas municipais, apontando um isolamento do poder público. Essa pesquisa reforça que a reforma agrária, além de não estar sendo realizada plenamente, conviveria com um distanciamento do poder público a ponto de fortalecer a invisibilização dos assentados e assentadas. Em um contexto de acampamento, onde não existe ainda a regularização da terra, estando sem a legitimação completa do Estado, a precariedade seria ainda maior.

Segundo alguns relatos, desde a ocupação, se demorou pelo menos 2 anos para que pudessem acessar os equipamentos de saúde porque não aceitavam pessoas do acampamento. Em um acampamento, dirigido pelo MST, a marginalização e a criminalização andam juntas. Ainda no relato dado por C. a população só começou a ser atendida quando uma pessoa do serviço social interveio e cadastrou todas as pessoas como moradores de um bairro próximo. A própria inserção de assentamentos e acampamentos, é em geral problemática, dentro das dinâmicas locais/regionais, pela conjunção de forças políticas instituídas nessas localidades, especialmente as conservadoras,

que insatisfeitas com essas instalações, demandaria uma necessidade constante de vigilância e justificação da sua própria existência no local (GRIGOLETTO; LORENZO; FONSECA, 2013).

Aqui a marginalização não só invisibiliza, mas traz medo e rancor. Ela se materializa na ocorrência constante de pessoas que passam na frente do acampamento jogando palavrões ao ar ou atirando objetos do carro. Também na cidade, que de tempo em tempo é comum as crianças aparecerem amoadas, porque outras crianças fazem bullying pelo fato de serem do meio rural (roupas e cabelos com pó de barro, por exemplo), ou por estarem sendo tratadas com descaso pelos professores.

Na comunidade não há uma escola regular, muito menos uma escola do campo, sendo que cotidianamente, a comunidade sofre com a estigmatização histórica e social por ser um Sem Terra, o que reflete negativamente em grande parte deles e, de forma mais direta nas crianças e jovens da comunidade que estudam em escolas na área urbana de Limeira (CARCAIOLI, 2018, p. 46)

Ela aparece com uma violência simbólica forte, que é reforçada por notícias que relacionam acampados e acampadas como vândalos ou violentos, entretanto ela também é sintoma de violência física, pela omissão do Estado, quando, por exemplo, se observa pessoas dentro do acampamento, com deficiência mental vendendo seu corpo para poder comprar droga, sem nenhum suporte estatal psico e social. Ou, quando se conhece uma senhora, que mora sozinha no acampamento com 12 crianças, netos, filhos e crianças que foram abandonadas ao seu cuidado, em um local que não tem encanamento para água, não tem energia e muito menos qualquer tratamento sanitário. É uma situação de naturalização da violência, porque ela é também, uma violência institucional, que ocorre especialmente nos territórios de pobreza (DE ALMEIDA, 2009).

A universidade pública, por se conformar a partir das dinâmicas sociais em que está submetida, ela ainda refletiria a estrutura de um bem econômico, de “(...) lugar reservado a uns poucos privilegiados (...)” (RAMPAZZO; JOSLIN, 2017, p. 84). Assim, é ainda condição de excessão ter pessoas que vieram de realidades socioeconomicamente similares como essas, distância que ainda seriam reforçadas pelo discurso e prática hegemônica na universidade, da qual invisibiliza tais situações. É um choque de realidades, que a princípio, vem como uma sensibilização que engaja, como relata J. “Porque a gente tem uma estrutura um pouco melhor e aí a gente pensa: *“Ah vamos fazer um poço, vamos fazer alguma coisa, e melhorar em algum lugar”*. E aí, chega no assentamento, nem sempre a gente consegue ter essa estrutura (...)”, mas que vem seguida de um sentimento de impotência, como aparecem em diversos relatos durante as visitas.

O despreparo emocional, apesar de pouco citado no grupo focal, aparece com grande frequência nas atas e no caderno de campo. Ele fica para além da distância de realidades, e emerge no ter que lidar com conflitos que são significativos para as pessoas do acampamento do qual o grupo se sente responsável. Seja na não garantia da água, seja na baixa produção de hortaliças. Isso atrelado ao sobrecarrego de atividades proporcionado pelo contexto universitário e na dificuldade de lidar com esses desafios no seu tempo necessário. Muitas reuniões, muitas visitas, com o passar do tempo, começaram a ser rejeitadas por alguns integrantes, pela dificuldade de se lidar emocionalmente com a situação apresentada.

A impotência surge porque essas questões são reflexos de um projeto de sociedade. A marginalização não é um acaso, ela é intencional. A terra nesse caso, é vista como uma mercadoria central no modelo rural arcaico brasileiro, e disputar a propriedade privada de setores poderosos, como o Agronegócio, a criminalização e marginalização se tornam consequência imediata de quem se atreve a cutucar esse vespeiro, como o MST tem feito.

Uma unidade organizativa, como o MST, tem sido central para esse tipo de reivindicação, porque, além de ser um movimento com força social, também traz consigo princípios importantes que não permitem, por exemplo, a violência de gênero, a venda de drogas ou álcool no acampamento, além de potencializarem o trabalho coletivo e a identidade Sem-Terra, fortalecendo a potência no agir em prol de melhores condições de vida.

Esse tipo de confronto com a realidade foi importante para as pessoas do grupo, que relatam que possibilitou aumentar a visão crítica sobre o mundo, e trouxe um aspecto de materialidade ao se confrontar com os desafios que não eram apenas técnicos, mas que se expressavam em toda uma complexidade de relações. Entretanto, é necessária uma rede de apoio, para todos/as os/as envolvidos/as, porque são atividades que tem um potencial de grande impacto em suas vidas.

4.3.4. Tempo

O tempo (Quadro 13 e 14) também foi uma questão que apareceu em todas as falas, ele se relacionou especialmente com a falta de tempo para criar relações, conhecer a realidade, de aprender sobre o as demandas, lidar com as burocracias, fazer coletivamente, os quais seriam importantes para contribuir de maneira palpável na vida das pessoas. Apesar disso, o grupo entende que pôde contribuir de alguma maneira, com ações concretas no acampamento.

Quadro 13. Principais ideias para Tempo

Tempo	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Excesso de atividades	GF, Q, AD, CC
	Atuação descontinuada	GF, Q, AD, CC
	Burocracia	GF, Q, AD, CC
	Relações interpessoais	GF, Q, AD, CC
	Aprender fazendo	GF, AD, CC
	Concreticidade	GF, Q, AD, CC
	Processos coletivos	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor.

Quadro 14. Trechos que representam as principais ideias entorno de Tempo

Tempo	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
L.	Temos limitações do tempo (...)
P.	A gente sente que aquilo está ruim, de certa forma, ou a gente está fazendo outras coisas também, mas a gente deixa de fazer coisas eram prioritárias, e que a gente tinha deixado claro que ia fazer aquilo, mas a acaba que não faz. E vai rolando a vida e a gente vai deixando as coisas para trás, né?
T.	Não é só o tempo da correria deles, delas e nosso. Mas é a perspectiva maior também, como passa, o que representa uma semana ... O que representa o planejamento de tempo, de pessoas que vivem em situações críticas e à margem? Como eles enxergam a perspectiva de tempo?
J2.	Tipo, de fazer coisas que tem uma periodicidade muito grande, por conta das nossas limitações mesmo (...)
N.	Eu coloquei o "tempo", também pensando no sentido que a M. falou, que somos estudantes e o quanto outras coisas a gente faz, e o quanto a gente se dedica ou, não se dedica para algumas delas (...)
H.	(...) mudanças materiais que a gente fez, de concretas que a gente ensinou, tem a caderneta, se pintou a escolinha, a construção de um espaço coletivo, agroecológico de formação (...)
P.	O tempo que a gente está lá presente parte de um tempo de construção que foi muito grande para gente e que, as vezes na pratica é um tempo muito curto. E que a gente não consegue, efetivamente, fazer com que aquela prática se concretize numa ação maior e num entendimento maior.

Fonte: Autor.

Esse desafio do tempo parece constantemente em outros tipos de extensão Moraes et al. (2013) estudando a aplicação da Política Nacional de ATER (PNATER) na região de Andradina/SP, revelaram que a assistência técnica era caracterizada pela descontinuidade, fosse pela dificuldade de acessar os profissionais, fosse pela falta de acompanhamento nos lotes ou pelo seu viés fiscalizador.

A continuidade é especialmente prejudicada quando se trata de uma extensão universitária, como apontado por G., ao abordar sobre os principais desafios da extensão: "Talvez seja manter a continuidade dos projetos tendo em vista a rotatividade do grupo.". A dinâmica de entrada e saída de pessoas é parte da dinâmica universitária, entretando, existem poucos projetos

continuados. Isso pode ser dado pelo estímulo de ações com custo benefício alto, pautada pela produtividade (CHAUI, 2003b), criando dinâmicas curtas de projeto, sem se envolver na profundidade das relações interpessoais, de uma extensão que se propõe a ser dialógica e emancipatória (FREIRE, 1983).

A falta de continuidade e/ou tempo para criar relações afeta o envolvimento da comunidade, seja no estabelecimento de relações de confiança como nas dinâmicas de organização e diálogo. Assim, as atividades, sofrem tanto pela perspectiva coletiva, quanto pela capacidade de gerar resultados efetivos, que contribuam na melhoria das condições de vida e do fortalecimento da autonomia comunitária.

Caporal e Costabeber (2004, p. 62), entendem que uma extensão rural sustentável, em diálogo com a agroecologia precisa vir a partir de

uma proposta de ação compatível com as demandas e com a realidade do nosso tempo, mostrando que continua sendo uma atividade capaz de adequar-se às condições históricas, de modo a dar as respostas que são exigidas pela sociedade a quem serve, contribuindo para a construção do desenvolvimento econômico e social. (2004, p. 62)

Em situação de marginalidade, a urgência das demandas é distinta do tempo para o processo coletivo, entrando, muitas vezes, em conflito. Em geral, as maiores críticas na prática extensionista são dirigidas à demora no encaminhamento dos problemas locais e na conquista de melhorias para a comunidade (TAVEIRA; OLIVEIRA, 2008). É central que se contribua nas condições materiais de vida dessas pessoas, a “ (...) demonstração de alternativas viáveis precisa ser realizada por meio de exemplos práticos conectados à realidade” , simultaneamente em que permitam a construção de estruturas educadoras a “partir do trabalho educativo (práxis)” (TRENTO et al., 2017, p. 244), fortalecendo o processo de autonomia.

4.3.5. Parcerias

As parcerias (Quadro 15 e 16) aparecem associadas às articulações, como uma forma de ganhar força (recursos físicos e humanos), sendo ferramentas importantes na contribuição com a atuação local. Também aparece dentro do desafio de se criar ações conjuntas, seja por divergência estratégica, seja no estabelecimento do diálogo.

Quadro 15. Principais ideias para Parcerias

Parcerias	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Ferramentas	GF, Q, AD, CC
	Divergências	GF, Q, AD, CC
	Redes	GF, AD, CC
	Articulação	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor

Quadro 16. Trechos que representam as principais ideias entorno de Parcerias

Parcerias	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
T.	Levantei isso em outros momentos e isso pode ser resolvido de diversas maneiras, que a gente já discutiu né? Como parcerias, para gente conseguir ter mais ferramentas(...)
A.	(...) por outro lado os dois grupos trabalhavam em duas linhas diferentes e no fim a gente já sabe do resto (...)
P.	(...) quanto que a gente consegue, para além do nosso grupo, se juntar com outras pessoas, que estão construindo a mesma coisa que a gente?
N.	Eu coloquei “articulação”, no sentido que, claro, nem sempre conseguimos articular tão bem com todas elas, mas que com algumas delas fluiu bem. E também, até com a própria secretaria. Esse processo de lidar com órgãos do governo, lidar com outras pessoas de outros lugares, o evento no SESC, enfim.
P.	Um outro desafio é fortalecer as redes já existentes, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, as instituições públicas que trabalham com a agroecologia nos territórios

Fonte: Autor.

A reflexão sobre as parcerias parte, também, da quantidade de grupos que aparecem querendo contribuir e em como, cada um deles, não só buscam coisas diferentes, mas acabam atuando muitas vezes de maneira esporádica e errática, não sendo incomum encontrar no discurso das/os acampadas/os um descrédito sobre novos projetos e pessoas no local (CARCAIOLI, 2014a). Em muitas situações são pessoas bem-intencionadas, que não necessariamente têm um preparo para atuarem fora de uma visão difusionista, ou que não conseguem o aporte e recurso que buscavam para as promessas feitas. Tem aqueles/as que se envolvem por um período de tempo, contribuindo com as questões mais emergentes, como na roçagem na escolhinha, na compra dos produtos do Coletivo de Produtoras do Elizabeth Teixeira (CPET), em mutirões, entre outros, mas que acabam por não proporem ações de médio ou longo prazo, assim como também, atuando sem método/estratégia, que contribuia no exercício reflexivo da sua prática. Sem essa perspectiva, as ações e as experiências tendem a ser individualizadas, se personificam, e se perdem. Sem uma sistematização, seja oral, seja escrita, dos erros e das boas experiências, elas se tornam facilmente apagadas. São ações importantes, mas, que por não avançarem em questões estruturais,

como geração de renda, acesso a água e energia, e etc, acabam exigindo um esforço grande e permanente desses sujeitos.

Isso reforça o contexto de desafios similares, dos quais são encontrados na atuação do Motyrõ, como a falta de uma instituição que apoie um processo continuado, tempo para um processo coletivo e educador, a falta de recursos, físicos e humanos, entre outros.

Entretanto, existem três grupos históricos na atuação no acampamento. Um parceiro importante foi o Coletivo Universidade Popular (UP), que surge em 2007 na Unicamp, com as greves nas universidades estaduais e federais e que, em 2008, começa a desenvolver a extensão universitária baseada nos princípios da coletividade e autogestão, com viés Freiriano (COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR, 2013). Nesse mesmo ano, começam a realizar ações no acampamento com Educação para Jovens e Adultos (EJA), como cita Carcaioli:

A partir de 2008, devido às demandas internas da comunidade, o Coletivo Universidade Popular, através de ações de extensão universitária com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) iniciou um projeto de educação que viabilizava uma sala de EJA, com foco na alfabetização, no acampamento Elizabeth Teixeira. A estrutura pedagógica/curricular e a organização do espaço físico foram construídas coletivamente entre o Coletivo Universidade Popular e os membros da comunidade (2018, p. 46)

Um marco desse trabalho foi a construção conjunta de uma escola de alvenaria, conhecida como “escolinha”, que partiu da demanda dos próprios educandos e educandas. A arrecadação foi feita pela consolidação de um calendário composto por fotos do acampamento e de narrativas da comunidade. Com o recurso, se iniciaram as obras e inclusive foi possível comprar óculos para as educandas e educandos. A escolinha foi construída na base de mutirões com pessoas de dentro e fora da comunidade, se tornando um símbolo de resistência e organização comunitária (CARCAIOLI, 2018).

Outro grupo que tem sido importante é a ITCP, que começa a se articular primeiramente com o MST, quando em 2009 o setor de gênero do MST inicia um trabalho de fortalecimento produtivo para mulheres, convidando o grupo para apoiar esse trabalho, do qual se configura na criação do grupo Luiza Mahin. O Luiza Mahin, teve uma alta rotatividade de pessoas, com uma média de 7 a 8 mulheres, durando até 2015, sendo o principal canal de comercialização o “sacolão”, uma feira baseada no circuito curto de comercialização (PAULA; ROCHA, 2016). As atividades do sacolão também foram fortalecidas pela UP e pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “David Arantes” (CEDECA).

A UP se desfaz em 2015, por divergências internas relacionadas à forma de atuação nos acampamentos e assentamentos. Muitos ex-integrantes acabam entrando para movimentos sociais, como MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) (DE MELO, 2021) e alguns acabam continuando a contribuir na rede de parcerias dentro com Acampamento, especialmente junto à ITCP no CEPT.

O CEDECA (2021), o terceiro grupo importante na atuação junto ao acampamento, é uma organização da sociedade civil, constituída em 1997, que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, realizando atendimentos individuais e em grupos. Com a saída da UP, ele acaba assumindo os trabalhos na escolhinha, com a Ciranda Infantil, assim como, atuando junto às questões dos direitos da criança e do adolescente, dando continuidade a um importante trabalho no acampamento.

Em 2016, surge o CEPT, formado por 6 agricultoras, com objetivo de contribuir no escoamento dos seus produtos. A CEPT, por meio dessa rede de parcerias, onde a ITCP estaria focalizando ações diretas com as agricultoras no campo, e o CEDECA (agregado a pessoas próximas do grupo), no Grupo de Consumo Responsável (GCR). Em apenas 3 anos, de 2016 a 2019, houve uma comercialização de 4 toneladas de alimentos, com mais de 100 pessoas passando pela iniciativa, da qual a geração de renda que foi essencial para fortalecer as relações familiares, de trabalho conjunto tornando-as mais justas, saudáveis e solidárias (CHERACOMO; ESQUERDO, 2020; SILVA; SILVA; MOROSKI, 2020).

A estratégia foi se adaptando, buscando aumentar a venda direta, com venda de cestas, diminuindo a dependência de um grupo intermediário. Com a pandemia, o grupo foi fortalecendo ações nesse sentido, do qual a ITCP teve papel fundamental, tanto na criação de um financiamento coletivo que garantiu uma Kombi para o CPET, quanto nas articulações e planejamento produtivo, adequando os tipos de produtos que compõem a cesta.

Assim, fica evidenciado a importância de uma rede de parcerias junto ao acampamento, que apesar de envolver poucas pessoas, ainda assim se consolidaria como experiências que refletem internamente no acampamento como um todo, como o trabalho com a Ciranda Infantil (FREITAS, 2018).

De alguma maneira os grupos, que têm atuado por mais tempo, têm conseguido ocupar espaços institucionais, sendo por projetos em conjunto com a prefeitura (como o CEDECA), ou junto à projetos com a Unicamp. Também são grupos que se preocupam com a continuidade e têm buscado manter o fluxo de ações ao longo dos anos. Entretanto, é importante destacar, que muitas vezes os/as agricultores/as têm reconhecido as ações dos indivíduos e não dos grupos. Em um sentido, demonstra uma aproximação relacional importante, em outro, pode apontar uma

fragilidade na comunicação, pois não ficaria claro o papel da presença dos grupos no acampamento, no sentido do que eles representem do que eles se propõem a desenvolver no território. Nas idas de campo, não era incomum, por exemplo, os/as estudantes serem confundidos/as com funcionários do INCRA, assim como, nesse mesmo sentido, muitas vezes os grupos são demandados a cumprir papéis que não conseguem desenvolver, como na regularização da terra, na garantia de recursos para iniciar uma produção, na logística, entre outros, gerando uma frustração entre todos/as envolvidos/as.

O papel das parcerias e da atuação em rede tem sido uma fonte importante na ampliação da capacidade de desenvolver ações continuadas. Ainda assim, aparece na narrativa, o desafio e a frustração sobre as divergências entre as parcerias, fosse pela ação voluntarista de indivíduos não organizados, pelo não desejo de atuar em coletivo, pela dificuldade no diálogo entre os grupos, ou pela divergência estratégica.

T. afirma que é importante “ (...) não continuar marginalizando eles, seja pro bem “*Ab eles são uma divindade?*” mas ainda continuarem sendo marginalizados”, se referindo como algumas pessoas que atuavam no acampamento, olhavam para as/os acampadas/os. Situação que reforçaria uma marginalização, ao não os conceber como sujeitos potentes e integrais, precisando serem “colocados em pedestais”. Taveira e Oliveira (2008, p. 22) apontam que os extensionistas devem insistir em serem profissionais que acreditam na capacidade de cada assentado, assim não os tratando com complacência, porque esta sim seria a “negação da crença do técnico nos assentados.”. No acampamento, esse tipo de percepção acabava por dificultar o desenvolvimento da autonomia por parte dos/as agricultores/as, porque em muitas questões deixou-se de dar certas responsabilidades aos/as agricultores/as, porque eram tarefas muito complexas. O que poderia deixar uma situação de dependência externa permanente.

Se torna central continuar articulando parcerias, apontando sempre para a auto-organização e autonomia comunitária. Assim, deve-se construir processos que permitam espaços de diálogo constantes, sejam estratégicos, sejam para as ações no dia-a-dia, entre todos os atores sociais do acampamento.

Em relação à continuidade de projetos de extensão universitária, a experiência da ITCP Unicamp tem se demonstrado um exemplo importante ao conseguir, apesar do constante esforço relatado, recursos (ainda que básicos) pautando institucionalmente a Unicamp a cumprir seu papel social como Universidade (INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CULTURA, 2009, 2011, 2013).

4.3.6. Relação com as/os acampadas/os

Em relação às/aos acampadas/os, as ideias (Quadro 17 e 18) transitam em torno de como as relações se estabeleceram e seus desafios. O exercício do diálogo, a construção e a importância das relações interpessoais, a expectativa e a concreticidade sobre as ações, o comprometimento, os conflitos e as dores durante o processo. Assim como também, das relações estabelecidas, puderam emergir atividades que buscaram contribuir em demandas enunciadas e sobre a questão da autonomia comunitária, deixando uma “sementinha”.

Quadro 17. Principais ideias para Relação com as/os acampadas/os

Relação com as/os Acampadas/os	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Diálogo	GF, Q, AD, CC
	Confiança	GF, Q, AD, CC
	Expectativas	GF, Q, AD, CC
	Concreticidade	GF, Q, AD, CC
	Dores	GF, AD, CC
	Relações interpessoais	GF, Q, AD, CC
	Conflitos	GF, Q, AD, CC
	Compromisso	GF, AD, CC
	Histórico de atuação	GF, Q, AD, CC
“Sementinha”	GF, Q, AD, CC	

Fonte: Autor.

Quadro 18. Trechos que representam as principais ideias entorno de Relação com as/os acampadas/os

Relação com as/os Acampadas/os	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
T.	(...) proximidade com a base, com assentados e assentadas em que a gente consiga traçar uma confiança (...)
M.	Pelo menos eu, comecei nessa linha de lidar com pessoas e trabalhar com pessoas e, trabalhar com um grupo de pessoas. Eu comecei aqui no Motyrõ. (...) E aí surgiram diversos desafios assim, de como você lidar com conflitos.
A.	Motyrõ ele não tem, assim como a ESALQ, ele não tem um grande histórico de atuação no Elizabeth Teixeira (...) A gente chegou lá e não temos muitos contatos de ali dentro (...)
P.	(...) o quanto que essa expectativa vira uma realidade? Eu não via, porque a gente não disse o que foi entendido. E eu acho que também, dentro disso, tem muita questão de.... da confiança no nosso trabalho, né? Que eu acho que vem a partir do momento que a gente consegue... e vai fazendo as coisas. Que aquilo vai se tornando uma realidade, eles vão confiando na gente.
J2.	(...) o que mais vem, é a questão da presença. O quanto, verdadeiramente, a gente consegue estar lá? O quão verdadeiramente a gente consegue estabelecer essa conexão? (...) Eu acho que primeiramente, a gente tem que estabelecer uma conexão de maneira mais forte, e acho que o estar presente e a periodicidade em que as coisas acontecem (...)
J.	(...) não adianta a gente fazer o planejamento mais perfeito de que todos, tentar aplicar e não ter o retorno e, não ter essa motivação. Essa vontade deles.

N.	E coloquei “trabalhar no campo e com as pessoas”. Que eu acho que na dor e no amor, de algum jeito, se tirou coisas boas dali. Coisas que a gente aprendeu a como fazer, e como não fazer (...)
R.	E a outra coisa foi o “compromisso das agricultoras”, no sentido de estar participando do processo do protocolo, e de se responsabilizar. Porque foi aquilo que a gente conversou. Isso do protocolo é uma coisa nossa, que a gente pegou para fazer, mas também é um compromisso delas. Então tem o nosso nome e o nome delas ali. Então assim, nas oficinas, todas estarem presentes. Porque é uma responsabilidade, é um compromisso que a gente marcou. De oficinas serem uma parte do processo do protocolo. Então elas terem esse compromisso. De explicar, justificar o porquê não consegue.
A.	(...) talvez a gente tenha colocado algumas sementinhas. Como o conceito de autogestão, que a gente passou a levar ali. As discussões, muitas vezes apareciam, do que é orgânico ou não. O que é agroecológico e o que não é agroecológico. O que, abre aspas, pode e o que não pode. Até a produção de mudas, ensinar como você faz o próprio substrato e não ficar à mercê da compra das empresas. Essa ideia do empoderamento deles. E nisso a gente pode pegar todas as ações do protocolo, que a gente conseguiu colocar em prática, mais o que a gente conseguiu discutir para colocar em prática. Eu acho que nessa forma, as sementinhas da Agroecologia, a gente conseguiu levar um pouquinho
M.	(...) a gente estava indo lá, se apresentando enquanto alunos que estavam buscando fazer, ajudar assim, e auxiliar de alguma forma, aqueles lotes, aquelas pessoas. E as formações, as reuniões. Então, o que eu escrevi é que eu acredito que pelo menos, uma sementinha foi plantada (...)
R.	As motivações também são diferentes. E também, de estar presente. Que eu acho que, as vezes é necessário no começo, para pegar aquela confiança (...)

Fonte: Autor.

Como se dá a relação junto às/aos acampadas/os é a premissa para todo trabalho com base de uma extensão dialógica. A extensão como perspectiva de comunicação, na troca entre os sujeitos, ambos como sujeitos integrais e potentes (FREIRE, 1983). Paulo Freire (1983) enfatiza que uma pessoa não pode pensar sozinha, sem a “co-participação” de outras pessoas, o que se daria na comunicação. Comunicação verdadeira que não se dá na transferência do conhecimento, mas no ato de compreender o significado, isto é, numa comunicação crítica. Assim a comunicação só existiria no diálogo, que é mais do que a transmissão de mensagens entre interlocutores, mas a plenitude da alteridade, no auto-conhecimento pelo conhecimento do outro (MARCUSOZZO, 2008; MARTINS, 1987). A educação é comunicação, é diálogo na medida em que esse encontro entre sujeitos acontece na busca pela significação (FREIRE, 1983).

Assim, é um processo conflituoso, crítico e continuado. É nesse sentido que aparecem falas que reverberam a importância do histórico de atuação, e a relação de confiança, que se fortaleceria ao longo do tempo. Quando JM diz sobre o desafio de atuar no acampamento: "o que mais vem é a questão da presença...". R. aponta que a frequência é importante, especialmente "(...) necessário no começo, para pegar aquela confiança (...)". T. reforça a proximidade, no dia a dia, vivenciando com a base social do acampamento para se criar laços.

Muitas pessoas do Motyrõ, por não terem um histórico de atuação e a experiência interpessoal para lidar com grupo de pessoas e mediar conflitos (internos e externos), se reforçaria o desafio de constituir as relações junto ao acampamento.

Essa relação interpessoal reforça uma busca pela desobjetificação, entretanto elas se dão em um espectro grandee os conflitos têm um espaço importante nas falas e nas dinâmicas junto às/aos agricultoras/es. Sejam pelas expectativas criadas que não são cumpridas, sejam por divergências e ruídos que são pouco reelaboradas coletivamente. N. ao dizer sobre os desafios em relação à participação coloca a comunicação como um ponto importante:“ (...) mas não só no sentido de falhar a comunicação, (...). Mas no sentido de não conseguir sentar para conversar e resolver as coisas. Porque eu acho que é muito duro ter um problema e não conseguir resolver ele conversando. Pelo menos conversando”. R. reforça que é necessário esse comprometimento, para que seja uma relação de via dupla, e que esse comprometimento não significa apenas estar em uma atividade combinada, mas no próprio diálogo.

O diálogo é a premissa para qualquer atividade, onde os sujeitos precisam estabelecer laços de empatia e comprometimento com o processo. Assim o grupo preferiu não desenvolver ações que não possibilitassem a apropriação pelos/as acampados/as, em um sentido para não estabelecer uma relação “paternalista”, e noutro, para não criar receitas para problemas complexos, numa perspectiva difusionista. É uma linha sempre tênue, porque, como dito acima, em uma situação de marginalização profunda, existem condições básicas que o estado (aqui representado na universidade pública) precisa oferecer, em outra mão, sabendo dos desafios da continuidade, da limitação de recursos, e etc, podem-se desenvolver atividades que, não sendo bem conectadas com a realidade objetiva de cada pessoa, gerem mais problemas do que soluções. Existem relatos diversos desse tipo no acampamento, como por exemplo, em uma situação que foi sugerido que uma agricultora plantasse bananeiras, em quase todo seu lote, mas pela falta de água, as bananeiras foram morrendo, ou que os/as agricultores/as fizessem um investimento de estruturas para comercialização de alimentos minimamente processados para as políticas de aquisição de alimento, mas com o cancelamento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e a falta de energia no local, geraram apenas endividamentos.

J. traz que "(...) não adianta a gente fazer o planejamento mais perfeito de todos, tentar aplicar e não ter o retorno e, não ter essa motivação. Essa vontade deles." Assim, mesmo tendo um planejamento conjunto com os atores sociais, bem organizado ainda não bastaria, porque precisaria estar verdadeiramente relacionada com a vontade e a motivação das/os acampadas/os.

É um exercício desafiador, e essa relação abrange aspectos profundos, especialmente no encontro entre realidades distintas, tocando inevitavelmente em nossa subjetividade, pois esse ato

implica um contínuo pensar-se(SANTOS, 2007). E uma interação deve buscar criar espaço na comunicação verbal e corporal, na afetividade e em outras dimensões não cognitivas clássicas, permitindo a expressão humana como um todo, sendo ela multidimensional e complexa (FLEURI, 2008).

Ainda com essas reflexões o grupo entende que conseguiu fortalecer laços junto à pessoas do acampamento. Para R.

(...) as oficinas ajudaram um pouco, na questão da caderneta, e a oficina de viveiro. Ajudaram um pouco nesses aprendizados. Que elas podem estar sendo mais autônomas, no viveiro, e não ficar comprando. A caderneta ajudar na questão do planejamento. Não depender da gente estar pensando para elas o planejamento. Elas mesmas podem estar anotando, quais foram os gastos.

De forma geral as falas apontam principalmente que as boas relações foram estabelecidas quando associadas a questões que foram mais “concretas”, como a reforma da escolinha, a garantia do Protocolo de Transição Agroecológica (PTA), os mutirões e oficinas. E como processo educador, que possibilitou ser um “divisor de águas” (J.) para integrantes do Motyrõ, e que também teria sido possível deixar uma “sementinha” em relação às questões da autogestão e da autonomia no acampamento.

4.3.7. A contra hegemonia

A agroecologia foi incorporada pelos movimentos ambientalistas das décadas de 60 e 70 (ALTIERI; TOLEDO, 2011; BIASE, 2016; CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009; GUZMÀN CASADO; MOLINA; SEVILLA GUZMÀN, 2000), estando no Brasil, atrelada historicamente aos movimentos sociais, que fazem enfrentamento ao modelo capitalista (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Assim, ela é necessariamente contra hegemônica. As ideias relacionadas à contra hegemonia aparecem associadas ao conservadorismo universitário, na epistemologia da ciência, em relação ao modelo do agronegócio, face aos princípios e valores associados ao capitalismo, na conjuntura da política atual e na descrença e desvalorização da agroecologia (Quadro 19 e 20).

Quadro 19. Principais ideias para Contra-hegemonia

Contra hegemonia	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Conservadorismo	GF, Q, AD, CC
	Conjuntura Política	GF, Q, AD, CC
	Agronegócio	GF, Q, AD, CC
	Princípios e valores	GF, Q, AD, CC
	Ciência tradicional	GF, Q,
Descrença/Desvalorização Agroecologia	GF, Q, AD, CC	

Fonte: Autor.

Quadro 20. Trechos que representam as principais ideias entorno de Contra hegemonia

Contra Hegemonia	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
T.	(...) porque não está vindo recurso, porque que a gente não está conseguindo esse aporte? É justamente porque estamos querendo trabalhar em outra lógica (...) a gente já está trabalhando com situação à margem, propondo um sistema totalmente alternativo à hegemonia de produção (...)
H.	Eu entendo também essas questões, tipo, estruturais mesmo, considerando que a ESALQ é uma instituição, que é, enfim. Vai numa contrapartida, na contramão do que a gente está tentando construir (...)
P.	O avanço das políticas neoliberais que representam a submissão à vontade do capital, que não apoia projetos de desenvolvimento nacional. A desconexão das pessoas da cidade com o campo, fazendo com que muitas vezes não se sintam parte do meio rural. Os desafios organizativos do movimentos sociais em um país tão grande como o nosso.
T.	O conflito com o paradigma hegemônico nos apresenta muitas necessidades e tarefas de transformações (...) Vários princípios da agroecologia entram diretamente em conflito com a cultura individualista e capitalista.
R.	No Brasil: as opressões, violências, omissões, silenciamentos, na história e na atualidade, por parte do governo, contra das lutas dos movimentos sociais pelo nosso direito a terra, a alimentação saudável, a moradia.
N.	(...) mas pensando a agroecologia acredito que o principal desafio é a falta de espaço, uma postura de não dar credibilidade, de tratá-la ainda como um mito (...)
P.	(...) mostrar que os conhecimentos produzidos em outros contextos, além daqueles considerados científicos, "tradicionais" e teóricos também são válidos.

Fonte: Autor.

As falas reforçam a universidade hegemonicamente voltada ao agronegócio, sob a égide do modelo neoliberal. Estando dessa maneira sobre a luz da ciência clássica, que não só fortalece a lógica colonizante, mas viria seguida das formas de dominação e opressão associadas (SANTOS; MENESES, 2009). Assim a universidade, além de não apoiar espaços relacionados a essas temáticas ainda reforçaria a agroecologia como um “mito” (no sentido pejorativo), desacreditando suas experiências e seu método científico. De forma geral no Brasil, quando a agroecologia foi se deslocando dos parâmetros científicos clássicos, o que acabou gerando um desconforto, e inclusive, resistência, pelos meios acadêmicos e técnico-científicos (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER,

2009). Não é à toa, pois se torna um confronto direto às instituições e formas de pensamento vigentes.

A contra hegemonia aparece em escalas distintas, passando desde os valores e princípios a questões da conjuntura nacional. Isso se dá porque ela existe como um movimento político que tem suas bases epistemológicas dentro de um novo paradigma a construir. Paradigma este que precisa ser revolucionário porque ameaça não só ideias e teorias, mas o prestígio, o estatuto e carreira de quem vive da crença estabelecida do paradigma hegemônico (CAPORAL, 2008; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

A agroecologia se reconhece pluralista frente às concepções fechadas de paradigma, que não admite contradições e condenam toda ideia ou pretensão de conhecimento que escape sua lógica (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013). É, portanto um paradigma antitotalitário, que não tem ambição de ser o mais verdadeiro ou único. Sendo plural, tem função de se estabelecer no diálogo com outros paradigmas, nos quais se reconhece, podendo coexistirem nas suas construções e na sua forma de pensar e ser o mundo.

O Bem Viver, assim como a agroecologia, é uma “utopia a construir”, por derivar de um complexo de sistemas conviviais e harmônicos, com origens contextualizadas e específicas, que abarca cada vez mais, extensos conceitos convergentes (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA-ÁLVAREZ, 2016; GUDYNAS; ACOSTA, 2011; PESSOA, 2019). O Bem Viver seria um exemplo bivalente identitário, porque ao buscar o Bem Viver também se busca a Agroecologia. Isto por serem paradigmas plurais, biocêntricos, anticapitalistas e anti-imperialistas e em construção. Aqui, as identidades não se negam, se complementam.

A ruptura sobre a qual a agroecologia se propõe precisa da práxis utópica e isso significa “clareza política do enfrentamento da realidade concreta.” (RODRIGUES, 2017, p. 60). Assim, a análise sobre a realidade é primordial para entender em como continuar caminhando nesse paradigma que se busca consolidar.

4.3.8. Complexidade

Frente às multifacetadas questões que apareceram durante as ações se identificou a Complexidade (Quadro 21 e 22), que estaria associada à necessidade de melhor entender o contexto, lidar com o tempo dos processos, quebrar a lógica compartimentalizadora, fazendo assim uma análise sobre o conjunto de maneira mais assertiva e, portanto, com ações mais coerentes.

Quadro 21. Principais ideias para Complexidade

Complexidade	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Compartmentalização	GF, Q, AD, CC
	Análise conjuntural	GF, Q, AD, CC
	Tempo	GF, Q, AD, CC
	Contexto	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor

Quadro 22. Trechos que representam as principais ideias entorno de Complexidade

Complexidade	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
L.	(...) atuar em processos complexos (...)
P.	Que sempre foi todo mundo nas suas caixinhas e ninguém nunca juntou as caixinhas, para gente tentar fazer essa construção maior (...)
L.	Dentro de todo esse contexto do acampamento. Inclusive, de tudo isso, eu acho que o que a gente mais aprende, de longe, é para gente mesmo, nessa lógica de assentamento agroecológico. Como a gente construiu essa estratégia para chegar no grupo de mulheres? Como que a gente faz a disputa de política pública? Entender que têm que vir a partir de política pública e das articulações.(...) junto com a lida do dia a dia no trabalho, junto com o tempo que a gente tem. Eu acho que saber das nossas próprias limitações (...)
R.	Em que situação que o acampamento está hoje, para ser agroecológico? Tem todo um caminho. A gente precisa pensar nesse todo, coloquei o “número de demandas” neste sentido, de tudo que será necessário para esse agroecológico se tornar concreto e o tempo que a gente tem como estudante para a gente estar inserido nesse processo. A gente precisar ter cuidado com o tempo de imediato, tempo de médio e longo prazo.
H.	Mas o que eu pensei, o que limita mesmo o trabalho lá, é assim, fazendo uso do que a gente está fazendo agora, né? Que é a análise concreta da situação concreta, que a gente tenta traçar uma estratégia para onde, da situação que a gente tem
R.	E terceira coisa, é o contexto do acampamento. Como nós, como extensionistas, conseguimos avaliar esse contexto? Como nós, assim, como extensionistas, conseguimos avaliar todo esse contexto próprio, e pensar em ações efetivas ou participativas?

Fonte: Autor.

Edgar Morin já em 1977 definia que a base da vida é a própria complexidade e que o “(...) simples não passa dum momento arbitrário de abstração arrancado às complexidades, dum instrumento eficaz de manipulação laminando uma complexidade A gênese é complexa.”(1977, p. 344), dessa maneira, ter o conhecimento que identifica o mistério presente na complexidade (daquilo que não se sabe) seria um progresso, já que estaria assim, se afastando de uma condição delirante de reduzir o real à ideia.

Grigoletto, Lorenzo e Fonseca enfatizam que apenas na relação entre os assentamentos e o poder público local se apresenta como uma “(...) considerável complexidade, revelando um enorme desafio analítico-reflexivo.” (2013, p. 134), da qual não se teria soluções universais. Essa fala reflete muito a percepção de H. quando diz que:

Penso que a mudança assim, de qualquer comunidade, de qualquer sociedade, a resposta para aquela comunidade está na... parte da própria comunidade, sabe? Não tem uma resposta para as soluções do Brasil ou de qualquer outro país, não tem respostas para ESALQ de qualquer outra universidade, assim como não tem respostas para o Elizabeth Teixeira se elas não partem de lá.

Existiria ainda o hábito de se pensar de forma cartesiana na resolução dos problemas, acreditando que existem soluções universais, ou que resolveriam todos os desafios presentes. Assim seria necessário extrapolar esse raciocínio, entendendo que a atuação reside sobre uma realidade complexa, da qual se busca encontrar partes que contribuam em um olhar sistêmico, ao mesmo tempo, que se tomaria central reavaliar constantemente sobre a práxis, para lidar com a emergência de situações que distoam do objetivo do trabalho.

O que nos remete à importância de se desenvolver uma boa análise da situação, descobrindo o papel do grupo frente a sua complexidade posta. Dessa maneira, M. diz que ao se buscar construir assentamento agroecológico é necessário estar “pensando no papel, e aonde a gente se insere enquanto estudantes da ESALQ.”, sendo “ (...) passos muito de formiguinha, muito de formiguinha. Porque você está lidando com pessoas. A gente está se inserindo em outra realidade (M.)

Ramsay, Frias e Beltran (1975), importantes teóricos da extensão rural, afirmam que a agricultura é uma relação humano e natureza, assim, a extensão, que busca um desenvolvimento integral da agricultura, os teriam como fatores igualmente importantes a serem lidados em sua completude. Entretanto nessa relação:

(...)el fin ultimo de ambos es uno solo: el pleno desarrollo de la persona humana. Em efecto, de los diversos cambios que la Extensión pueda lograr en la población rural, los más importantes son los de actitude, pues ellos facilitan los de conocimientos y de destrezas, todos los cuales constituyen un medio para lograr los cambios sociales y económicos. Sin embargo, ninguno de estos cambios debe considerarse como el fin último de la Extensión. Todos ellos están dirigidos a lograr el pleno desarrollo de la persona humana; conquista que sólo puede obtenerse después que se haya elevado la situación económica, social y educativa del hombre hasta un nivel de vida digno(1975, p. 6–7).

Dessa maneira, a extensão estaria envolvida tanto com os problemas relacionados diretamente com a produção agrícola, quanto com os problemas relativos às condições nas quais ela se desenvolve, isto significaria tudo que se relaciona ao bem-estar da população, na sua situação

econômica, na sua saúde, alimentação, recreação, relação familiar e comunitária e etc. O que traz à tona toda a complexidade, que é lidar com a totalidade do ser humano, buscando dar suporte à sua emancipação. Apesar da complexidade, não pode ser vista como um retrocesso porque parte de um paradigma mais conectado com a própria natureza, ela é um ponto de partida para um pensamento multidimensional, um pensamento dialógico (MORIN, 2005).

4.3.9. Principal ator social

Para que o acampamento aponte para um assentamento agroecológico se identifica que, apesar de ser uma demanda para toda a sociedade, existe um ator social principal, que seriam as pessoas do acampamento organizadas. As ideias em torno do Principal ator social (Quadro 23 e 24) estão associadas ao engajamento/participação, no senso de comunidade, nos problemas pessoais e abandono, assim como na utopia e no MST.

Quadro 23. Principais ideias para Principal ator social

Principal ator social	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Engajamento/participação	GF, Q, AD, CC
	Senso de Comunidade	GF, Q, AD, CC
	Abandono	GF, Q, AD, CC
	Utopia	GF, Q.
	MST	GF, Q, AD, CC
	Problemas pessoais	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor.

Quadro 24. Trechos que representam as principais ideias entorno de Principal ator social

Principal ator social	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas idéias
R.	Como que a gente constrói coisas juntas, com eles se sentindo parte do processo? Que eles tenham a responsabilidade? Tenham... são atores também. Como estar todo mundo nessa sintonia?
L.	(...) não somos os sujeitos centrais, ou atores centrais nessa perspectiva de assentamento agroecológico. Ele é agroecológico quando o sujeito que vive nesse contexto é o que sonha e atua nessa perspectiva (...)
J2	E o quanto que a construção da gente ajudar na construção de um assentamento agroecológico e tudo mais?
H.	Penso que a mudança assim, de qualquer comunidade, de qualquer sociedade, a resposta para aquela comunidade está na... parte da própria comunidade, sabe?
J.	(...) não adianta a gente fazer o planejamento mais perfeito de que todos, tentar aplicar e não ter o retorno e, não ter essa motivação. Essa vontade deles

J.	(...) “Problemas pessoais”, que acabam sempre afetando, tanto da nossa parte, quanto da deles. E eu senti isso da minha parte também, que muitas vezes, muitos problemas pessoais acabavam interferindo na maneira como eu ia agir ou pensar. E o “abandono”, a falta de atenção e cuidados com os agricultores. Em relação ao abandono do MST, da sociedade. De não dar uma condição de saúde melhor para eles.
H.	Se não tem, eu acho, que se não parte de uma necessidade de dentro do acampamento, de buscar a agroecologia, de construir um projeto de assentamento de etiqueta, em trabalho em conjunto, tipo, não vai existir grupo de estágio que vai chegar lá e vai trabalhar e que vai construir um assentamento agroecológico, sabe?
L.	(...) pelo o que eu consegui viver e consigo, por isso, sonhar. Seja por sonhos, pelas relações. Quando você está marginalizado você também está marginalizado em sonhar. Isso faz com que fique mais difícil projetar suas ações para esse novo. (...) Eu acho que isso limita muito a possibilidade de criar coisas desafiadoras, como é, por exemplo a ideia da coletividade, da participação no processo de construção coletiva.

Fonte: Autor.

L. aponta que (...) não somos os sujeitos centrais, ou atores centrais nessa perspectiva de assentamento agroecológico. Ele é agroecológico quando o sujeito que vive nesse contexto é o que sonha e atua nessa perspectiva (...), entendendo que construção ganha sentido quando os sujeitos que moram e vivem ali estiverem engajados nessa perspectiva”. Isso colocaria o grupo Motyrõ numa atuação educadora, que provocaria os processos especialmente para uma organização comunitária, mas quem não tomaria para si o protagonismo social. O assentamento deve ser reflexo do sonho das pessoas que ali moram. Isso não colocaria o grupo em uma condição de menor importância, mas do conhecimento do próprio papel.

Importante identificar que essas relações são fluídas e acontecem no tensionamento, naquilo o grupo de extensão universitária pauta sobre a concepção de um projeto de assentamento agroecológico, de encontro com o que os/as moradores/as vão se identificando, compartilhando entre si, e construindo no dia a dia. O que demandaria o diálogo constante e a organização social e comunitária.

Nos acampamentos organizados pelo MST é possível observar uma estrutura organizativa que potencializa a participação democrática, envolvendo os sujeitos em atividades como: eleições de lideranças, assembleias como instâncias de máxima deliberação, reuniões periódicas e divisão de tarefas (FILHO; FERRANTE, 2009). A própria existência do CPET no acampamento é alinhada com os princípios do MST, de apontar a autonomia das mulheres no combate ao machismo e toda forma de discriminação feminina. Perspectiva que tem sua visibilidade pelo menos desde 1985, quando o MST aprova em seu congresso nacional, a organização de comissões de mulheres para discutir questões específicas da pauta de gênero, buscando fortalecer a atuação das mulheres em diferentes instâncias de poder (MENDONÇA; MORUZZI MARQUES, 2018).

Apesar de ser um acampamento organizado pelo MST, ele teve sua maior influência no começo das ocupações e que, com o passar do tempo a identidade e autoridade organizativa foi se

dissolvendo, especialmente com a saída de ex militantes do movimento. Isso acontece especialmente entre 2010 e 2011 em um conflito na regional de Campinas, Limeira e Americana, sobre a ação estratégica do movimento em seguir numa linha mais associada à base do governo ou de fazer enfrentamentos diretos, deixando um certo vazio nessa região (DE MELO, 2021). Esse conflito culmina na “Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas”, conhecida como “carta dos 51”, pelos seus 51 signatários, que saem de suas organizações apontando uma crítica na estratégia (2011).

Ao se falar sobre a participação no acampamento, M. aponta que “(...)eu acho que as vezes, o movimento do MST traz esse espírito para dentro do acampamento, do assentamento e que é um artefato muito importante para o processo. E que não deixa de ser um desafio (...)”. Com a ausência do MST, esse espírito organizativo e identitário se tornaria mais frágil.

A territorialidade, ou a expressão do território pode ser dividida em dois aspectos importantes segundo Heidrich (2017, p. 30), sendo: “(a) a territorialidade como ação constituída por grupos ou comunidades e; (b) a territorialidade como um constructo derivado dessa ação, como apropriação do espaço.” Em ambos é um projeto comunitário, físico e simbólico, do qual está em movimento constante. Nessa perspectiva de construção de um assentamento agroecológico pressuporia dois elementos principais, a identidade com esse projeto e segundo, a participação. Ambos não vistos como estáticos, mas como parte de uma rede de relações e processos. Entre esses, por exemplo, está o grupo Motyrõ, na identidade de um coletivo que trabalharia os processos educadores, em prol de um assentamento agroecológico.

Assim, identificando o papel que o grupo se coloca na extensão universitária agroecológica, a construção para o assentamento agroecológico necessitaria estar vinculado a um projeto comum, constituído especialmente pelo diálogo e protagonizado pela organização comunitária do acampamento.

A percepção nas falas é de que esse projeto não é comum, e que o diálogo não foi bem estabelecido. H. aponta que

Se não tem a necessidade para eles, tipo, de construir um assentamento agroecológico, por quê que a gente vai ficar indo lá toda semana, para fazer isso? É muito contraditório, mas tipo, é isso, é pensar com os pés no chão, sabe? Eu acho que o momento de fazer isso agora é isso, de entender onde a gente vai. Qual que é a situação concreta, e a partir disso, pensar no que a gente aprendeu e refletir né? A práxis, sobre a ação e reflexão

Ele estaria refletindo sobre as condições que o grupo se encontrava, dizendo sobre o esforço que é trabalhar no acampamento especialmente se não existe uma participação, ou uma identidade comum com projeto de assentamento agroecológico vindo do próprio acampamento. O MST cumpriria um papel importante da participação e na identidade de um projeto comum, que dialoga com o assentamento agroecológico, ao enunciar a Reforma Agrária Popular (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009). Entretanto,

Uma resposta recorrente, muito recorrente, quando a gente conversava com eles em relação ao movimento, de reuniões e a participação era sempre um desgaste, sempre um histórico de que, *“Ah, eu já fiz tal e tal coisa, mas aí não deu em nada e então veio outra coisa e não vou mais”*. Eu acho que é entendível. Dá para entender a realidade, o porquê eles se sentem assim (...) (A.)

Uma situação que é compreensível pelo contexto da luta dentro do Elizabeth Teixeira, segundo Rodrigues (2016)

Podemos notar rostos cansados e falas de descrença dos acampados e acampadas em relação à luta, ao trabalho coletivo, ao MST, às suas vidas de maneira geral (...) dezenas de acampados e acampadas morreram por problemas de saúde física ou mental (leia-se aqui, problemas na estrutura do serviço público de saúde, que não consegue garantir atendimento adequado), criminalidade, acidentes, falta de passarela para atravessar a rodovia. Morreram em luta, sem ter conquistado seus direitos básicos. O impacto objetivo na subjetividade dos que ficam é incomensurável. (2016, p. 44–45)

Muitos sujeitos da reforma agrária em São Paulo se juntam na reivindicação da terra, pela sua situação precária de vida, em busca pela sua sobrevivência, tendo sido a maioria, excluídos do mercado de trabalho, pela idade ou doenças (BOECHAT, 2020; CARVALHO, 1994). Assim, com o desgaste e o desânimo, as pessoas vão criando estratégias para se acomodarem na medida do que existe. Apenas a utilização do assentamento como moradia já cumpriria boa parte da sua função social no enfrentamento à desigualdade, especialmente aqueles que estão à beira de áreas urbanas (CARVALHO, 1994). No Elizabeth Teixeira não seria diferente, pela precariedade estabelecida, os/as agricultores/as sobrevivem, utilizando a terra como moradia e com recursos mínimos, advindos de aposentadoria e/ou com trabalhos (“bicos”) na cidade e região (DE SÁ FRIZO et al., 2020).

O sentimento de que “nada” se resolve é muito bem elaborado por Rodrigues (2016) ao afirmar uma estranheza presente nessa fala, já que seria o lugar onde as coisas mais aconteceriam. Segundo ela, a frase precisava ser dita por completo

‘Nada se resolve’ poderia ser: ‘nada se resolve pelos órgãos públicos competentes’. Assim, precisam criar códigos e procedimentos, inclusive de justiça, próprios, nem sempre ditos, mas que existem, nem sempre organizados em texto ou regulamentos. Então concretamente, **‘tudo** se resolve por nós mesmos’. Ou seja, mais trabalho. E cansa, desanima. (2016, p. 45)

Os desafios ganham outros sentidos quando vistos com mais cuidado em seu contexto, que muitas vezes é ofuscado pela incapacidade de ver o que não está sendo dito. Assim, sem um olhar cuidadoso sobre o processo, pode-se assumir uma prática e análise colonial. A participação, por exemplo, não pode ser vista de maneira elitista, realocando um desafio que é inerente a toda uma sociedade que tem influência em valores individualistas. Dessa maneira T. aponta o cuidado que se deve ter, ao abordar com arrogância a participação dos/as agricultores/as na experiência do Elizabeth Teixeira

O que são dificuldades humanas, de relacionamento, e o que são dificuldades de se lidar com agricultor, de pesquisa com humano agricultores, agricultoras, de acampamento e etc? (...) A gente consegue fazer isso, a gente, comunidade? A gente tem a compreensão que precisa se unir para ser forte. A gente consegue fazer isso aqui dentro? (...) Voce vê apresentação em congresso, e a galera falando isso. Senta um monte de pesquisador em roda e fala “ *É, lidar com agricultor é foda meu. Porque ele não se une. Assentado é foda, não se une*” Sabe? E isso é complicado, porque num é com agricultores, isso é um problema da humanidade. Problemas dos princípios capitalistas que a gente está tendo. (T.)

Uma dimensão importante sobre o desafio no engajamento e organização comunitária é abordada por L.

(...)o que eu consegui viver eu consigo, por isso, sonhar. Seja por sonhos, pelas relações. Quando você está marginalizado você também está marginalizado em sonhar. Isso faz com que fique mais difícil projetar suas ações para esse novo. (...) Eu acho que isso limita muito a possibilidade de criar coisas desafiadoras, como é, por exemplo a ideia da coletividade, da participação no processo de construção coletiva.

A precaridade objetiva também é precariedade no âmbito subjetivo, que é essencial na criação de um projeto de futuro. Aíton Krenak aponta que

Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades (2019, p. 25).

A capacidade de sonhar, ao contrário de um distanciamento da realidade é a capacidade de projetar e de encontrar caminhos. A utopia e o sonho é fundamental para os movimentos sociais e para aqueles que buscam uma transformação social, pois é energia que mobiliza e anima os sujeitos na mudança e construção de outra lógica para as relações sociais (RODRIGUES, 2017). Para Mitidiero Junior (2011) existe uma riqueza das ações práticas de utopia por movimentos sociais rurais ao negar as situações sociais e territoriais injustas a sociedade.

É dessa chama que a participação se assentaria, na identidade em prol de um projeto comum de melhoria nas condições existenciais da vida. Entretanto é uma rede de relações complexas e muitas vezes contraditórias. O exercício de explicitar as diferenças, gerenciar esses conflitos sem coibi-lo ou minimizá-lo, além de manter o interesse da participação perante os distintos grupos, demanda grande esforço (FURTADO, 2011).

Esse esforço deve estar aliado à sinceridade e à paciência, na busca da raiz dessas situações afim de que a análise e o diálogo estejam ocorrendo de maneira coerente com o objetivo dos sujeitos envolvidos. Assim, se torna essencial reconhecer o lugar social grupo, internalizando uma dinâmica avaliativa, de crítica e autocrítica.

4.3.10. Aprender fazendo

O aprender fazendo aparece com frequência nas narrativas, sendo coerente com o fato de ser um grupo universitário de extensão. As ideias em torno do Aprender fazendo (Quadro 25 e 26) se apresentam principalmente dentro dos desafios de se atuar na comunidade sendo que as pessoas do grupo ainda estariam em formação, sendo necessário um tempo suficiente para aprender, simultaneamente se poderia contribuir no território.

Ao se auto identificar como um grupo que lida com processos educadores, se afirmou a importância de se constituir valores internos, sistematizar as experiências, aliando a prática da teoria (práxis) em um movimento constante de autocrítica que reverbera em planejamentos contextualizados com a estratégia.

Quadro 25. Principais ideias para Aprender fazendo

Aprender fazendo	Ideias-chave	Onde é identificado: Análise Documental (AD), Caderno de Campo (CC), Grupo Focal (GF), Questionário (Q).
	Valores internos	GF, Q, AD, CC
	Processo educador	GF, Q, AD, CC
	Sistematização	GF, Q, AD, CC
	Autocrítica	GF, Q, AD, CC
	Estratégia/planejamento	GF, Q, AD, CC
	Tempo	GF, Q, AD, CC
	Teria e prática - Práxis	GF, Q, AD, CC

Fonte: Autor.

Quadro 26. Trechos que representam as principais ideias entorno de Aprender fazendo.

Aprender fazendo	
Pessoa	Exemplo de trechos de falas que representam essas ideias
R.	(...) Como nós, assim, como extensionistas, conseguimos avaliar todo esse contexto próprio, e pensar em ações efetivas ou participativas?
L.	(...) Para mim é muito a questão educadora ainda, o principal. (...) Como a gente construiu essa estratégia para chegar no grupo de mulheres? Como que a gente faz a disputa de política pública? Entender que têm que vir a partir de política pública e das articulações. Todas as vezes que aparece isso, junto com a sistematização, junto com a lida do dia a dia no trabalho, junto com o tempo que a gente tem
J2	De conhecer novas coisas, por ser um grupo de universitários, de buscar cada vez mais. Se embasar para poder falar, sabe? E todos os processos, e todas as vivências e o que, tudo isso trouxe. E o quanto a gente conseguiu levar, e o pessoal do assentamento conseguiu construir também, sabe?
P.	Porque eu acho que mostra para gente, o que é o dia a dia mesmo. Porque como a gente estava na universidade, a gente idealiza muito. E eu acho que o estar presente e ver como é o dia a dia,
R.	(...) E uma das coisas é, estarmos preparados a situações adversas e ter postura (...)
L.	(...) compreendendo ela ao mesmo tempo em que busca-se atuar (...) onde aprendemos a todo tempo, onde tentamos planejar no melhor jeito possível (...) lida na prática revela outras questões que não havíamos pensados ou mesmo vivenciados. (...) limitações do entendimento do que é agroecológico, do que é assentamento, do que é extensão popular, do que é produção orgânica e etc.
T.	Eu coloquei "Autocrítica" (...) Os erros são parte fundamental desse processo (...) Por mais que estamos errando muito, mais errando do que acertando, a gente sistematizar isso faz com que esse erro deixe de ser um erro (...)
A.	O meu pega um pouco do gancho que a M. falou sobre, é, estamos aprendendo (...)
H.	A gente projeta uma estratégia antes e aí gente vai lá, age e atua em campo e a gente tem reflexões sobre aqui e aí a gente pensa outra coisa depois. E isso faz parte do processo. E nesse processo a gente vai construindo quem que o motyřõ é, qual que é o papel dele, qual é tipo... essas coisas não vem escritas prontas assim. A gente define quem a gente é agindo

<p>P. A gente demora um tempo para construir a teoria, para gente mesmo né? Os nossos estudos, a gente demora um tempo para construir tudo isso.</p>
--

Fonte: Autor.

A falta de experiências anteriores pessoais e coletivas na prática da extensão e na relação com o acampamento, tornam cada ação um caminho de novas descobertas. Nessa atuação extensionista e dialógica, em geral se lidam com conceitos que precisam ser ainda trabalhados com os/as estudantes, assim é uma formação teórica da qual as práticas no dia a dia com o acampamento revelam aprendizados profundos, especialmente pela oportunidade de atuar a partir da práxis. Processo que diminuiria a idealização, como relata P. “(...) eu acho que mostra para gente, o que é o dia a dia mesmo. Porque como a gente estava na universidade, a gente idealiza muito. E eu acho que o estar presente e ver como é o dia a dia”. É nessa relação entre idealização e prática, entre ação e reflexão que Paulo Freire (1987) compreende a práxis.

A gente projeta uma estratégia antes e aí gente vai lá, age e atua em campo e a gente tem reflexões sobre aqui e aí a gente pensa outra coisa depois. E isso faz parte do processo. E nesse processo a gente vai construindo quem que o moty rô é, qual que é o papel dele, qual é tipo... essas coisas não vem escritas prontas assim. A gente define quem a gente é agindo (H.)

Sendo ações que necessitam de grande responsabilidade, pelo encontro entre realidades distintas, sobre um território marginalizado, o grupo desenvolveu uma estrutura orgânica para que a responsabilidade, e a avaliação crítica sejam constantes e primordiais.

Assim, os erros fazem parte do processo do aprender fazendo, onde na autocrítica constante, coletiva e individual, busca-se sempre levar em conta a complexidade das relações que desvelam novos caminhos e formas, reelaborando a conduta e inclusive das estratégias. Trata-se de buscar compreender a ação pedagógica dentro da sua relação com a totalidade, das quais tem repercursões políticas e éticas (ARAÚJO, 2014). Segundo o Marco referencial em agroecologia (BRASIL, 2006, p. 30) da EMBRAPA, um aspecto fundamental é reconhecer que a “transição agroecológica não se dará de forma linear, ou um passo depois do outro, (...) mas que há uma dialética entre avanços e recuos que é inerente aos processos de mudança social”.

Para Vázquez (2011) o humano se humaniza a partir da práxis. É um processo de desalienação, colocando a todo o momento as pessoas que lutam em conflito com a sua história, construída socialmente pela ideologia, buscando a sua superação. Assim como educação formal contém em si processos emancipatórios e resistências, a educação emancipatória contém processos de dominação e manutenção. Dessa maneira que aparece a importância da práxis pois ela assume

as contradições no sentido de superá-las, sendo assim, a ação-reflexão e ação transformada inerentes aos processos contra hegemônicos (FÁVERO, 2011).

Holliday (2006) aponta que

Para transformar a realidade é preciso conhecê-la. Isso nos propõe o objetivo de produzir conhecimentos a partir de nossa inserção concreta e cotidiana em processos sociais específicos que fazem parte dessa realidade. Se nossa inserção se dá principalmente por meio de processos de educação, animação e organização popular, temos aí um excelente ponto de partida precisamente pela riqueza e multidimensionalidade dessas experiências. (2006, p. 35)

Segundo T. “(...) Por mais que estamos errando muito, mais errando do que acertando, a gente sistematizar isso faz com que esse erro deixe de ser um erro (...)”. Assim, é importante fazer a sistematização das experiências como uma forma de produzir conhecimentos acerca daquilo que está sendo vivenciado, buscando contribuir na práxis, construindo novos caminhos e formas de luta social.

4.4. O processo educador para uma extensão Agroecológica – Motyrõ

Foram obtidas 12 respostas ao questionário, apenas 2 integrantes⁵ não retornaram. O grupo é, e foi composto majoritariamente por mulheres, sendo 10 das 12 pessoas que responderam são do sexo feminino, e apenas 2 do sexo masculino. Foi possível constatar que o grupo apresenta uma organização multidisciplinar, com 7 graduações distintas.

A permanência no grupo, até o momento da pesquisa, variou de 5 a 36 meses, tendo apenas 3 pessoas permanecido menos que 1 ano e meio. A idade atual, varia entre 22 e 44 anos, dessas, duas pessoas entraram com 18 anos, ainda que a maioria tenha se vinculado ao grupo a partir dos seus 20 anos.

As motivações que levaram o envolvimento no Motyrõ (pergunta 3, Anexo C) foram as mais diversas (Quadro 9), sendo principalmente pelos temas abordados (91,7% das respostas), seguida da abordagem e identidade da Oca (33,3%) e dos relatos e proximidade com pessoas do grupo (16,7%). As respostas apontam a importância do histórico de atuação da Oca, que reflete uma identidade com a práxis do laboratório e com a busca pela transição para sociedades

⁵ O grupo teve, entre pessoas que passaram pelo menos 5 meses no grupo até a finalização da pesquisa, 15 integrantes. Para esse questionário o autor preferiu não participar, buscando focar no reconhecimento individual dos integrantes sobre a experiência vivenciada no grupo.

sustentáveis (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2016a). Outro ponto importante são as relações interpessoais como motivadora, sendo também um aspecto significativo, que aparece com frequência nas avaliações do grupo, valorizando essa dimensão, ao desenvolver relações de confiança e cuidado, propiciada pela abordagem metodológica dos encontros.

Quadro 27. Principais motivações levaram os/as integrantes a entrarem para o grupo Motyrõ

Motivações para o ingresso no grupo Motyrõ	Relação das respostas (%)
Temas abordados: agroecologia, reforma agrária, educação ambiental, cooperativismo, economia comunitária, agroecossistema, extensão	91,7
Identidade e abordagem da Oca	33,3
Relatos e proximidade com pessoas do grupo	16,7
Tipo de prática do grupo	16,7
Experiência com pouca abordagem na graduação	8,3
Acolhimento	8,3
Experiência com oficina conduzida pelo grupo	8,3
Discussão política	8,3
Contribuir em uma comunidade	8,3

Fonte: Autor

Como que, no decorrer do envolvimento, a identidade é construída e reelaborada coletivamente?

(...) aparentemente não há uma resposta objetiva para pergunta, mas posso dizer que o Motyrõ despertou algo em mim o sentido da importância de permanecer no curso e nesta Universidade, pela luta social em prol da Agroecologia e Reforma Agrária, ou seja, o Motyrõ foi a motivação em si, pra mim. (A.)

Quando perguntadas/os sobre os aspectos que o grupo contribuiu ou contribuiu na formação pessoal (questão 5, Anexo C), as respostas apontam para o aumento da confiança pessoal, na resignificação das relações, no olhar sobre o cotidiano, na reflexão crítica analítica, no autoconhecimento, e na capacidade de esperar e mudar o mundo.

Segundo as/os integrantes, o trabalho coletivo contribuiu no desenvolvimento da dimensão interpessoal, possibilitando "(...) criar coragem para falar, facilitar espaços, conversar com outras pessoas (...) (N.)" e desenvolver a alteridade. Na alteridade pôde emergir outras formas de ver e estar no mundo, como relata J.: "Me ensinou outras formas de ver o mundo, a busca por um futuro melhor e até mesmo para as pessoas, (...) que eu entendesse a subjetividade na vida e em

nossos pensamentos e vontades, e isso foi abrindo minha visão e caminhos para a comunicação com outros indivíduos.”.

A educação transformadora começa no diálogo, o diálogo é o encontro com o outro, entendendo-o como um sujeito social, com identidade pessoal, cultural e étnica, dotado de potencial para estar, viver no mundo e portanto transformando-o (FREIRE, 2014). Quando “ (...) no encontro entre você e eu existe, em alguma medida, uma intenção de amor ou, se quisermos, de aceitação do outro em si mesmo e tal como ele é, então é quando, em sua maior transparência, o eu do outro aparece em mim e para mim.”(BRANDÃO, 2018, p. 72).

Esse movimento dialógico e historicizado, é processo de conhecimento próprio e do mundo a sua volta. Para Paulo Freire (1987, p. 9), os “dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se,(...)” em um movimento “(...) constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma.”.

Essa capacidade de “(...) enxergar a realidade para além da bolha, a enxergar as estruturas sociais e como elas são postas, a entender que nem tudo são flores (...) (M.)” potencializa também a perspectiva extensionista de transformação social, ao identificar que “cada povo e comunidade tem a sua experiência e o seu modo de enxergar a vida e como lidar com isso ao trabalhar com eles. (M.)”

O grupo pôde propiciar o autoconhecimento valorizando outras dimensões humanas, ao acolher “(...) cada faceta de mim ao longo dos dias”, permitindo “(...) entender que eu não sou uma máquina, como o capitalismo aponta (A.)”. Ao mesmo tempo em que possibilitou “(...) transformar durante as atividades o meu processo de aprendizagem/educação tornando-o um ato político (P.)” contribuindo para “(...) diversas reflexões de mundo e conjuntura. (M2)”.

O processo educativo é um constante desvelamento e desvendamento, ao desvelarmos dos objetos nos devendamos dos sujeitos, colocando-os e se colocando como sujeito histórico, com maior consciência da sua identidade e assim, de escolhas intencionais e mais resistente a narrativas e símbolos homogenizantes (FONSECA DE ANDRADE; SORRENTINO, 2013; TASSARA; ARDANS, 2005)

R. aponta que:

Com o Motyrõ consegui pensar melhor nos meus sonhos e em como materializá-los, me ensinou a ter esperança, a acreditar mais em mim, acreditar que posso ajudar a mudar o mundo, aprender com erros e acertos, sempre fazer autoavaliação, ressignificar as relações comigo e com os outros através do afeto.(R)

Todas as respostas apresentam contribuições na formação pessoal, sendo que a maior parte das respostas apontam para o desenvolvimento interpessoal (83,3%), seguido de um autoconhecimento (75%). As dimensões apresentadas apontam para uma identidade de fazer coletivo e de transformar o mundo e suas relações. Nesse sentido, olhando pelo conjunto das respostas, é possível identificar um alinhamento com os conceitos Oca (SORRENTINO et al., 2018), onde o grupo estaria promovendo a Potência de Ação, dentro de uma Identidade planetária de transformação socioambiental, com o fazer e atuar em/para a Comunidade, pela práxis do Diálogo, consolidando o autoconhecimento e a busca pela Felicidade.

Para as respostas sobre a contribuição profissional que a experiência do grupo propiciou (questão 6, Anexo C) foi gerado um quadro (Quadro 28) com as principais ideias, e a relação de pessoas que apontaram essa ideia.

Quadro 28. Contribuição profissional do Motyrõ para seus integrantes

Contribuição profissional do Motyrõ	Relação de respostas (%)
Trabalhar com pessoas (diálogo, alteridade, comunicação interpessoal)	66,7
Na gestão (pessoas, financeira, projetos)	66,7
Técnica produtiva instrumental: agricultura, agroecologia, florestal, etc	58,3
Processos educadores e autogestionários	58,3
Desenvolver a relação teoria prática - Práxis	41,7
Aprofundar em temas: política pública, agroecologia, reforma agrária, etc.	33,3
Desenvolver a autonomia	33,3
Processos administrativos	25,0
Aprimorar a análise de conjuntura	25,0
Desenvolver o senso analítico-crítico	16,7
Escrita acadêmica-científica	16,7
Criatividade	8,3

Fonte: Autor.

É possível notar a diversidade de aspectos profissionais que o envolvimento no grupo propiciou, entre os mais citados se encontram a habilidade de trabalhar com pessoas (66,7%), gestão organizacional (66,7%), seguidos pela técnica produtiva instrumental (58,3%) e processos educadores autogestionários (58,3%). Segundo Saviani (2008) o processo educador deve buscar compreender e desenvolver formas de encaminhar pelos problemas dados na própria prática social, a partir problematização das situações vividas, na busca de instrumentos, teóricos e práticos, para

serem incorporados nas ações de todos envolvidos. Dessa maneira, a formação técnica instrumental, associada à formação interpessoal, mediada por processos autogestionários, sobre a práxis pode demonstrar um importante papel educador.

Esses resultados, podem ser melhor compreendidos através da questão 7 (Anexo C), que discorre sobre os aspectos da organicidade (dinâmica de gestão interna) que contribuíram na formação profissional e pessoal (Quadro 29).

Quadro 29. Aspectos da organicidade que contribuíram na formação profissional e pessoal dos/as integrantes do Motyrõ

Aspectos da organicidade que contribuíram na formação pessoal/profissional	Relação de respostas (%)
Autogestão	83,3
Autonomia e horizontalidade	50,0
Organização (planejamento, drive, relatoria, transparência, etc.)	41,7
Acolhimento e atividades interpessoais	33,3
Rotatividade nas atividades (coordenação, relatoria, formação, visitas, etc.)	25,0
Diálogo	25,0
Formações e troca de saberes	16,7
Avaliação	16,7

Fonte: Autor.

O questionário foi aplicado de maneira individual via *google forms* o que pode ter facilitar a emergência de palavras e ideias que foram as mais marcantes, seja na sua perspectiva de formação pessoal-profissional, seja na questão da organicidade. Dessa maneira é interessante notar que quase todas as pessoas abordaram a questão da autogestão (83,3%) como sendo um dos principais fatores nesse processo. Outros pontos apareceram com ênfase, que convergem com a ideia do processo autogestionário, como a autonomia e horizontalidade (50%), rotatividade nas atividades (25%) e diálogo (25%). A organização do grupo em relação a produção de relatorias, de sistematização e memória dos encontros, da gestão desses documentos, do planejamento semestral também foram apontados com importantes, aparecendo em 41,7% das respostas.

A autogestão, através do diálogo (FREIRE, 2002) seria uma propulsora da autonomia, vista como resultado e meio, ela seria a capacidade de não ser dominado pelo discurso do outro, não negando sua existência, mas ao contrário, tendo maior consciência “do outro” que estaria dentro dele, relacionando-o com a sua própria verdade. Seria um processo ativo e dinâmico de inter-subjetividade social (OTRANTO, 2002). A autonomia está relacionada com a ampliação do

conhecimento dos seus próprios atos e daqueles que estão no seu meio, seria então, também o desenvolvimento de uma maior responsabilidade, pela maior consciência sobre seus atos e omissões. Para Morin (2005), a autonomia precisa ser tratada, de forma a considerar os atores, os sujeitos, na tomada de consciência sobre os problemas éticos, convergindo com a busca pela do grupo na Agroecologia como projeto de transição paradigmática.

Para P.,o movimento da construção da autonomia é o principal motor do grupo. Ela é a forma em que

(...) cada integrante tem para expor suas ideias e compartilhar conhecimento. Os espaços de fala, estudo e ação que contribuem para que cada um/uma desenvolva as suas melhores habilidades e coloquem em prática efetivamente. Tudo isso gera maior engajamento com o grupo, maior capacidade de adaptação e maturidade dos envolvidos. (P)

A “(...) essência do fazer pedagógico para a formação de indivíduos autônomos é o respeito ao outro enquanto legítimo outro, o diálogo que acontece a partir da leitura de mundo, problematização, a superação de desafios, a reflexão sobre a práxis.” (PENEIREIRO, 2017, p. 2017). Assim o exercício da autonomia estaria ligado a uma práxis autogestionária e horizontal, que problematiza sobre o vivenciado, encontrando novos caminhos, em um ciclo continuado, lidando com os conflitos e contradições buscando a superação dos desafios.

A autogestão horizontal seria meio e fim, assim como o diálogo, autonomia, autoconhecimento, alteridade. Isso se dá pelo entendimento da educação como uma mediadora da prática social, colocando-a como parte do caminho e como chegada (ARAÚJO, 2014).

Um aspecto importante é como o grupo valoriza e lida com a dimensão interpessoal, buscando acolher as questões pessoais como parte da dinâmica de trabalho do grupo. Isso significava desde uma dinâmica de cuidado nas relações, buscando saber como estava cada pessoa, e quando uma pessoa não estava emocionalmente bem, ou se sentindo sobrecarregada, o grupo assumia a tarefa e tentava acolher, na medida do possível, entendendo que a fortaleza do grupo está também em cada indivíduo. Se tornando um exercício constante para não recair sobre o individualismo e nem sobre um coletivismo (MAKARENKO, 1977). É importante ressaltar a dimensão contraditória de um coletivo, pois ao mesmo tempo em que propõe a potencialidade do indivíduo (JÚNIOR, 2008; MAKARENKO, 1977) pode gerar o seu contrário, tornando-se pouco reflexivo sobre sua práxis, tornando-se autoritário. E neste sentido, toda a prática cotidiana deve ser permanentemente avaliada, problematizada, para que se torne, emancipadora. Segundo Andrada (2006), na prática autogestionária os conflitos são inerentes, pois vem das singularidades,

das histórias de vida e interesses pessoais do contexto que estão inseridos os sujeitos, e mesmo assim,

“por vezes angustiantes e penosos, podem servir como importantes ferramentas em suas lidas diárias para manter viva e sólida essa maneira democrática de viver o trabalho, na medida em que sinalizam as tarefas micropolíticas que pedem negociação e replanejamento, salvaguardando, paradoxalmente, as possibilidades revolucionárias de adaptar o trabalho à condições psicossociais de vida (...)”(2006, p. 13)

Segundo a percepção de C. a

(...) gestão interna do Motyrõ talvez tenha sido a mais eficiente que já vi em todos os grupos que participei. O fato do grupo já ter começado em uma dinâmica fez com que todo mundo que fosse entrando depois fosse se adaptando a ela e se comprometendo com as suas atividades. Um sempre acabava puxando o outro e tudo acabava acontecendo de uma forma ou de outra. O engajamento também sempre foi algo importante e presente, que era estimulado de diversas formas. Muitos dos aspectos eu já tinha vivenciado em outros grupos, mas no Motyrõ de fato funcionou muito bem. Dentre eles estão: (a) responsabilização por tarefas - mesmo as pessoas novas ou que não entendiam do assunto sempre tiveram suas responsabilidades e se não sabiam corriam atrás para aprender, o que gerava proatividade e protagonismo no seu próprio aprendizado; (b) lanchinho na hora da reunião - ter sempre algo para o café da tarde é importante não só para a alimentação em si, mas também para acolhimento, bate-papo descontraído, troca de saberes culinários, dentre outros motivos; (c) dinâmica das reuniões - a responsabilidade alternada de coordenação e relatoria também sempre contribuíram para que as pessoas ficassem mais participativas e tivessem mais atenção e foco na reunião e nos encaminhamentos; (d) momentos de confraternização - todo planejamento ou pelo menos em alguns momentos dos meses tínhamos momentos especiais de confraternização que contribuíam para o fortalecimento da amizade.

Essa dinâmica do grupo é um processo continuado, revisitado constantemente pelas avaliações, buscando tornar a práxis o eixo principal (DE OLIVEIRA; TRENTO, 2020) nas mudanças e adequações postas pelas dinâmicas inter-relacionais e pela conjuntura. A práxis é

condição para a “ (...) formação de sujeitos sensíveis, emancipados, solidários e transformadores do mundo.”(FORTUNA, 2015, p. 64).

Para Araújo(2014), o fio condutor as práticas formativas devem ser orientadas pela práxis, indicando e reconhecendo a necessidade de criar, pensar e agir na transformação da realidade em benefício da humanização. Sorrentino et al. (2018, p. 13), apontam que para um processo educador ambientalista, condizente com a transição paradigmática “requer a construção e/ou fortalecimento de espaços de mediação, produção e articulação de conhecimentos e saberes, pautados pelo diálogo e sintonizados com a transformação humana e social. Espaços que propiciem momentos de reflexão consigo mesmo e com o outro”.

Por fim, na questão 4 (Anexo C), cada pessoa do grupo pode expor o que representa e/ou representou o grupo Motyrõ, gerando o quadro abaixo (Quadro 30).

Quadro 30. A representação do grupo Motyrõ para as/os sujeitos que participam ou participaram do coletivo

Pessoa	O que representa ou representou o grupo Motyrõ
N.	Representou quase que como uma experiência real de trabalho, de praticar, de poder criar relações ali na Oca e também nos outros lugares onde a gente atuava. Encarava como se fosse o meu trabalho (dos sonhos), pois a gente tinha os momentos de autogestão, de estudo, de pensar, conversar e de pôr na prática.
R.	O poder do coletivo. O Motyrõ tem o poder de acolher as pessoas e dar espaço para cada uma aprender com a outra, gerando grandes ações coletivas.
J	"Será lindo, sabes? Eu também olharei as estrelas. Todas as estrelas serão como poços com uma roldana enferrujada. Todas as estrelas me darão de beber.." - Pequeno Príncipe, sobre amizade. Um orgulho que terei o prazer de gritar aos quatro ventos. Meu porto seguro; minha escola; meus amigos de estudo, militância, revolução, apoio e de bar. Acima de tudo pessoas incríveis e que me tiraram do fundo do poço, que continuam acreditando em mim (e eu em cada um), e onde posso deixar minha história escrita.
C.	É uma pergunta difícil e ao mesmo tempo muito fácil. Representa uma parte muito especial da minha trajetória, a qual eu tenho muito carinho. Na parte profissional em que eu vivi na prática muita coisa que só tinha tido contato na teoria, especialmente no que diz respeito à extensão e agroecologia. E também muito fortemente na parte pessoal, pois estar em um grupo no qual você gosta e se identifica com todas as pessoas é muito raro e deve ser valorizado. Nós falávamos de assuntos muito difíceis de uma forma muito leve, com muito respeito, cuidado e acolhimento. Acredito que a amizade entre as pessoas do grupo sempre foi importante para o êxito das nossas atividades. Para mim é muito gratificante ter participado da construção do grupo e ver como ele está hoje, cada vez mais forte, grande e potente, guardo no meu coração cada momento vivido <3
M.	O grupo representa pra mim Crescimento e desenvolvimento. Sejam eles, pessoal, de aprender e me formar enquanto humana e cidadã. Crescimento e desenvolvimento de saberes, aprendizados e trocas. Crescimento e desenvolvimento de amizades e bons momentos. Crescimento e desenvolvimento da Agroecologia, da Reforma Agrária, Soberania Alimentar, do ativismo e luta social e política.
P.	Possibilitou colocar em prática muitos sonhos e desejos que construí durante minha graduação e militância. Que tinham o objetivo a construção de processos educacionais participativos que levassem a aprendizagem para além da Universidade.
B.	Conhecer a defesa da propriedade da terra. Conhecer o trabalho das mulheres agricultoras e ativistas. Conhecer o trabalho dos meus colegas no que diz respeito à assistência técnica com muito amor e dedicação. Por fim, ter sido recebido de braços abertos e considerado mais uma companheira apesar do pouco tempo que estive ali.
G.	Um espaço de sonho, de luta e de aprendizado.

H.	Um grupo de estágio onde posso participar ativamente (no sentido de me sentir parte do processo), de forma harmoniosa e horizontal. Um espaço de aprendizado, reflexão e prática agroecológica. Um espaço de dialogo precioso da ESALQ.
T.	Representou um grupo de estudo, pesquisa e extensão que colabora na construção/disputa do movimento agroecológico dentro da universidade pública mas sobretudo traçando muitas conexões e pontes para "fora" do espaço universitário.
A.	Uma escola: acadêmica, profissional e da alma. Um processo de crescimento em diversas esferas de mim. Com a escuta, o entendimento e a autonomia como pilares do nosso autodesenvolvimento e desenvolvimento do grupo!
M2.	Motyrõ representou muita força, união e esperança para mim. É bom ver que ainda há pessoas engajadas e que lutam pela agroecologia na ESALQ

Fonte: Autor

É perceptível a importância da experiência vivida para as pessoas que atuaram e/ou atuam no grupo. As respostas apontam significativamente para a questão do coletivo, para o exercício e possibilidade da construção dos sonhos, na luta social e política, para o crescimento profissional e pessoal, especialmente na relação com o outro. Relação com o outro, apoiada no diálogo, cuidado, escuta e acolhimento, que contribuíram na criação de amizades, assim como no apoio psico emocional e no exercício da autonomia.

Para emancipar é necessário poder, e o diálogo é a expressão amorosa do outro como sujeito dotado de poder (FREIRE, 1983, 1987). A dinâmica da autogestão horizontal através do exercício desse diálogo amoroso tem contribuído na formação de sujeitos empoderados, acolhendo o diferente, contruindo identidades coletivas e apontando para uma utopia que estabelece outra relação consigo, entre humanos e não humanos.

O grupo Motyrõ, apesar da gama de desafios presentes em sua atuação, parece propiciar um espaço educador que busca fortalecer o papel da democratização da universidade através da Ecologia de Saberes, na construção da Agroecologia.

4.5. Reflexões sobre os desafios de uma pesquisa engajada

Pesquisas, como a Pesquisa Participante (PP), têm entre seus princípios a negação do positivismo e com ela, boa parte de como a ciência hoje é constituída, o que não seria a negação do fazer ciência. É importante ter esse ponto muito claro para que ela não caminhe para manobras ideológicas (anti-teórica, anti-intelectual), deixando de lado a busca sincera pela compreensão investigativa (THIOLLENT, 1999). Elas se propõem a formas de ação coletiva, com objetivo duplo: transformação da realidade investigada e produção de conhecimento científico. Buscando a transformação na esfera dos grupos e comunidades, como também nos próprios moldes do fazer pesquisante (BEZERRA; TANAJURA, 2015; SOUSA; OLIVEIRA, 2019; THIOLLENT, 2011).

Elas respeitam e dialogam com os modelos e regras tradicionais, ao mesmo tempo que não se submetem a elas, representando uma metamorfose nos caminhos da epistemologia científica, transitando por práticas inovadoras, como pesquisa empírica e contextual, distanciando-se do positivismo e aproximando-se da dinâmica social local (PERUZZO, 2016).

Assim, se priorizam a qualidade dos processos, não sendo encaixados sobre cronograma e prazos da pós-graduação. Existe também o desafio de se conectar integralmente a ação precedida e acompanhada pela reflexão, já que se corre o risco da improvisação na atuação da dimensão social e a não internalização sobre o processo dentro da comunidade. O pressuposto da pesquisa ao mudar, de uma pesquisa individual para coletiva, aponta para a administração com os tempos e processos individuais frente ao do coletivo, dentro da realidade de uma conjuntura dinâmica.

Ainda nessa linha, se ela pressupõe uma adaptação metodológica incremental (COSTA, 1986), a partir dos fatos que emergem, tendo o planejamento em constante suspensão, trazendo uma série de problemas de ordem pragmática, como a captação de recursos para a convivência junto à comunidade. Em geral, por esse fato, as pesquisas, dita engajadas e participativas, se direcionam para a linha da Participação Observante, pois a cobrança frente à resultados e cronogramas pressionam um recorte metodológico, com maior autonomia do pesquisador.

Na crítica à Observação Participante e à pesquisa Etnográfica, em relação à objetificação do sujeito (BRANDÃO, 1999; FRANCO, 2005), se torna necessário também fazer uma crítica constante quanto às noções de ação e intervenção, por existir uma possível pretensão do pesquisador em acreditar que um grupo social necessita de sua ajuda para “agir politicamente, criar cultura e educar-se para a consciência de seus direitos”, assim como, diferenciar o outro com uma espécie de respeito que “se concretiza no interesse por seus modos de viver, sentir e pensar, sem cobrar que ele seja o que não é” (SCHMIDT, 2006, p. 17), a fim de ao se buscar construir uma relação contra colonizadora, apenas reforçar essa lógica com boas intenções.

As pesquisas engajadas têm diversos desafios já inerentes à luta social, lidando com as dificuldades já enfrentadas de um movimento de reivindicação social, adicionando a complexidade de se alinhar com métodos, mais ou menos, aprovados pela ciência. Demandando a resiliência dos/as pesquisador/as, numa organicidade flexível para atuar frente ao contexto, que pode ser extremamente volúvel, em especial em comunidades vulneráveis, sem deixar de cumprir com o seu objetivo inicial, de ser uma pesquisa e intervenção coletivizada, na busca por melhorias existenciais, potencializando o engajamento e autonomia dos sujeitos envolvidos.

Em sua dimensão pesquisante, têm surgido proposições mais elaboradas de uma epistemologia condizente com a proposta de pesquisas engajadas (LARANJEIRA et al., 2019; SANTOS; MENESES, 2009; SIMAS; RUFINO, 2019; SOUSA; OLIVEIRA, 2019), entretanto

não existem ainda métodos e metodologias consolidadas, inclusive se reforça, que elas devem ser continuamente construídas coletivamente, no encontro intercultural a partir da práxis *in lócus* (KROHLING PERUZZO, 2017; SANTOS, 2007). Ainda que pareçam inviáveis pesquisas desse caráter, é “ (...) promissora e por isso exigente, pedindo investimento total e coerente de todo o ser” (JOSAPHAT, 2006, p. 17).

Apesar dos desafios, uma universidade que queira se pautar por parâmetros democráticos e transformadores deve (re)visitar seus processos de pesquisa e ensino e extensão, valorizando outros saberes e se confrontando criticamente com o próprio saber científico. Deve também se comprometer com uma ação articulada de acordo com as demandas sociais e de emancipação, tendo como impacto ações transformadoras da realidade dada.

Para que a Universidade alcance seu sentido de universalidade, precisa enfrentar as colonialidades em todas as suas dimensões, reconhecer o epistemicídio em massa perpetrado nos últimos cinco séculos – esses mesmos cinco séculos nos quais o sonho perdeu seu estatuto de conhecimento real. Será preciso que a universidade se empenhe em desfazer a linha abissal e ter a humildade de aprender com outros saberes, pois a diversidade sabe. (ALMEIDA, 2020, p. 41)

É importante que a universidade construa novas dinâmicas adaptadas ao fazer pesquisante, para que sejam condizentes com a realidade de pesquisas engajadas e decoloniais e permitam a emergência de novas práticas evidenciadas pelo encontro, dialógico e intercultural, entre as diferentes realidades e sujeitos envolvidos, em prol de uma nova cultura paradigmática pela Terra, terra e território (SORRENTINO; DA SILVA, 2019).

5. CONCLUSÕES

A construção de assentamentos agroecológicos é correlacionada com o seu momento histórico e o engajamento de múltiplos atores sociais, e, em especial, daqueles que vivem no território. Ela se dá na correlação de forças sociais, objetivas e subjetivas com um projeto societário que unifica esse movimento em prol do ideário agroecológico.

A atuação do Motyrõ se iniciou de maneira ampla com o acampamento, buscando-se articular de maneira coletiva com a base social. Com a mudança para uma conjuntura desfavorável à regularização do acampamento, e com a intensificação das contradições, o grupo começou a desenvolver atividades de maneira individual com os/as agricultores/as, buscando promover grupos com demandas comuns e boas relações interpessoais. Se inicia, simultaneamente, uma articulação com os coletivos que desenvolviam atividades no acampamento, na perspectiva de criar sinergia entre as ações. Assim, identificando a importância e o potencial da atuação em rede, o Motyrõ focou em promover atividades em conjunto com esses grupos.

No decorrer do processo, com o entendimento de que o principal ator social na condução de um assentamento agroecológico são as pessoas que vivem no território, aliado aos desafios impostos pelos conflitos internos e externos, como a diminuição da presença e identidade com o MST, o aumento na pressão política da prefeitura de Limeira e a intensificação das divergências internas, o Motyrõ resolveu finalizar suas atividades no acampamento. Aportando projetos em Piracicaba, na perspectiva da Agroecologização territorial.

A partir da prática do grupo foi possível evidenciar alguns desafios e potencialidades em prol de uma extensão universitária pautada na construção de assentamentos agroecológicos, das quais abarcaram ideias relacionadas com a universidade, recursos, a marginalidade, tempo, parcerias, relação com os/as acampados/as, contra hegemonia, complexidade, principal ator social, e o aprender fazendo. A universidade, quando pautada pela racionalidade econômica, demonstra desafios inerentes na condução de práticas voltadas à sua democratização. Temáticas correlacionadas são pouco aprofundadas e/ou enraizadas estruturalmente. A extensão é desvalorizada, não aportando recursos (currículo, logística, pessoas e etc.) e burocratizando seu acesso, e quando promovida, é em geral, dentro dos moldes da prestação de serviços. Entretanto, a universidade se demonstra como um espaço onde se permeiam uma grande diversidade de forças e atores sociais, permitindo a possibilidade da construção de processos emancipatórios.

O contexto da reforma agrária e da criminalização, associada aos movimentos sociais do campo, têm precarizado a condição de vida dessas populações. A falta de acesso a estruturas básicas e a políticas públicas voltadas para essas comunidades aumentam a demanda para a extensão

universitária agroecológica, seja em relação a recursos (físicos e humanos), seja na formação de pessoas para lidarem com os desafios postos.

Dado os desafios, e a complexidade dos fatores presentes na práxis extensionista, o tempo foi apontado como um elemento importante. Representando a necessidade de se lidar com os processos associados à criação de dinâmicas interpessoais e coletivas, no aprofundamento sobre a análise da realidade e, na elaboração de práticas que propiciem resultados, percebidos como concretos, na vida das pessoas.

A experiência do grupo Motyrõ permitiu revelar parte da complexidade dos desafios de uma prática extensionista que aponta para transformações sociais. Ainda que esses desafios sejam ressaltados, a dinâmica organizativa, a partir de princípios que andam sem sincronia com essa transformação societária, permitiu em alguma escala contribuir com o acampamento e ainda aportar a potência de ação dos sujeitos no grupo, desenvolvendo uma prática educadora dialógica, onde a construção de relações interpessoais, a práxis reflexiva e autogestão horizontal tiveram sua centralidade.

A atuação extensionista do grupo Motyrõ esteve em sincronia com as diretrizes pactuadas no FORPROEX, que foram definidas com o fim de superar as três crises da Universidade Pública apontada por Boaventura de Sousa Santos (2004). As diretrizes são as seguintes: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante e; Impacto e Transformação Social. Dessa maneira, o grupo tem sido relevante na busca do cumprimento do papel social da universidade, no qual a agroecologia teve papel central, ao apontar a transição social, engajada e em rede, com práticas e processos que sustentam essas diretrizes enunciadas.

O surgimento e o desenvolvimento das ações do Motyrõ só foram possíveis pelas experiências presentes dentro da Universidade de São Paulo. Pelo trabalho e princípios (método Oca e os 5 pilares) do Laboratório de Educação e Política Ambiental-Oca, pelos programas e recursos para pesquisa e extensão, aliados à possibilidade da condução de uma pesquisa engajada, onde se oportunizou o referente trabalho. Assim, é importante reforçar que a universidade apesar de estar hegemonicamente associada à racionalidade econômica, ainda tem experiências importantes voltadas à sua democratização e a práticas decolonizantes.

Conclui-se pela necessidade da práxis, sistematizada e em contínua avaliação, sobre os processos educadores, alinhada com um projeto de transição para Sociedades Sustentáveis (DIEGUES, 1992, 2003; TROVARELLI, 2016), que potencializem a formação e melhor atuação sobre as realidades inseridas, além da importância, de se utilizar dos espaços existentes dentro da institucionalidade universitária, buscando alcançar maior presença, possibilitando a promoção de

uma universidade conectada com as demandas do mundo atual. Ocupar esses espaços contém um potencial de reconstruir epistemologicamente a universidade, simultaneamente à contribuição para a melhoria das condições existenciais de vida das comunidades, promovendo a emergência de novas e coletivas formas de se transformar a sociedade.

REFERÊNCIAS

- .51 SIGNATÁRIOS. Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **Passa palavra**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>.
- ABDALLA, Márcio Moutinho. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **VI Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília, DF, 2013.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão Agrária e Agroecologia no Brasil do século XXI. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; MICHELOTTI, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília, DF: Série NEAD Debate; 22, 2014. p. 23–57.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. REFORMA AGRÁRIA, CAOS URBANO, AGRONEGÓCIO E PANDEMIA. **Revista Tamoios**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2020. DOI: 10.12957/tamoios.2020.50242. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>.
- ALMEIDA, Verônica Fabrini Machado De. Semente. *In*: JR., Wenceslao Oliveira; WUNDER, Alik (org.). **Casa dos saberes ancestrais: Diálogos com as sabedorias ancestrais**. 1. ed. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2020. p. 30–50.
- ALMEIRA FILHO, Naomar De. Universidade Nova no Brasil. *In*: **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra. p. 107–260.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, [S. l.], v. 47, n. 5, p. 881–898, 2020.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor Manuel. **La revolución agroecológica en América Latina**. [s.l: s.n.].
- ALVES SOBRINHO, Francisco Feitosa. **A extensão rural na Fundação ITESP : caminhos do ensino aprendizagem**. 2008. Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/256985>.
- ANDRADA, Cris Fernández. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1, 2006. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v9i1p1-14. Disponível em: <http://revistas.usp.br/cpst/article/view/25880>.

ARANTES, Poliana Coeli Costa; DEUSDARÁ, Bruno. Grupo focal e prática de pesquisa em AD: metodologia em perspectiva dialógica. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, Belo Horizonte/MG, v. 25, n. 2, p. 791, 2017. DOI: 10.17851/2237-2083.25.2.791-814. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8846>.

ARAÚJO, Flávia Camargo De. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: encontros e desencontros**. 2006. Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2541%09>.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado**. Coleção fo ed. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Práticas-pedagógicas-e-ensino-integrado.pdf>.

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, [S. l.], p. 24–41, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Estatuto da Associação Brasileira de AgroecologiaBrasil, 2015. p. 8. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/06/estatuto-ABA-2015.pdf>.

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. **O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP**. 2013. Universidade Estadual Paulista, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104301>.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. [s.l.] : J. Zahar, 1985.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos, São Paulo.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. Educação para a formação de autores-cidadãos. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, [S. l.], p. 7–14, 1998. b.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais: coleção pesquisa qualitativa**. São Paulo/SP: Bookman Editora, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise do conteúdo. **Lisboa: Edições**, [S. l.], v. 70, 1977.

BARRETO, José-Manuel. Epistemologies of the South and Human Rights: Santos and the Quest for Global and Cognitive Justice. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 395–422, 2014. DOI: 10.2979/indjglolegstu.21.2.395. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2979/indjglolegstu.21.2.395>.

- BECKER, Howard S. A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2014. DOI: 10.19092/reed.v1i2.18. Disponível em: <https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/18>.
- BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 12–20, 2003. DOI: 10.1590/S0104-12902003000100004.
- BELIK, Walter. **Um bilhão de famintos**. 2011. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/um-bilhao-de-famintos>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- BERALDO, Keile Aparecida; MENDONÇA, Rose Mary Gondim; RODRIGUES, Waldecy. Núcleos de Estudos em Agroecologia: uma política pública para o fortalecimento da extensão universitária. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 7, n. 1 SE-, p. 398–416, 2018. DOI: 10.36363/rever712018398-416. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3359>.
- BERNINI, Rosângela Cristina Scatolin. **Comunidade e Lugar : O Caso do Horto Florestal de Limeira - SP**. 2004. Universidade de Campinas - UNICAMP, [S. l.], 2004.
- BEZERRA, Ada Augusta Celestino; TANAJURA, Laudelino Luiz Castro. A Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Revista eletrônica pesquiseduca**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10–23, 2015.
- BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Imigração, educação e religião : um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira**. 2001. Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253398>.
- BIASE, Laura De. **Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP**. 2016. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.8.2016.tde-10112016-141204. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112016-141204/>.
- BOECHAT, Cássio Arruda. A questão agrária em São Paulo: o debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 24, n. 2 SE-, p. 203–225, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.146559. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/146559>.
- BORSATTO, Ricardo Serra; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; MOREIRA, Silvana dos Santos; FONTE, Nilce Nazareno Da; FIDELIS, Lourival de Moraes; OTTMANN, Michelle Melissa Althaus. Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, [S. l.], v. 37, n. 8, p. 14–34, 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra; DO CARMO, Maristela Simões. O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 221–243, 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira; DUVAL, Henrique Carmona; FRANCO, Fernando Silveira; GRIGOLETTO, Fabio. Winning hearts and minds through a policy promoting the agroecological paradigm in universities. **Agriculture and Human Values**, [S. l.], 2021. DOI: 10.1007/s10460-021-10223-z. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s10460-021-10223-z>.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 27, n. 79, p. 133–144, 2013. DOI: 10.1590/S0103-40142013000300010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300010&lng=pt&tlng=pt.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa participante**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. APRENDER A SABER, PARTILHAR O SABER: ALGUMAS IDEIAS COMO UM CHÃO PRONTO PARA SEMEAR PROPOSTAS DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *In*: SORRENTINO, Marcos (org.). **Educação ambiental e políticas públicas : conceitos, fundamentos e vivências**. 2. ed. Curitiba, PR: Appris, 2018. p. 71–87.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007.

BRASIL. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências** Brasil, 1964.

BRASIL. LEI N° 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. [S. l.], 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal Presidência da República, , 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019 Brasil, 2019. p. 52. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. Território e territorialidades nas políticas sociais. *In*: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (org.). **Gestão Social: O Que Há de Novo?** Belo Horizonte/MG: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 45–66. Disponível em: [http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/3259/1/Território e Territorialidades nas Políticas Sociais.pdf](http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/3259/1/Território%20e%20Territorialidades%20nas%20Políticas%20Sociais.pdf).

BUSCIOLI, Roberson Da Rocha. Resenha do livro “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial”, de Marcelo Lopes de Souza (2013). **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 351–356, 2020. DOI: 10.30612/el.v11i22.11057. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/11057>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ** Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>.

CAPOANE, Viviane; DOS SANTOS, Danilo Rheinheimer. ANÁLISE QUALITATIVA DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO ASSENTAMENTO ALVORADA, JÚLIO DE CASTILHOS–RIO GRANDE DO SUL (Qualitative analysis of the use and occupation of land in the Alvorada settlement, Júlio de Castilhos–Rio Grande do Sul). **Revista Nera**, [S. l.], n. 20, p. 193–205, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. [s.l.] : Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 16–37, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, [S. l.], p. 177, 2004. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=AGB.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=218154>.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervasio. Agroecologia Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. **III Congresso Brasileiro de Agroecologia**, [S. l.], p. 1–26, 2006. DOI: 10.1590/S0103-20032005000100009.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1. ed. Brasília, DF: MDA/SAF, 2009. v. 1

CARCAIOLI, Gabriela Furlan. **Conhecimentos ordinários, currículo e cultura: artes de fazer no acampamento Elizabeth Teixeira**. 2014a. Universidade de Campinas (UNICAMP), [S. l.], 2014.

CARCAIOLI, Gabriela Furlan. Educação do campo e currículo narrativo: uma proposta de trabalho. **Ciências em Foco**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 52–60, 2014. b. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9919>.

CARCAIOLI, Gabriela Furlan. Educação de jovens e adultos no campo: da extensão universitária às políticas públicas. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 45–63, 2018. DOI: 10.5007/1807-0221.2018v15n28p45. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2018v15n28p45>.

CARVALHO, Joelson Gonçalves De. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo. O caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286050>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CARVALHO, Yara Maria Chagas De. OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CRISE ECONÔMICA NACIONAL. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo/SP, v. 3, n. 41, p. 17–37, 1994. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpica/ASP2-0394.pdf>.

CASTILHO, Manoel Lauro Volkmer De. AS OCUPAÇÕES E A DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA. **Revista do Direito Agrário**, Brasília, DF, n. 19, p. 254, 2007.

CASTRO, Cloves Alexandre. O processo de urbanização da sociedade e o surgimento das primeiras universidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 39–54, 2014.

CELLA, Daltro; QUEDA, Oriowaldo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 22, n. 1 SE-, p. 69–91, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.333. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/333>.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE “DAVID ARANTES”. **Histórico**. 2021. Disponível em: <http://cedecalimeira.org.br/quem-somos/>.

CERON, Antonio Olivio. **Aspectos geograficos da cultura da laranja no municipio de Limeira**. 1968. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, [S. l.], 1968. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_3b3b2cea24bd146a0e81634c0ff2130e. Acesso em: 29 ago. 2018.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 24, p. 5–15, 2003. a. DOI: 10.1590/S1413-24782003000300002.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 24, p. 5–15, 2003. b. DOI: 10.1590/S1413-24782003000300002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=pt&tlng=pt.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. [sn], Campinas, SP, 2001. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287073/1/Chaves_MariadoPerpetuoSocorroRodrigues_D.pdf.

CHERACOMO, Bruno; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza. Fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização na agricultura familiar: um estudo do acampamento Elizabeth Teixeira-Limeira-SP. **Cadernos de Agroecologia**, Aracaju/SE, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4023>.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Universidade e reforma universitária. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 11, n. 11/12, p. 19–35, 2004. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/12752>.

COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR. **Na autonomia do povo, o poder popular: experiências com Educação Popular no acampamento Elizabeth Teixeira** Campinas, SP Editora da Unicamp, , 2013.

COSTA, Luiz Roberto Ferreira Da. Estratégias de planejamento. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 1366–1373, 1986. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003069&pasta=ano_198&pesq=%22luiz%20roberto%20ferreira%20da%20costa%22.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=695513&indexSearch=ID>. Acesso em: 10 set. 2017.

- CRUZ, Rosângela Gonçalves Padilha Da. Formação omnilateral: perspectivas para o trabalho pedagógico crítico-emancipatório. *In*: 2015, **Anais** [...]. : Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2015. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/01_36_23_FORMACAO_OMNILATERAL_PERSPECTIVAS_PARA_O_TRABALHO_PEDAGOGICO.pdf.
- CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GARCÍA-ÁLVAREZ, Santiago. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Revista iberoamericana de estudios de desarrollo = Iberoamerican journal of development studies**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2016. DOI: 10.26754/ojs_ried/ijds.184. Disponível em: <http://ried.unizar.es/index.php/revista/article/view/184>.
- DA SILVA, José Francisco Graziano. **O novo rural brasileiro**. [s.l.] : Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.
- DE ALMEIDA, Angela Mendes. O papel da opinião pública na violência institucional. *In*: 29º CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION), RIO DE JANEIRO 2009, **Anais** [...]. [s.l: s.n.] Disponível em: http://almeidalivros-artigos-etc.net/O_papel_da_opiniao_publica_na_violencia_institucional.pdf.
- DE MELO, Ana Paula Ferreira. Coletivo Universidade Popular: práxis em disputa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista Fim do Mundo**, [S. l.], n. 5, p. 223–247, 2021.
- DE OLIVEIRA, Nadia Rosário; TRENTO, Luã Gabriel. Motyrõ e a práxis na extensão agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, Aracaju/SE, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3615/3780>.
- DE SÁ FRIZO, Bárbara Lellis; GRILO, Mariana Fagundes; DA SILVA JÚNIOR, Roberto Donato; DE OLIVEIRA, Julicristie Machado. Programa "Cestas Verdes": análise sociotécnica de uma política que conecta produção e consumo na cidade de Limeira, SP. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2020.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, [S. l.], v. 6, n. 1–2, p. 22–29, 1992.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Sociedades e comunidades sustentáveis. **NUPAUB/USP**, São Paulo/SP, p. 7, 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>.
- DIRVEN, Martine. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista CEPAL**, [S. l.], v. 83, p. 49–69, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/10963%0A>.

DONATO, Sueli Pereira; ENS, R. T.; FAVORETO, E. D. de A.; PULLIN, EMMP. Da análise de similitude ao grupo focal: estratégias para estudos na abordagem estrutural das representações sociais. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S. l.], v. 14, n. 37, 2017.

DURU, Michel; THEROND, Olivier; FARES, M'hand. **Designing agroecological transitions; A review Agronomy for Sustainable Development**, 2015. DOI: 10.1007/s13593-015-0318-x.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo: agentes e conjunturas políticas. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 69–98, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.199. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/199>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 11, p. 328–339, 2006.

FÁVERO, Douglas Gonsalves. **A Associação Brasileira Dos Estudantes De Engenharia Florestal – Abeef Como Uma Organização Educativa**. 2011. Universidade Federal de Lavras - UFLA, [S. l.], 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, C. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 239–254, 2001. DOI: 10.1590/S0103-40142001000300018.

FIGUEIREDO, Roberta de Melo. **TERRITÓRIOS NOTURNOS DE VIDAS “IMPURAS”: Prostituição e Territorialidade Travesti em Governador Valadares – MG**. 2009. Universidade Federal de Viçosa, [S. l.], 2009.

FILHO, Dorival Borelli; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A luta pela Terra na Região de Ribeirão Preto: o Processo de Formação e Organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1 SE-, p. 305–330, 2009. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.60. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/60>.

FLEURI, Reinaldo Matias. Rebeldia e democracia na escola. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 13, n. 39, p. 470–482, 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000300005.

FONSECA DE ANDRADE, Daniel; SORRENTINO, Marcos. Da gestão ambiental à educação ambiental: as dimensões subjetiva e intersubjetiva nas práticas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Piracicaba, SP, v. 8, n. 1, p. 88, 2013. DOI: 10.18675/2177-580X.vol8.n1.p88-98. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/7796>.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, [S. l.], v. 34, n. 71, p. 299–307, 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.62654. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500299&lng=pt&tlng=pt.

FORTUNA, V. A Relação Teoria e Prática na Educação em Freire. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 64–72, 2015. DOI: 10.18256/2447-3944/rebes.v1n2p64-72. Disponível em: <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1746-rebes/v01n02/18408-a-relacao-teoria-e-pratica-na-educacao-em-freire.html>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento: documento final** Brasília, Distrito Federal, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. **Política Nacional de Extensão Universitária** Manaus/AM, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>.

FRAGA, Manuel Dias Da; SIANO, Lúcia Maria França. A ideia de universidade na reforma universitária de 1968. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 25, n. 3 SE-Artigos, p. 155 a 171, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8945>.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 483–502, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 1983. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. [S. l.], p. 189, 2014. DOI: 10.1007/s13398-014-0173-7.2. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=WDTTAgAAQBAJ&pgis=1>.

- FREITAS, Fábio Accardo De. Os pequenos sujeitos da luta pela terra: educação infantil popular na ciranda infantil do MST. **Temáticas**, [S. l.], v. 26, n. 51 SE-Dossiê, p. 87–118, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i51.11618. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11618>.
- FREITAS, Fábio Accardo; FARIA, Ana Lúcia Goulart De. A luta pela terra e experiência de infância em um acampamento de reforma agrária. **Educação (UFMS)**, [S. l.], v. 44, p. 23, 2019. DOI: 10.5902/1984644435899. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35899>.
- FRIZO, Bárbara Lellis de Sá. **Programa “Cestas Verdes”: análise sociotécnica de uma política que conecta produção e consumo na cidade de Limeira, SP**. 2018. Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331580>.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). **Histórico das principais alterações na questão fundiária no estado de São Paulo**. 2011. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/a-instituicao-historico.aspx>.
- FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação e Participação in Brandão, D. e Martina, R.O. *In: Avaliação de Programas e Projetos: temas brasileiros*. São Paulo: Instituto Fonte e Fundação Itaú Social, 2011.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf.
- GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante na América latina. *In: Pesquisa participante na América Latina*. [s.l.] : Brasiliense, 1986. p. 94.
- GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/guia_metodologico.pdf.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GIL JIMENEZ FERNANDES, Karla Elizabeth. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no acampamento Elizabeth Teixeira Limeira-SP: acesso, possibilidades e limitações**. 2017. Universidade Federal de São Carlos, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9418%09>.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. [s.l.] : Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. CRC Press, ed. New York.

GLIESSMAN, Steve. Agroecology: Growing the Roots of Resistance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 19–31, 2013. DOI: 10.1080/10440046.2012.736927. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10440046.2012.736927>.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.

GOMEZ, Simone da Rosa Messina; CORTE, Marilene Gabriel Dalla; ROSSO, Gabriela Paim. A Reforma de Córdoba e a educação superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, [S. l.], v. 5, p. e019020, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653655. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653655>.

GONÇALVES, José Cláudio. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento**. 2015. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7444%09>.

GONI, Arturo Jordan; CASTRO, Guillermo Willianson. **Guia metodológico para elaboracao de projetos em areas de assentamento**. [s.l.] : PCT-INCRA/PNUD, Brasília, 1993.

GRIGOLETTO, Fábio; LORENZO, Helena Carvalho De; FONSECA, Sérgio Azevedo. Políticas Públicas Municipais de Apoio a Atividades Econômicas em Assentamentos Rurais: Uma Análise em Quatro Municípios Paulistas. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 16, n. 1 SE-, p. 111–149, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i1.132. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/132>.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. *In: Epistemologias do Sul*. Coimbra. p. 383–417.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate**, [S. l.], p. 13–68, 1994.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir más allá del desarrollo. **Revista Quehacer**, [S. l.], n. 181, p. 70–83, 2011.

GUZMÀN CASADO, Gloria I.; MOLINA, Manuel González de;; SEVILLA GUZMÀN, Eduardo. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HAAS, Jaqueline Mallmann; RAMBO, Anelise Graciele; BOLTER, Jairo Alfredo Genz. Os Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) enquanto mecanismos de desenvolvimento regional: algumas considerações. **COLÓQUIO**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 185–205, 2018. DOI: 10.26767/coloquio.v16i2.1222. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1222>.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª ed. [s.l.: s.n.].

HECHT, Susanna B. **A evolução do pensamento Agroecológico** **Agroecologia e Desenvolvimento** Los Angeles AS-PTA, , 1993.

HEIDRICH, Álvaro. VÍNCULOS TERRITORIAIS– DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS TERRITORIALIDADES LOCAIS. **GEOgraphia**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 29, 2017. DOI: 10.22409/GEOgraphia2017.v19i39.a13784. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13784>.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA: VARIAÇÕES FOUCAULTIANAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO. **Sapere Aude**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 194, 2016. DOI: 10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p194. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p194>.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências** Brasília, DF Ministério do Meio Ambiente (MMA), , 2006.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CULTURA. **Caderno Empírica** Campinas, SP Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Instituto de Economia - Unicamp, , 2009. Disponível em: <https://www.itcp.unicamp.br/assets/docs/itcp/empirica.pdf>.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CULTURA. **Coletiva: Reflexões sobre incubação e autogestão** Campinas, SP Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Instituto de Economia - Unicamp, , 2011. Disponível em: https://www.itcp.unicamp.br/assets/docs/itcp/Revista_Coletiva_ITCP_UNICAMP_vol_1.pdf.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CULTURA. **Coletiva 2: Sistematizações sobre a prática autogestionária**. Campinas, SP: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Instituto de Economia - Unicamp, 2013. Disponível em: https://www.itcp.unicamp.br/assets/docs/itcp/Revista_Coletiva_ITCP_UNICAMP_vol_2.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), , 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7635%09>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Modalidades de Assentamentos**. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.

JACOB, Luciana Buainain. **Agroecologia e universidade: entre vozes e silenciamentos**. 2011. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011. DOI: 10.11606/T.91.2011.tde-19092011-095643. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-19092011-095643/>.

JOSAPHAT, Frei Carlos. Resgatar o mestre olvidado. *In: Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. Thiollent, M. (Org.). São Carlos/SP: EdUFSCAR, 2006.

JÚNIOR, Flávio Boleiz. **Pistrak e Makarenko: Pedagogia social e educação no trabalho**. 2008. Universidade de São Paulo, [S. l.], 2008.

JUNIOR, Osvaldo Aly. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS'S) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 14, n. 2 SE-, p. 283–304, 2011. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i2.105. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/105>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

KROHLING PERUZZO, Círcia M. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, [S. l.], v. XXIII, n. 3, p. 161–190, 2017.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA. **Manual do Ingressante** Piracicaba, 2012. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Manual-do-ingressante.pdf>.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA. O “MÉTODO OCA” DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS E ESTRUTURA INCREMENTAL. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 21, n. 1, p. 75–93, 2016. a.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA. **Projeto Político Pedagógico** Piracicaba, SP, 2016. b. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/02/projeto-polc3adtico-pedagc3b3gico-ppp-oca-2016.pdf>.

LACORTE, Luis Eduardo Cobra; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; SILVA, Reginalice da Cera; CHIESA, Anna Maria; TULLIO, Elisa Sartori; FRANCO, Robson Ramalho; BRAVO, Ecléa Spiridião. Os nós da rede para erradicação do trabalho infante-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira - SP. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S. l.], v. 38, n. 128, p. 199–215, 2013. DOI: 10.1590/S0303-76572013000200009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000200009&lng=pt&tlng=pt.

LARANJEIRA, Nina Paula Ferreira; CARCELLE, Sebastien Joseph Alexis; DE MIRANDA, Denise; SÁ, Tatiana Deane de Abreu; TRENTO, Luã Gabriel; DE SOUZA, Thais Santos; CARDOSO, Irene Maria. PARA UMA ECOLOGIA DE SABERES: **Revista Brasileira de Agroecologia; Edição Especial: Workshop sobre perspectivas de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia no Brasil**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v14i2.22959>. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/22959>.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 17–24, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso De; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, [S. l.], v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007. DOI: 10.1590/S1414-49802007000300004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&tlng=pt.

LORENZO, Helena Carvalho De; FONSECA, Sérgio Azevedo; GRIGOLETTO, Fábio; BARBOZA, Ricardo Bonotto. Limites e Possibilidades para a Dinamização das Atividades Econômicas em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 15, n. 2 SE-, p. 63–86, 2012. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2012.v15i2.121. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/121>.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A dialética da Agroecologia. Contribuições para um mundo com alimentos sem veneno**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 35, n. 0 SE-, p. 191–203, 1992. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1992.111360. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111360>.

MAGRINI, Marie-Benoît; MARTIN, Guillaume; MAGNE, Marie-Angéline; DURU, Michel; COUIX, Nathalie; HAZARD, Laurent; PLUMECOCQ, Gaël. Agroecological transition from farms to territorialised agri-Food systems: issues and drivers. *In*: BERGEZ, Jacques-Eric; AUDOUIN, Elise; THEROND, Olivier (org.). **Agroecological transitions: from theory to practice in local participatory design**. [s.l: s.n.], p. 69–98. DOI: 10.1007/978-3-030-01953-2.

MAKARENKO, Anton. **La colectividad y la educación de la personalidad** (Editorial Progreso, Org.)Moscow, URSS, 1977.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo Inconcluso: Os Conceitos De Dialogismo E Polifonia Na Obra De Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 2–10, 2008.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. DOI: 10.7476/9788526815032. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/s2y2y>.

MARTINS, Eleni Jacques. **Enunciação e diálogo**. 1987. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, [S. l.], 1987.

MARTINS, Tatiana Parreiras; RANIERI, Victor Eduardo Lima. Sistemas agroflorestais como alternativa para as reservas legais. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 79–96, 2014. DOI: 10.1590/S1414-753X2014000300006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade-natureza durante e pós-pandemia. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 44–67, 2021. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.469. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/469>.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo De; LEITE, Sérgio Pereira. Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **A era FHC eo governo Lula: transição**, [S. l.], 2004.

MEDEIROS, Márcia Maria De. A extensão universitária no Brasil - um percurso histórico. **Revista Barbaquá**, Dourados-MS, v. 1, n. 1, p. 9–16, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>.

- MENDONÇA, Gabriela Mariano; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 21, n. 2 SE-, p. 45–65, 2018. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.298. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/298>.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia; GLAUBER, Rabelo Matias. A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 3, p. 199–205, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93842306.pdf>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: VOZES (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural. [S. l.], p. 1–22, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], v. 0, n. 14 SE-, p. 4–22, 2011. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i14p4-22. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra De. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 269–280, 2009. DOI: 10.1590/S1413-24782009000200006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006&lng=pt&tlng=pt.
- MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; MICHELOTTI, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera** Brasília, DF Série NEAD Debate; 22, , 2014.
- MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)**. 2017. Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321628>.
- MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. [S. l.], 2017.

MORAES, Murilo Didonet De; SILVA, Flaviana Cavalcanti Da; GONZAGA, Douglas de Araújo; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Caso da Microrregião de Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 16, n. 2 SE-, p. 71–90, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i2.141. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/141>.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7–32, 1999.

MORIN, Edgar. **O Método: A natureza da natureza**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América Lda., 1977. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/A-Natureza-da-Natureza.pdf>.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**MST, , 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8238.html>.

NOGAARD, Richard B. A Base Epistemológica da Agroecologia. *In: Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 42–48.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina**. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/30545>.

NORONHA, Inês de Oliveira; SALES, Arthur Ribas de Souza; FONSECA, Clara Toledo Corrêa Oliveira. Pesquisa com Educadores Ambientais. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 685, 2019. DOI: 10.22169/revint.v14i33.1630. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1630>.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; DE ARAÚJO, Fernando Moreira; DE QUEIROZ, Carlos César. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 528–551, 2017.

OTRANTO, Celia Regina. Os desafios da autonomia universitária. **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd**, Caxambu, n. 25, p. 16, 2002. Disponível em: [http://25reuniao.anped.org.br/texced25.htm#:~:text=Os desafios da autonomia universitária](http://25reuniao.anped.org.br/texced25.htm#:~:text=Os%20desafios%20da%20autonomia%20universit%C3%A1ria).

PAULA, Fernanda Folster De; ROCHA, Livia Murari. **A comercialização em acampamentos rurais: impactos da experiência do grupo de consumo “Sacolão”** VII Simpósio sobre reforma Agrária e Questões Rurais: 30 anos de assentamentos na Nova República Uniara, , 2016. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao6b/comercializacao-acampamentos-rurais.pdf>.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Aprendizados a partir de reflexões sobre a formação de técnicos agroflorestais, em uma abordagem agroecológica, na Escola da Floresta (AC). *In*: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa De; SILVA, Rafael Falcão Da (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: Transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1. ed. Piracicaba, SP. p. 207–221.

PEREIRA, Viviane Santos. **Desenvolvimento à escala humana: uma análise em São Tomé das Letras - MG**. 2011. Universidade Federal de Lavras/UFLA, [S. l.], 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/3123%0A>.

PERUZZO, Cicília. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. **Anais XXV Encontro Anual da Compós**, Goiânia/GO, p. 22, 2016.

PESSOA, Pablo Pimentel. **Bem viver urbano ou o abandono do deszelo**. 2019. Universidade de Brasília, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39422>.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia: Um antídoto contra a amnésia biocultural. *In*: **Memória Biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 272.

PETERSEN, Paulo; WEID, JM Von der. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, [S. l.], 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Agroecologia-reconciliando-agricultura-e-natureza.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente** Educação e Pesquisa scielo , , 2005.

PIRES DA SILVA, Wagner. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>.

PONTES, Flávio Aparecido; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. Transição agroecológica a partir da formação técnica no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana – SP. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 20, n. 1 SE-, p. 246–274, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.265. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/265>.

PORTAL G1. **Acordo garante regularização de assentamento e posse de 85% do horto à Prefeitura de Limeira**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2019/07/18/acordo-garante-regularizacao-de-assentamento-e-posse-de-85percent-do-horto-a-prefeitura-de-limeira.ghtml>.

RAMOS, Maurivan Güntzel; LIMA, Valderez Marina Rosário; ROSA, Marcelo Prado Amaral. Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza

RAMPAZZO, Lino; JOSLIN, Érica Barbosa. Identidade, História e Desafios da Universidade. **Revista Ciência Contemporânea**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 75–87, 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170621143959.pdf.

RAMSAY, Jorge; FRIAS, Hernán; BELTRAN, Luis R. **Extensión agrícola dinámica del desarrollo rural**. 3. ed. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas (IICA), 1975. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/15974%09>.

REDE URBANA E REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estudo da Morfologia e Hierarquia da Rede Urbana Paulista e da Regionalização do Estado de São Paulo. **São Paulo: EMLASA**, [S. l.], 2011.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à modernidade-colonialidade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 149–163, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298427426_O_pensamento_critico_acerca_da_universidade_na_America_Latina_de_Darcy_Ribeiro_a_modernidade-colonialidade/fulltext/56ee9c3608ae59dd41c6ccb4/298427426_O_pensamento_critico_acerca_da_universidade_na_Americ.

- RIOS THOMSON, Carolina; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BORSATTO, Ricardo Serra. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 20, n. 1 SE-, p. 70–92, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.234. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234>.
- ROCHA, André Carlos de Oliveria; NOBRE, Henderson Gonçalves. Limites e perspectivas da transição agroecológica em assentamentos rurais no nordeste paraense. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 20, n. 1 SE-, p. 275–306, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.256. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/256>.
- RODRIGUES, Arlindo. Pensamento utópico. In: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa De; SILVA, Rafael Falcão Da (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: Transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1. ed. Piracicaba, SP. p. 51–66.
- RODRIGUES, Tessy Priscila Pavan de Paula. “**Nóis é terrívi, se nóis fala que faz, nóis faz**”: o acampamento Elizabeth Teixeira em Limeira-SP e a construção da escola como espaço público de auto-organização e educação popular. 2016. Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15320>.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], p. 392–407, 1994.
- SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, p. 75–82, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300008&nrm=iso.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, [S. l.], n. 79, p. 71–94, 2007. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIRA FILHO, Naomar De (org.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra. p. 260.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo/SP. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/a_gramatica_do_tempo.pdf. Acesso em: 30 jun. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. 1. ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. EDIÇÕES AL ed. Palheira/Assafarge: G.C. Gráfica de Coimbra, LDA., 2009.
- SANTOS, Viviane; SALVADOR, Pétala; GOMES, Andréa; RODRIGUES, Cláudia; TAVARES, Flávia; ALVES, Kisna; BEZERRIL, Manacés. IRAMUTEQ nas pesquisas qualitativas brasileiras da área da saúde: scoping review. **CIAIQ 2017**, [S. l.], v. 2, 2017.
- SÃO PAULO. **Projeto LUPA 2016/17: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável., 2017. Disponível em: <https://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados LTDA., 2008.
- SCHIAVINI, Janaina Mortari; GARRIDO, Ivan. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM. MADE**, Rio de Janeiro, RJ, v. 22, n. 2, p. 1–12, 2018.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas** *Psicologia USP scielo* , , 2006.
- SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, [S. l.], v. 13, n. 08, p. 01–15, 2013.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Agroecología: Fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 27–34, 2013.
- SILVA, Allan Rodrigo de Campos. Um livro virulento. *In: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. 1. ed. São Paulo/SP: Editora Elefante, 2020. p. 17–25.
- SILVA, Ana Caroline Dias; SILVA, Ana Dias; MOROSKI, Melissa. “Se o campo não planta, a cidade não janta”: relato de experiência sobre um Grupo de Consumo Responsável no interior paulista. **Cadernos de Agroecologia**, Aracaju/SE, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3520>.

SILVA, Adriana Freire Da; LÓS, Dayvid Evandro Da Silva; LÓS, Djalma Rodolfo Da Silva. Web 2.0 e Pesquisa: Um Estudo do Google Docs em Métodos Quantitativos. **RENOTE**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2011. DOI: 10.22456/1679-1916.25141. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/25141>.

SILVA, Hilda Maria Gonçalves Da; RIBEIRO, Ricardo. O acesso à universidade pública no Brasil e a questão social: uma análise dos dados do relatório do vestibular da Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho - UNESP. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 7, n. 3 SE-Artigos, p. 170–183, 2012. DOI: 10.21723/riaee.v7i3.5730. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5730>.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Universidade: a idéia e a história. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 20, n. 56, p. 191–202, 2006. DOI: 10.1590/S0103-40142006000100013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100013&lng=pt&tlng=pt.

SILVA, Luis Mauro Santos; SOUSA, Romier da Paixão; ASSIS, William Santos De. A educação superior e a perspectiva agroecológica avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 250–274, 2017.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro, RJ: Mórula editorial, 2019.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o Desenvolvimento Rural Sustentável. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 12, p. 108–116, 2012. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1403-4048-1-PB.pdf>.

SORRENTINO, Marcos et al. COMUNIDADE, IDENTIDADE, DIÁLOGO, POTÊNCIA DE AÇÃO E FELICIDADE: FUNDAMENTOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. 2. ed. Curitiba, PR: Appris, 2018. p. 21–62.

SORRENTINO, Marcos; DA SILVA, Ana Clara Nery. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 48–62, 2019. Disponível em: <https://revistarelicario.museudeartesauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/118/103>.

SORRENTINO, Marcos; SANTOS, João Dagoberto Dos; ANDRADE, Daniel Fonseca De; KAGEYAMA, Paulo Yoshio. Agroecologia, biodiversidade, reforma agrária e educação ambiental. *In*: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa De; SILVA, Rafael Falcão Da (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: Transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1. ed. Piracicaba, SP. p. 103–122.

SOUSA, Lumária Souza De; OLIVEIRA, Thaianie. O fazer científico da pesquisa-ação: mapeando o conceito de engajamento em uma perspectiva multidimensional. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, [S. l.], n. 17, p. 69–85, 2019.

SOUSA, Romier da Paixão. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 69, n. 2, p. 28–33, 2017. DOI: 10.21800/2317-66602017000200011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200011&lng=pt&tlng=pt.

SOUZA DA SILVA KOGLIN, Terena; KOGLIN, João Carlos De Oliveira. A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A TRANSIÇÃO DO RECONHECIMENTO AO DESCASO. **REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 71–78, 2019. DOI: 10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658. Disponível em:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha De; WALL, Marilene Loewen; THULER, Andrea Cristina de Moraes Chaves; LOWEN, Ingrid Margareth Voth; PERES, Aida Maris. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 52, 2018. DOI: 10.1590/s1980-220x2017015003353. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100444&lng=pt&tlng=pt.

SOUZA, Natália Almeida; FERREIRA, Thomas; CARDOSO, Irene Maria; OLIVEIRA, Ericka C. L. De; AMÂNCIO, Cristhiane; DORNELAS, Rafaela Silva. Os Núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *In*: **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. p. 403–431. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8817/1/Os Núcleos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8817/1/Os%20N%C3%BAcleos.pdf).

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 13, n. 32, p. 15–38, 2012.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; ARDANS, O. Intervenção psicossocial: desvendando o sujeito histórico e desvelando os fundamentos da educação ambiental crítica. *In*: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. v. 1p. 201–216.

TAUFIC, Rodrigo de Oliveira. **Expansão urbana e relação campo-cidade: um estudo a partir do município de Limeira (2003-2013)**. 2014. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286399>.

TAVEIRA, Luís Renato Silva; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier De. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema - SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 9–30, 2008. DOI: 10.1590/S0103-20032008000100001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000100001&lng=pt&tlng=pt.

THIOLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In*: **Repensando a Pesquisa Participante (Org. C. R. Brandão)**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1999.

THIOLENT, Michel. Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. Thiollent, M. (Org.). **São Carlos: EdUFSCar**, [S. l.], 2006.

THIOLENT, Michel. **METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO**São Paulo/SP Editora Cortez, , 2011.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ.

TRENTO, Luã Gabriel; MORAES, Fernanda Corrêa De; CARVALHO, Tomás Mauricio Almeida; SORRENTINO, Marcos. “Espaço Educador Casa do Bem Viver” e a formação de sujeitos potentes na transição para sociedades sustentáveis. *In*: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa De; SILVA, Rafael Falcão Da (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: Transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1. ed. Piracicaba, SP. p. 238–249.

TROVARELLI, Rachel Andriollo. **A transição para sociedades sustentáveis: uma abordagem a partir de comunidades escolares**. 2016. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016. DOI: 10.11606/D.91.2016.tde-07112016-112256. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-07112016-112256/>.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia; FERREIRA, Marcos Antonio Libardi. Nem tudo brilha na produção de jóias de Limeira - SP. **Production**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 183–194, 2008. DOI: 10.1590/S0103-65132008000100014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132008000100014&lng=pt&tlng=pt.

VILLAR, Juliana Padula; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. *In*: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. De (org.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2013. p. 36–70.

VISVANATHAN, Shiv. Encontros culturais e o Oriente: um estudo das políticas de conhecimento. *In*: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra, LDA., 2009. p. 487–505.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009. DOI: 10.1051/agro/2009004.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 3–18, 2009. DOI: 10.3763/ijas.2009.0400. Disponível em: <https://doi.org/10.3763/ijas.2009.0400>.

WOLSTEIN, Almaisa R. Pereira; LIMA, Eliani Maciel; DO AMARAL, Eufra Ferreira; BRAZ, Evaldo Muñoz; PINHEIRO, Frânio Luiz N.; FRANKE, Idésio Luís; DOS SANTOS, Mauro Heleodoro; SILVA, Roberto França. Metodologia para o planejamento, implantação e monitoramento de projetos de assentamentos sustentáveis na Amazônia. **Embrapa Acre-Documentos (INFOTECA-E)**, [S. l.], v. 32, 1998.

ANEXOS

ANEXO A. Transcrição do grupo focal sobre os desafios e avanços do grupo Motyrô na construção de um assentamento agroecológico no Acampamento Elizabeth Teixeira.

Gravado no dia 14 de fevereiro de 2020, em meio à avaliação e planejamento semestral do Grupo Motyrô, na Casa do Bem Viver na ESALQ-USP.

Após a construção de uma “memória coletiva” das ações do último ano e do último planejamento e avaliação do grupo. As questões foram encaminhadas anteriormente e para o grupo focal foi introduzida uma dinâmica para as respostas do grupo: cada pessoa colocou as palavras centrais para cada questão e então foi feita uma exposição de cada pessoa explicando as palavras, para que, no fim das apresentações, o grupo levantasse as divergências e convergências. Segue abaixo a transcrição do grupo focal

Pergunta 1: Quais as limitações do Motyrô na construção de um assentamento Agroecológico?

Pergunta 2: Existiram avanços na construção de um assentamento agroecológico? Se sim, quais foram?

Pergunta 3: Quais os principais desafios no envolvimento e participação dos(as) agricultore(as) no acampamento?

Aúdio 1. 30min e 46segundos

T: As palavrinhas que coloquei aqui são “ferramentas”, mas assim, ferramentas que a gente consiga trazer a concreticidade. Para mim isso é um grande entrave. Levantei isso em outros momentos e isso pode ser resolvido de diversas maneiras, que a gente já discutiu né? Como parcerias, para gente conseguir ter mais ferramentas, já que a instituição, as instituições, a USP e tal, não banca como tinha que bancar. E a gente não consegue chegar lá, levando uma instituição pública, com todas as ferramentas que a USP consegue. O máximo que a gente consegue levar é a Oca e tal, mas a gente não tem o mesmo potencial de ação, para trazer a concreticidade. Porque que eu falo isso? Porque a dificuldade para mim é conseguir essa proximidade com a base, com assentados e assentadas, em que a gente consiga traçar uma confiança, justamente porque é uma situação de margem. E analisando a questão do Elizabeth, a experiência que conheço mais de perto e mais profunda, é a do Sepé, e é um pouco parecido. Porque foram meio que abandonados pelo movimento. A EMBRAPA acabou assumindo uma função que era do movimento, como instituição pública. Mas eles têm uma puta ciúmeira, por exemplo, do Mario Lago e de outras instituições por isso. Porque o MST, meio que largou, e eles ficaram meio que ao léu, nesse sentido. Sem muito amparo. E dado a história de vida ou, a situação de marginalização que eles estão, é muito difícil tentar construir qualquer coisa, um processo como a Oca se propõe e tal, sem trazer o aspecto da concreticidade. E a gente precisa de ferramentas para isso. De concreticidade.

T: O que a galera quer construir? É manejo, seja mão de obra, coisas mais palpáveis para a realidade deles. Eu acho que isso é um entrave e para isso servem as ferramentas. E aí entra distância com o assentamento. Porque como a gente não tem ferramenta, a distância não seria um problema. Igual, se você pegar o trabalho da EMBRAPA no Sepé, a distância nunca é um empecilho, porque eles têm ferramentas para isso. Eles

conseguem bancar um transporte, conseguem fazer. Só que a gente, numa distância bem mais próxima, não conseguimos fazer. A distância acaba virando um problema, as ações concretas acabam virando um problema, a questão de grana vira um problema, mas é porque a gente não consegue ter esse aporte de ferramentas. Na minha visão.

T: Mais alguma coisa para perguntar, que eu preciso discorrer mais?

R: Então basicamente, ferramentas para você é a estrutura assim? De ter coisas para poder trabalhar lá. Tanto carro, quanto...

T: Não só a estrutura material. Eu falo até de aporte técnico.

R: Aporte técnico.

T: Tudo. Tudo que é ferramenta, que a gente pode ter na mão ali. A gente manjar disso aqui e chegar com respeito, e falar: “pô, é isso aqui”. Por exemplo, a gente queria falar sobre orgânicos. Para isso a gente precisou fazer uma formação, chamar gente. Olha o tempo que a gente desprende nisso. A gente fez muito certo. Era isso que a gente tinha que fazer mesmo. Só que assim, essa perspectiva de tempo, é a mesma que as agricultoras estão tendo, desse processo inteiro? Olha o tempo que a gente faz, sendo que a gente é uma instituição pública e está representando uma USP. Uma instituição com um puta respeito. É complicado nesse sentido, eu acho. São bens materiais e imateriais mesmo.

L: Então você acha que são essas as limitações, pensando na questão da agroecologia? Pensando em um assentamento agroecológico? Não só de um assentamento que dá certo? Você acha que está associado com as ferramentas de recursos físicos, humanos, pensando nesse sentido? E outra, é a ideia de, conhecer o que está fazendo, que já está apropriado e tem embasamento? Você acha que é isso que limita a ideia da construção de assentamentos agroecológicos? Eu só estou reforçando essa palavra, porque é para tentar abordar nesse sentido, que a ideia, é uma perspectiva de assentamento agroecológico. Tendo noção dessa noção, do que é agroecológico, do que é assentamento. Tem essa materialidade ou não tem? Como que é mais complexo do que assentamento que tenha recursos só. Só essa diferença mesmo.

T: Eu acho que se relaciona com isso, justamente por ser agroecológico. Porque não está vindo ferramenta, porque não está vindo recurso, porque que a gente não está conseguindo esse aporte? É justamente porque estamos querendo trabalhar em outra lógica. Aposto que, tudo bem, se for assentamento já está meio que intrínseco, essa questão agroecológica, porque se a gente está trabalhando com base, em pessoas à margem, agroecologia já tem um aporte ali. Independente se os cara tão fazendo um SAF, ou agricultura orgânica, ou outra coisa. Na minha visão é agroecologia. Então assim, assentamento nenhum vai ter grandes recursos, só que se você pensar, a gente já está trabalhando com situação à margem, propondo um sistema totalmente alternativo à hegemonia de produção. Então, eu acho que esse problema com as ferramentas se intensificam ainda mais. E aí, você pode citar, por exemplo, a situação da ITCP, de outros projetos que estão trabalhando numa linha não tanto agroecológica, nesse sentido, mas que consegue uma caralhada de recursos, porque está parecendo que são os salvadores da pátria ou que estão alinhados com a ONU, ou algum role assim. Eu acho que, se é agroecológico, se potencializa muito mais essa carência. A dois então...

M: Será que todo mundo, não fala a um e depois se muda?

T: Perfeito

R: Pode ser

A: Melhor

M: Uma das palavras que coloquei que eu acho que condiz bastante com o que o T. falou, só que eu não levei muito para essa perspectiva do agroecológico, mas também condiz. Que é a logística né? Eu acabei pensando nas ferramentas da logística. Do carro, de sermos estudantes, e até a parte mais burocrática, da própria instituição da ESALQ. Os estudantes sempre têm que ter uma figura institucional, para gente pedir uma assinatura e, para poder pedir um para carro, e para ter isso, para ter aquilo. Só complementando aí.

E aí, outra coisa que coloquei também, foi a questão de que estamos aprendendo. Pelo menos eu, comecei nessa linha de lidar com pessoas e trabalhar com pessoas e, trabalhar com um grupo de pessoas. Eu comecei aqui no Motyrõ. E aí surgiram diversos desafios assim, de como você lidar com conflitos. Como lidar com essa, de criar expectativas e não atender elas. E que também, é muita coisa para dar conta. A gente está na graduação e tem estágio, tem movimento estudantil, e tem um monte de coisa. E a gente tá aprendendo, assim, de como dar conta de tudo isso também. Então, essa primeira pergunta foram essas duas palavras.

A: O meu pega um pouco do gancho que a M. falou sobre, é, estamos aprendendo. Eu fiquei numa reflexão, assim, na ESALQ Existem outros grupos que atuam com assentamento e tal. eu fiquei pensando em relação ao Motyrõ, porque que a gente, no passado, a gente fez avaliação e muitas vezes a gente chegou com uma intenção e expectativa e tirou um aprendizado, mas e aí de fato não concretizou uma coisa que era a nossa expectativa. O Motyrõ ele não tem, assim como a ESALQ, ele não tem um grande histórico de atuação no Elizabeth Teixeira. Pensando no Motyrõ na construção de assentamento agroecológico, então eu acho que gente está dando esse primeiro passo, é de, entender a lógica, a lógica daquele lugar, entender aquelas pessoas e entender tudo aquilo e portanto ter esse somatório de erros e acertos que no final vai se tornar várias metodologias que a gente está criando e pensando para a gente auxiliar nessa construção de assentamentos agroecológico. Então, para mim, é o fato do grupo não ter um histórico a gente não chegou atrás de alguém que já construiu, aprendeu várias coisas. Mesmo não sei, na minha cabeça é nesse lance da gente estar aprendendo. A gente chegou lá e não temos muitos contatos de ali dentro que a gente tinha de contato era a A2., que no final das contas a gente se envolveu com o pessoal do ITCP e a gente conseguiu entrar num lugar ali no acampamento, mas por outro lado os dois grupos trabalhavam em duas linhas diferentes e no fim a gente já sabe do resto. Então eu acho que isso é talvez, não justifique mas faça parte, não seja uma coisa para gente desanimar, mas seja isso.

J2: Acho que pensando em tudo isso, para mim, uma das coisas que está complementando com isso, e o que mais vem, é a questão da presença. O quanto, verdadeiramente, a gente consegue estar lá? O quanto verdadeiramente a gente consegue estabelecer essa conexão? E o quanto que a construção da gente ajudar na construção de um assentamento agroecológico e tudo mais? O quanto é a praticidade das atividades que acontecem? São efetivas? Tipo, de fazer coisas que tem uma periodicidade muito grande, por conta das nossas limitações mesmo. Enfim, da graduação, da vida. O quanto que isso, a nossa presença do jeito que está hoje, o quanto que a gente consegue absorver isso, para conseguir construir um assentamento? Para estar nesse processo? Acho que para mim, é essa questão da disponibilidade. Do quanto que as coisas, nesse “gap”, nesse período, em que as coisas acontecem. Acho que isso é uma das principais limitações.

T: quando você fala de presença, você quer dizer que a gente, para gente construir esse assentamento agroecológico e trabalhar com o Motyrõ, a gente precisa ser presente? Ou a gente pode fazer um trabalho paralelo e a gente está insistindo na presença e, não está funcionando?

J2: Eu acho que primeiramente, a gente tem que estabelecer uma conexão de maneira mais forte, e acho que o estar presente e a periodicidade em que as coisas acontecem, acho que, principalmente, é o que influencia da gente pensar assim. A gente tem uma ideia e a gente fica. Com a questão dos orgânicos, que nem o que você mesmo falou, da gente se formar. Foi um crescimento muito grande para gente, mas o quanto que isso demorou para chegar neles? Sabe? E esse, nosso processo, de estar lá e construir junto. Eu acho que tipo, esse processo de você construir dois grupos que decidem construir juntos de alguma maneira, um trazendo coisas para o outro. O quão estranho e muito distante, mesmo com muitas boas ideias? Estar lá, eu acho que esse é o processo. Não sei se ficou claro, mas é mais ou menos essa a ideia.

H: Eu entendo também essas questões, tipo, estruturais mesmo, considerando que a ESALQ é uma instituição, que é, enfim. Vai numa contrapartida, na contramão do que a gente está tentando construir, enfim, todas as vias burocráticas são difíceis, recursos e estruturas são difíceis. Mas o que eu pensei, o que limita mesmo o trabalho lá, é assim, fazendo uso do que a gente está fazendo agora, né? Que é a análise concreta da situação concreta, que a gente tenta traçar uma estratégia para onde, da situação que a gente tem. Penso que a mudança assim, de qualquer comunidade, de qualquer sociedade, a resposta para aquela comunidade está na... parte da própria comunidade, sabe? Não tem uma resposta para as soluções do Brasil ou de qualquer outro país, não tem respostas para ESALQ de qualquer outra universidade, assim como não tem respostas para o Elizabeth Teixeira se elas não partem de lá.

H: Óbvio que têm influências. Enfim, é um bagulho que é muito contraditório e dialético, mas tipo, é porque é isso. Se não tem, eu acho, que se não parte de uma necessidade de dentro do acampamento, de buscar a agroecologia, de construir um projeto de assentamento de etiqueta, em trabalho em conjunto, tipo, não vai existir grupo de estágio que vai chegar lá e vai trabalhar e que vai construir um assentamento agroecológico, sabe? Se não tem a necessidade para eles, tipo, de construir um assentamento agroecológico, por quê que a gente vai ficar indo lá toda semana, para fazer isso? É muito contraditório, mas tipo, é isso, é pensar com os pés no chão, sabe? Eu acho que o momento de fazer isso agora é isso, de entender onde a gente vai. Qual que é a situação concreta, e a partir disso, pensar no que a gente aprendeu e refletir né? A práxis, sobre a ação e reflexão. Mas isso também, levando em conta todas essas questões estruturais, da ESALQ ser horrível e desanimador. Mas enfim, é essa a brisa assim. Acho que na história são os povos que a fazem e a vitória está na mão de quem pejeja.

J: Eu acho que meu pensamento vai na linha do H., de que não adianta a gente fazer o planejamento mais perfeito de que todos, tentar aplicar e não ter o retorno e, não ter essa motivação. Essa vontade deles. Então, eu coloquei: As diferenças entre as realidades. Isso é uma limitação, tanto para a gente, quanto para eles. Porque a gente tem uma estrutura um pouco melhor e aí a gente pensa: “Ah vamos fazer um poço, vamos fazer alguma coisa, e melhorar em algum lugar”. E aí, chega no assentamento, nem sempre a gente consegue ter essa estrutura e acaba ficando essa falta para eles. Eles sentem essa falta e isso acaba ficando ruim para gente, porque eles acham que: “Ah, vocês vêm aqui com um monte de ideia, mas e para aplicar? O que

vocês estão fazendo? ”. As dores, também. Que a gente viu, no Elizabeth Teixeira, deles falarem e, delas falarem, que cada um tem sua dor. Que já passou do abandono, é, tanto da sociedade quanto, de tudo. O tempo é diferente também. Lá eles têm que fazer outras obrigações, e a gente tem as nossas obrigações, então não é sempre que a gente consegue estar lá presente, ou estar disponível para tirar alguma dúvida, que eles possam ter. As motivações também são diferentes. E também, de estar presente. Que eu acho que, as vezes é necessário no começo, para pegar aquela confiança e para poder deixar em paralelo isso depois. Eu acho que principalmente no começo precisaria disso.

P: Eu coloquei um pouquinho do que foi dito também. Eu coloquei um “reloginho”, que significa tempo. E aí, coloquei “Prática, rotina e deslocamento”. Na “prática” foi no sentido de pensar o tempo que a gente demora para construir. A gente demora um tempo para construir a teoria, para gente mesmo né? Os nossos estudos, a gente demora um tempo para construir tudo isso. E o tempo que a gente dedica para fazer a prática, que eu acho, que muitas vezes é pequeno assim. O tempo que a gente está lá presente parte de um tempo de construção que foi muito grande para gente e que, as vezes na prática é um tempo muito curto. E que a gente não consegue, efetivamente, fazer com que aquela prática se concretize numa ação maior e num entendimento maior.

P: A questão da rotina, que eu acho que é a rotina de estudante né? Que muitas vezes a gente vai desanimando e vai deixando as coisas rolaem, e fica um tempão sem fazer nada. A gente sente que aquilo está ruim, de certa forma, ou a gente está fazendo outras coisas também, mas a gente deixa de fazer coisas eram prioritárias, e que a gente tinha deixado claro que ia fazer aquilo, mas a acaba que não faz. E vai rolando a vida e a gente vai deixando as coisas para trás, né? Eu acho que na questão de ferramentas, que o T. falou, nessa questão do deslocamento. Para além do deslocamento também, todas as outras coisas que a gente precisa fazer, para estar lá presente, ou pra realizar alguma ação. E em tudo isso, o quanto que a gente consegue, para além do nosso grupo, se juntar com outras pessoas, que estão construindo a mesma coisa que a gente? Que poderia ser uma ação maior, pensando assim na ESALQ, nos diversos grupos que trabalham na mesma temática. O quanto que a gente não é junto com todo mundo. O quanto que também isso, que com certeza não é uma culpa nossa, mas também dos outros grupos. Que sempre foi todo mundo nas suas caixinhas e ninguém nunca juntou as caixinhas, para gente tentar fazer essa construção maior e tentar, sei lá, ações para tirar alguma coisa que consiga levar para o macro, um pouco mais nessa questão dos assentamentos agroecológicos. E foi mais ou menos isso que eu pensei.

N: Eu coloquei o “tempo”, também pensando no sentido que a M. falou, que somos estudantes e o quanto outras coisas a gente faz, e o quanto a gente se dedica ou, não se dedica para algumas delas. Eu também coloquei “estrutura” e aí eu não estava pensando só em estrutura física, tipo, de ter o carro para levar, enfim, mas ter estrutura de conhecimento, nesse sentido da agroecologia e também, estrutura pessoal. Para trabalhar com pessoas em uma situação que não é a nossa. E aí, acho que foi mais ou menos isso. E eu estou muito concordante com tudo que vocês falaram.

R: Olhando para essa perspectiva, que o L. falou, de trazer limitações para um assentamento agroecológico, eu coloquei as minhas coisas principalmente na questão da extensão. E uma das coisas é, estarmos preparados a situações adversas e ter postura, então é o diálogo que a gente tem né? Em

qualquer situação, em qualquer atividade, reunião, oficina. Então, a gente precisa ter os nossos princípios bem fortes. Bem fortes, para gente continuar perpetuando isso durante o nosso tempo de trabalho no assentamento. Que todos do grupo estejam nessa mesma sintonia de compromisso. Segunda coisa foi também o “tempo”. Que aí é muito do que vocês já falaram e tendo em vista o assentamento agroecológico, depende, o Elizabeth é uma situação, mas se a gente for generalizar, a gente tem que avaliar. Em que situação que o acampamento está hoje, para ser agroecológico? Tem todo um caminho. A gente precisa pensar nesse todo, coloquei o “número de demandas” neste sentido, de tudo que será necessário para esse agroecológico se tornar concreto e o tempo que a gente tem como estudante para a gente estar inserido nesse processo. A gente precisa ter cuidado com o tempo de imediato, tempo de médio e longo prazo. Isso precisa ficar mais claro também para os assentados e acampados. Qual que é esse tempo? Eu acho que, por exemplo, a C. que falou: “Ah eles vieram, falaram e falaram, e não aconteceu isso”. Então, será que eles querem uma coisa para resolver agora? Eles querem a solução de tudo agora? Ou isso tem que ser conversado melhor, e construído junto? Foi isso que coloquei. O tempo que a gente tem, também como estudante, como a M. tinha falado, e desse tempo para eles. E terceira coisa, é o contexto do acampamento. Como nós, como extensionistas, conseguimos avaliar esse contexto? Desde do que o H. e a J. falaram, de, se eles estão interessados mesmo. Seja agroecológico ou não. Até da gente propor coisas e entender melhor quais são as relações fortes e fracas, que eles têm entre si. No caso do Elizabeth, não é todo mundo que se relaciona. Se a nossa proposta era formar grupos, e se já fica, já é, e se torna uma dificuldade. Os grupos que já tem problemas? Como nós, assim, como extensionistas, conseguimos avaliar todo esse contexto próprio, e pensar em ações efetivas ou participativas? Por isso que eu coloquei “conseguir avaliar todo esse contexto”.

L: Acredito que o grupo tenha um contexto de ser universitário e nesse lugar ele tem que atuar em processos complexos, que abarcam a agroecologia, compreendendo ela ao mesmo tempo em que busca-se atuar. Acredito que compreendemos parcialmente que a práxis é o movimento central nesse processo, tendo os valores enunciados no grupo e na Oca. Isso quer dizer que, lidamos com processos educadores, onde aprendemos a todo tempo, onde tentamos planejar no melhor jeito possível. Naquele contexto em que estávamos. E a lida na prática revela outras questões que não havíamos pensados ou mesmo vivenciados. Então temos as limitações do entendimento do que é agroecológico, do que é assentamento, do que é extensão popular, do que é produção orgânica e etc. Temos limitações do tempo, pela graduação, da pós-graduação. Limitação de recursos financeiros e de estrutura. E por fim, para mim, a principal limitação, é que não somos os sujeitos centrais, ou atores centrais nessa perspectiva de assentamento agroecológico. Ele é agroecológico quando o sujeito que vive nesse contexto é o que sonha e atua nessa perspectiva. Acho que somos apenas um grupo que busca contribuir, provocando essa construção, como educadores que devem saber suas limitações.

R: Gente, são onde e seis, e eu queria fazer um intervalo e a gente tem ainda duas outras perguntas. Então, eu tinha pensando de finalizar a parte da manhã meio dia e meio e a gente tem que ver, se a gente muda

para uma e meia. Sei lá, se quiserem uns cinco minutos de intervalo e a gente volta direto para as últimas perguntas.

N: A ideia é a gente terminar as outras duas antes de parar?

R: É, eu acho que aí tem que dar tempo, porque a gente tem que avançar na imersão. Pode ser?

Fim do áudio.

Aúdio 2. 62min e 23segundos

T: Ai eu o coloquei o seguinte. Eu não participei muito do processo do ano passado, não posso falar da onde se pensou e se planejou. As primeiras imersões eu não estava. Eu vou falar do que eu vi e do que eu senti, mas que vai acabar casando muito com a pergunta 1. Eu coloquei “Autocrítica”, mas a ideia é pensar assim: O grande avanço na construção de assentamento agroecológico, é isso que a gente está fazendo, com o papel que estamos assumindo na sociedade. Pegando um pouco da fala, do que foi do H. antes. Da comunidade, de trazer isso. Só que a gente não está assumindo isso, assumindo esse papel. Não está assumindo um papel de revolucionários cívicos. Não é civil se organizando e fazendo uma revolução. Somos uma instituição pública, de pesquisa, extensão e eu acho que nesse aspecto, vai ser sempre o que vai mais contribuir. Que é fazer como o mestrado do L., que é um exemplo disso. E a autocrítica, como o nosso grupo sempre se propôs a estar levando isso, e outros grupos não se propõem muito a isso, e vão fazendo e vão perdendo isso. A gente sistematiza esses erros e esses acertos e isso, para mim, ou seja, o processo inteiro. Eu pensei em colocar “processo” mas acho que autocrítica está mais... é o processo da autocrítica, da gente estar considerando isso, e sistematizando com o trabalho do L.. Fazendo pesquisa em cima disso, trabalhar esse processo, onde está encaixando e onde não está encaixando. Deixar um legado em cima da construção de assentamentos agroecológicos. E eu acho que a gente podia avançar, inclusive mais, nesse sentido. Trazer mais. Surgiu na imersão da oca isso. De como a gente mantém, nesse momento de transição, com a saída do M2. Como que a gente traz esse caráter de pesquisa para o grupo? De estudos dos grupos? Qual a ausência de possíveis orientados do M2? E se, não tiver nenhum professor? E ai, eu acho que a gente podia avançar nesse sentido, de trazer mais estudos nessa área, mais a sistematização. O portfólio é exemplo disso. A gente está construindo esse processo, se não é funcional, a ciência ensina isso. Os erros são parte fundamental desse processo. Por mais que estamos errando muito, mais errando do que acertando, a gente sistematizar isso faz com que esse erro deixe de ser um erro

M: É igual, o L. falou, e outras pessoas. Construir um assentamento agroecológico é algo assim, uma coisa muito grande, e ainda mais, falando em acampamentos particulares, como o Elizabeth. A E. mesmo falou, na nossa reunião, que lá acontecem coisas que geralmente não acontecem em outros acampamentos. É um negócio, uma coisa meio à parte. E construir um assentamento agroecológico, pensando no papel, e aonde a gente se insere enquanto estudantes da ESALQ. São passos muito de formiguinha, muito de formiguinha. Porque você está lidando com pessoas. A gente está se inserindo em outra realidade, que não é nossa, igual a N. falou, e que ao mesmo tempo gente fez ações. Fez o protocolo, a caderneta, o diagnóstico. Por mais que ele não abordasse tanto essa pergunta, tipo, “O que é agroecologia para você?” Por exemplo. Não tinha essa pergunta no diagnóstico. Mas mesmo assim, a gente estava indo lá, se apresentando enquanto alunos

que estavam buscando fazer, ajudar assim, e auxiliar de alguma forma, aqueles lotes, aquelas pessoas. E as formações, as reuniões. Então, o que eu escrevi é que eu acredito que pelo menos, uma sementinha foi plantada.

A: A minha fala pega um pouquinho do T. e M.. Eu acho que os erros, eles auxiliam na formação de um grupo, no auxílio da construção desse assentamento agroecológico. E eu acho que nessa ideia de sementinhas, não pegando agroecologia como todo, mas algumas vertentzinhas, talvez, a gente tenha colocado algumas sementinhas. Como o conceito de autogestão, que a gente passou a levar ali. As discussões, muitas vezes apareciam, do que é orgânico ou não. O que é agroecológico e o que não é agroecológico. O que, abre aspas, pode e o que não pode. Até a produção de mudas, ensinar como você faz o próprio substrato e não ficar à mercê da compra das empresas. Essa ideia do empoderamento deles. E nisso a gente pode pegar todas as ações do protocolo, que a gente conseguiu colocar em prática, mais o que a gente conseguiu discutir para colocar em prática. Eu acho que nessa forma, as sementinhas da Agroecologia, a gente conseguiu levar um pouquinho.

J2: O que eu pensei, eu acho que bate bastante naquilo que vocês falaram. Mas é nessa questão de crescimento conjunto. Quais foram os avanços na construção? O quanto que a gente cresceu enquanto grupo? De conhecer novas coisas, por ser um grupo de universitários, de buscar cada vez mais. Se embasar para poder falar, sabe? E todos os processos, e todas as vivências e o que, tudo isso trouxe. E o quanto a gente conseguiu levar, e o pessoal do assentamento conseguiu construir também, sabe? Como foi esse crescimento como grupo? Eu acho que essa é, o que mais vem assim para mim, e um dos principais avanços.

H: Eu acho que, o que eu tenho para falar é bem parecido com o que a M e a A. falaram. No sentido de que, para além das mudanças materiais que a gente fez, de concretas que a gente ensinou, tem a caderneta, se pintou a escolinha, a construção de um espaço coletivo, agroecológico de formação. Além dessas mudanças, acho que a gente mostrou que é possível. Tem gente interessado em construir um assentamento desse jeito. Tem um time que está disposto, no seu tempo livre ali, para construir esse projeto de assentamento agroecológico. A gente, pelas oficinas, pelos mutirões, a gente emerge esse exemplo de potencial de ação. Porque tem essa potencialidade latente lá, e ela só era organizada através de grupos que iam trabalhar lá, não auto organizadas pelas próprias pessoas do assentamento.

J: Eu acho que houveram avanços e mesmo que tenham sido pequenos, da nossa concepção, eles têm que ser valorizados. E com certeza, alguma diferença a gente fez. Como a M. disse, algumas oficinas foram realizadas, foi feito o protocolo, a caderneta, que foram muito importantes. E querendo ou não, se surgiu dúvidas, é porque elas se importaram em tentar entender aquilo. Então, surgiu, já naquele ambiente a nossa atuação. E também tem interesse de algumas agricultoras no projeto, e com certeza melhorou na produção delas lá. Então eu considero isso, como um avanço nosso e uma possibilidade de utilizar o que a gente já fez. Que foram coisas boas, que deram certo, até certo ponto.

P: Eu coloquei protocolo e um pontinho de interrogação. Esse pontinho de interrogação foi no sentido de que o protocolo ensinou muita coisa para gente, do grupo. O que que é uma certificação participativa, ensinou para gente uma coisa prática e concreta do que a gente pode fazer. E também ensinou para gente o outro lado, que foi esse lado... de como elas reagiram. Ensinou para gente que nem tudo é mil maravilhas.

Que a gente atravessa diversas dificuldades. E eu acho que isso são muitos avanços, nessa construção de assentamentos agroecológicos. Porque eu acho que mostra para gente, o que é o dia a dia mesmo. Porque como a gente estava na universidade, a gente idealiza muito. E eu acho que o estar presente e ver como é o dia a dia, e o que foi o protocolo, nesse sentido, ensinou muito para gente. E aí eu coloquei nesse sentido, nesses avanços.

N: Eu coloquei o “conhecimento em políticas públicas”. Porque eu achei que o protocolo foi uma coisa que marcou muito a gente. Sejam coisas boas, sejam coisas ruins, mas tipo, como uma ferramenta de que as coisas são possíveis. Eu acho que o avanço é nesse sentido. Que alternativas a gente tem, nesse contexto, para que, pessoas nessa situação tenham um certificado? Eu acho que esse conhecimento não se restringe só nas políticas públicas. Coloquei elas como exemplo, porque é um assunto que me marca muito. Eu coloquei “articulação”, no sentido que, claro, nem sempre conseguimos articular tão bem com todas elas, mas que com algumas delas fluiu bem. E também, até com a própria secretaria. Esse processo de lidar com órgãos do governo, lidar com outras pessoas de outros lugares, o evento no SESC, enfim. Eu acho que isso é um avanço também. E coloquei “trabalhar no campo e com as pessoas”. Que eu acho que na dor e no amor, de algum jeito, se tirou coisas boas dali. Coisas que a gente aprendeu a como fazer, e como não fazer mais.

R: O que eu pensei de avanço na construção de um Assentamento Agroecológico, foram as atividades que a gente fez lá e o impacto que a gente causou, positivo, tanto de aprendizado, deles e delas. E essa possibilidade da transição agroecológica. Era uma coisa que elas estavam com dúvidas e aí, na comercialização isso veio como uma necessidade delas conseguirem mais consumidores, e conseguirem falar que os alimentos delas são agroecológicos, são orgânicos. Então eu acho que isso delas, do contato com a gente, e o que isso causou de aprendizado nelas. Desse todo esse processo que foi o protocolo. De como se dá, a parte burocrática, que ficaram com bastante dúvida de documentos. E eu acho esse impacto foi assim, de se instigar mesmo. E fazer elas pensarem no estilo de produção. E olhar para essa agroecologia. E o que é isso? Todo esse processo assim. E as oficinas ajudaram um pouco, na questão da caderneta, e a oficina de viveiro. Ajudaram um pouco nesses aprendizados. Que elas podem estar sendo mais autônomas, no viveiro, e não ficar comprando. A caderneta ajudar na questão do planejamento. Não depender da gente estar pensando para elas o planejamento. Elas mesmo podem estar anotando, quais foram os gastos. Então, tipo, eu acho que com a gente elas aprenderam a ter um pouco de autonomia. Eu não sei se elas falariam que é autonomia, mas assim, que a gente levou isso para elas aprenderem e se empoderarem daquilo

L: Eu acho que vou muito na linha do vocês falaram, de coisas que instigam. Para mim é muito a questão educadora ainda, o principal. O que é que venha delas. Mas não é só delas. Quando a gente fala “delas” ainda é um grupo, de orgânico, que a gente definiu prioritariamente para atuar, dentro de todo um acampamento. Dentro de todo esse contexto do acampamento. Inclusive, de tudo isso, eu acho que o que a gente mais aprende, de longe, é para gente mesmo, nessa lógica de assentamento agroecológico. Como a gente construiu essa estratégia para chegar no grupo de mulheres? Como que a gente faz a disputa de política pública? Entender que têm que vir a partir de política pública e das articulações. Todas as vezes que aparece isso, junto com a sistematização, junto com a lida do dia a dia no trabalho, junto com o tempo que a gente

tem. Eu acho que saber das nossas próprias limitações, é um dos maiores avanços para conseguir melhor atuar. Afinal de contas, fazer uma análise de conjuntura errada, faz com que a gente tenha uma atuação errada. Então, eu acho que a gente começa a entender, o que fazer, como melhor fazer, e quais os avanços mais significativos. Então. Para essa pergunta é uma geral e uma específica com a nossa experiência no acampamento. Então é válido, tudo que coloquei na primeira.

L – Explicar um pouco a pergunta. Na minha concepção, eu por isso que eu tinha pensado separada, a participação é uma das centralidades para a construção de um assentamento agroecológico. E eu escrevi como uma pergunta. Mas vem como pressuposto com a primeira. Então não sei se seriam as melhores perguntas. Então, contextualizando.

T- Então, eu acho que é válido o que eu comentei na primeira resposta, que serve para todas as experiências construções. E a segunda também. Mas em específico, qual a relação e participação dos e das agricultoras no acampamento. Eu acho que é o que surgiu aqui da perspectiva do tempo. Que é o que mais pega. Não é só o tempo da correria deles, delas e nosso. Mas é a perspectiva maior também, como passa, o que representa uma semana ... O que representa o planejamento de tempo, de pessoas que vivem em situações críticas e à margem? Como eles enxergam a perspectiva de tempo? Qual que é a ideia? Sei lá, o rap fala disso, a dos manos da quebrada é outra de uma criança. Como a gente enxerga esses posicionamentos assim? Em relação ao planejamento. Isso é complicado porque entra direto na questão da utopia. Que é o que leva a gente a construir isso. O que que a gente constrói de utopia, com perspectiva de tempo? Quando a gente faz uma utopia e deixa em aberto e a utopia que os agricultores e as agricultoras constroem é, com outra perspectiva de tempo. Eu acho que é o grande entrave na nossa atuação no Elizabeth. Eu fui duas vezes para lá também, não acompanhei muito a relação. As duas vezes que eu fui eu senti um pouco isso. Que era tipo, a nossa utopia e a nossa estratégia está traçada a partir de uma perspectiva de tempo, que a gente sabe que, se formando aqui, a gente vai ter uma boa capacidade de conseguir um trabalho e isso, as vezes significa que eu, as vezes pego no meu plano. Vou trabalhar nisso, nisso e naquilo, depois vou fazer aquilo e depois vou fazer e tá suave. Ai já me vejo com 80 anos, fazendo trampo como um T. de 80 anos. Só que tipo. Essa é a minha utopia, e a minha estratégia vai em cima disso, agora estou nesse grupo, depois vou entrar naquele grupo e depois aprendo um pouco disso e daquilo. Eu acho que a perspectiva de utopia deles, de estratégia deles, é outra. E a gente não... eu particularmente, não consegui encontrar essa... como equalizar essa dialética. Como a gente consegue dinamizar essa dificuldade.

M: Um dos principais desafios, assim, que eu senti...acho que principalmente nas reuniões com elas, é essa falta do espírito de comunidade. Acho que isso vem muito também de uma ausência do mst lá dentro...não sei. Muitas vezes percebia uns discursos de competição, entre elas e eles. E pra mim era o que mais pegava, era o que eu mais sentia e o que eu mais pensava em como contornar essa situação, que é bem delicado.

A: Da minha perspectiva, o desafio de envolvimento com o pessoal lá é desgaste. Muitas vezes quando a gente...principalmente quando a gente estava com o questionário lá. Uma resposta recorrente muito recorrente, quando a gente conversava com eles em relação ao movimento, de reuniões e a participação era sempre um desgaste, sempre um histórico de que, “Ah, eu já fiz tal e tal coisa, mas aí não deu em nada e

então veio outra coisa e não vou mais”. Eu acho que é entendível. Dá para entender a realidade, o porque eles se sentem assim. Eu acho que para eles é desgaste e descrença.

T: Posso colocar uma questão de ordem?

R: Pode

T: Metodologicamente, não é para gente rebater posicionamentos aqui? Não rebater? Como fica discutir posicionamentos colocados? Isso aí vai ser outro momento depois?

A: Acho que não

T: Tenho alguns questionamentos, sobre os posicionamentos colocados e não é porque eu não entendi a análise. É tipo assim, não se concordo plenamente com isso. E daí é pra gente aprofundar e discutir.

R: Acho que não é o momento agora

T: É, e o quando vai ser? Tem previsto?

H: Acho que no momento da estratégia, da tarde

R: É, isso.

L: Eu acho que vocês ficam atentos à escrita, porque aí tem um momento para discutir e um comum enquanto grupo. Tem um outro capítulo que vocês vão escrever. Eu estou brincando. É sobre a questão pessoal, em relação a tudo isso. Mas essa é enquanto grupo mesmo. Então precisa vir do grupo mesmo.

M: Então, mas eu não sei se...

N: Talvez, que estamos acabando a terceira, não está? E aí são?

R: Onze e quarenta e dois

N: Eu acho que até uma meio dia a gente termina o terceiro, não termina? E se ficar essa meia horinha só para essa última conversa e entender o que o outro falou, enfim, conversar um pouco melhor sobre o que a gente não concorda tanto?

H: Posso só falar um negócio? Eu acho que dá tempo ainda de fazer a parte final desse painel.

M: Que horas são?

H: Onze e quarenta, e a gente tem até meio dia e meio para falar dos desejos e perspectivas de cada um, e ir complementando com coisas novas

M: Não...

H: Você acha não dá tempo?

M: Eu acho que não

R: Não

M: Não, eu acho que tem que ser algo mais conversado.

R: É, eu conversei isso com a M.

H: Está bom então.

R: Aí fica com a parte da tarde

L: Então a gente faz a rodada e depois faz a conversa?

R: Isso.

J2: Eu fico pensando assim, nessa questão dos principais desafios. Eu coloquei uma palavra, que foi uma das coisas que a gente mais conversou no final do ano. Que foi a parte que eu mais peguei com vocês. Que

foi a questão da comunicação. Como a gente consegue estabelecer esse vínculo de ideias, com o grupo que existe lá no acampamento? Como a gente leva o que a gente ... como a gente leva as ideias e as pessoas recebem? Como que existe essa receptividade? O quanto que as pessoas têm credibilidade, no que a gente fala? A comunicação geral. Em relação ao...é o principal desafio para mim, é em como conseguir linkar essas duas coisas.

L: Então você acha que um dos desafios na participação tem haver com a comunicação?

J2: Da nossa comunicação com eles, para gerar esse envolvimento maior.

H: Eu acho que dá, que da parte assim de entrar nos desafios do envolvimento, que cabe as pessoas do Elizabeth, seria, tipo, o desafio de criar essa...a gente plantou sementinha, foi lá e a gente viu que é possível eles trabalharem em conjunto com o projeto de assentamento. Só que ainda é um desafio. Eles continuam só trabalhando quando tem grupos externos ali, então como a gente consegue ainda criar essa demanda? Essa necessidade, deles transformarem aquele assentamento num lugar que gera um bem viver? Eu acho que também, assim, acho que remete mais a nossa. Nosso papel... não papel, mas...justamente essa questão. Porque é a filosofia da ação e reflexão. A gente pensa uma coisa, a gente projeta uma coisa. A gente projeta uma estratégia antes e aí gente vai lá, age e atua em campo e a gente tem reflexões sobre aqui e aí a gente pensa outra coisa depois. E isso faz parte do processo. E nesse processo a gente vai construindo quem que p motyão é, qual que é o papel dele, qual é tipo... essas coisas não vêm escritas prontas assim. A gente define quem a gente é agindo. E é o desafio comum. Comum no sentido de que faz parte. Mas é desafiador, obviamente. A gente compreende quem que a gente é e como a gente consegue construir esse projeto de nação.

L: Então você acha que o desafio na participação é associado ao fato, ao processo dialético, da práxis?

H: Tipo, é. Um pouco, eu acho que isso cabe mais a nós, mas também, como que ainda continua sendo um desafiador criar essa...fazer... A gente plantou a sementinha, tem que germinar agora. Por isso que ainda é desafiador. Eu vejo.

J: Os desafios que eu percebi aqui, acho que foram um pouco parecidos com a primeira pergunta. Coloquei o “tempo”. Que é bem relativo para cada uma. As “motivações”, que são diferentes ou a falta delas. “Problemas pessoais”, que acabam sempre afetando, tanto da nossa parte, quanto da deles. E eu senti isso da minha parte também, que muitas vezes, muitos problemas pessoais acabavam interferindo na maneira como eu ia agir ou pensar. E o “abandono”, a falta de atenção e cuidados com os agricultores. Em relação ao abandono do MST, da sociedade. De não dar uma condição de saúde melhor para eles. Enfim, de tudo.

P: Um ponto que eu coloquei foi a questão da... pode por aí esse R.... Que é o nosso tempo e o tempo deles. O que é uma semana para gente? O que é uma semana para eles, de espera, de expectativa? Eu acho que isso é um desafio, porque eu acho que, às vezes, a gente.... O tanto que a gente demora reflete muito na participação deles. De estarem ou não presentes. Eu acho que talvez. Eu coloquei a questão da comunicação e a questão da expectativa e realidade. O quanto que a gente fala. O quanto que aquilo que a gente está falando é entendido? Ah, como eles entendem o que a gente está falando? A expectativa que eles têm em cima de nós, e o quanto que essa expectativa vira uma realidade? Eu não via, porque a gente não disse o que foi entendido. E eu acho que também, dentro disso, tem muita questão de...da confiança no nosso trabalho

, né? Que eu acho que vem a partir do momento que a gente consegue... e vai fazendo as coisas. Que aquilo vai se tornando uma realidade, eles vão confiando na gente. E aí, se o que eles esperam não acontece, de alguma forma distancia e, vai quebrando um pouco essa confiança, do que a gente... Do nosso trabalho, né? Você vai ter credibilidade por uma questão de... fez sentido?

Grupo – sons de concordância

P - É isso.

N: Eu coloquei “comunicação”, mas não só no sentido de falhar a comunicação, nesse sentido que a P falou agora. Mas no sentido de não conseguir sentar para conversar e resolver as coisas. Porque eu acho que é muito duro ter um problema e não conseguir resolver ele conversando. Pelo menos conversando.

H: Arrãm

N: Essa foi uma. Aí eu coloquei “os conflitos”. E aí eu não estou falando só dos conflitos que elas tiveram com a gente, mas dos conflitos entre elas. E aí é no sentido que a M. falou, dessa falta de senso de comunidade, que, uma é parceira da outra. Acho que é um super desafio. Aí eu coloquei também “a vontade”. Porque, se não é o que quer, não... não sei se faz sentido. Então, o “tempo”, pensando no que a P colocou, mas também da nossa disponibilidade. De tempo para fazer isso. Pensando na nossa situação e na confiança.

R: Para mim, os desafios do envolvimento participação das agricultoras. O “diálogo” e a “construção participativa”. E aí, o que eu quis dizer com isso, foi... Como que a gente constrói coisas juntas, com eles se sentindo parte do processo? Que eles tenham a responsabilidade? Tenham... são atores também. Como estar todo mundo nessa sintonia? Porque assim, uma coisa que percebi foi que no grupo das agricultoras, tipo, uma está mais comprometida e interessada nas coisas, do que outra. Então, para mim, são desafios de como fazer todo mundo estar participando? E se não está, vamos entender e ser algo construtivo e não acabar eliminando a pessoa do processo. Só porque ela está atrasada assim. E a outra coisa foi o “compromisso das agricultoras”, no sentido de estar participando do processo do protocolo, e de se responsabilizar. Porque foi aquilo que a gente conversou. Isso do protocolo é uma coisa nossa, que a gente pegou para fazer, mas também é um compromisso delas. Então tem o nosso nome e o nome delas ali. Então assim, nas oficinas, todas estarem presentes. Porque é uma responsabilidade, é um compromisso que a gente marcou. De oficinas serem uma parte do processo do protocolo. Então elas terem esse compromisso. De explicar, justificar o porquê não consegue ou ... isso assim...

L: Acho que uma coisa que pega muito, primeiro a coisa da identidade. Identidade comum sobre um projeto. Então, por isso que estar num movimento social unificado, fortalece muito. Porque a gente sabe o que a gente quer e onde quer chegar. Existe uma dificuldade, quando você não tem uma noção daquilo que é possível sonhar também. Então, quanto a gente sonha um assentamento agroecológico... era um ponto que M. estava falando também... eu vou sonhar a partir de um ideário de relações, de coletividade, da não posse, de tudo isso e da questão do patriarcado se dissolvendo. Da sexualidade, tudo isso misturado. Mas isso, pelo o que eu consegui viver e consigo, por isso, sonhar. Seja por sonhos, pelas relações. Quando você está marginalizado você também está marginalizado em sonhar. Isso faz com que fique mais difícil projetar suas ações para esse novo. Você não teve muita condição de pensar esse diferente. Então o sonho pode ser muito

diferente do meu sonho simples, de que um assentamento agroecológico é ter um poço e uma casinha bem feita com uma certa bem montada. Eu acho que isso limita muito a possibilidade de criar coisas desafiadoras, como é, por exemplo a ideia da coletividade, da participação no processo de construção coletiva. Por que que isso.... Para gente é central, para as outras pessoas não necessariamente é. Às vezes é uma necessidade material, porque eu quero ter dinheiro para casa para poder.... Acho que essa coisa do sonho e da necessidade, é muito marcante para mim. Eu acho que outro aspecto é esse histórico cultural, com aspas, do o quanto você vivenciou as relações concretas que deram oportunidade de ... vivenciar o processo participativo e coletivo. Se você não teve isso, você não.... Assim como a gente apanha e aprende na universidade. Quando vocês vão para um grupo de estágio, vocês vão ver que a maioria dos grupos é de cima para baixo. Quando você vai propor fazer uma coisa horizontal é uma coisa muito difícil de se imaginar. Acho que o exemplo do CBSAF, da galera querer sentar para construir um congresso e não tem noção de como faz isso tendo a participação. Isso, porque é uma galera de chapa branca. Uma galera que tem uma institucionalidade, que já está velho. Muita gente, que mesmo assim tem dificuldade de fazer isso. Então, eu acho que é um desafio que está intrínseco. Última frase minha, intrínseco aos valores capitalistas. É isso.

R: e agora são onze e cinquenta e oito. Meia hora de debate. Não sei...

A: eu não entendi direito

H: só pensando na metodologia do processo que vai ser adiado. Será que, se agora não dá, pra pelo menos repensar as palavras que estão ali? Para ver se contempla? Por que são duas perguntas na próxima parte desse painel. Se aquelas palavras cotemplam? Como dá sentido? Algo assim.

R: eu só queria finalizar isso, sabe?

H: Tá bom

R: Se isso aqui ainda está em dúvidas, eu queria que todo mundo falasse nesse momento.

T: Meu problema muito a compreensão da ideia, é mais um questionamento do que o H. falou, que é tipo... talvez seja um desabafo, não se se vai ser construtivo. Mas não sei se isso encaixa na terceira pergunta. De algumas coisas que foram levantadas. Que é tipo, quais os principais desafios para o envolvimento e a participação? Aí a gente restringe à um nicho muito específico dos agricultores no acampamento Elizabeth Teixeira. Porque, dai que eu trago o questionamento, de algumas falas que surgiram, que é como o L. falou. A gente tem esse problema quando a gente está lidando com pesquisadores de alto escalão, que há muito tempo trabalham com SAFs e são dificuldades iguais, tá ligado? Eu queria diferenciar porque quando eu fiz essa resposta, eu fiz a listinha diferenciada. O que são dificuldades humanas, de relacionamento, e o que são dificuldades de se lidar com agricultor, de pesquisa com humano agricultores, agricultoras, de acampamento e etc? Porque algumas coisas precisam levantar, porque senão para mim a discussão fica muito rasa. Porque senão a gente fala assim, “surgiu em alguns momentos a comunicação, não, a questão da unidade”, por exemplo. E na hora de falar isso eu pensei “mano, olha o movimento agroecológico aqui” sabe? A gente consegue fazer isso, a gente, comunidade? A gente tem a compreensão que precisa se unir para ser forte. A gente consegue fazer isso aqui dentro? A ESQUERDA consegue? Olha o que foi essa eleição. A gente consegue ter unidade? Olha, pegando até mais próximo, não só a esquerda. O levante e as chapas de eleição. Não esquece o levante. As chapas que tem para fazer uma eleiçãozinha, num discurso que só vota quem

acaba sendo de esquerda. “Eu quero a morte do capitalismo. Eu quero o fim do capitalismo. O capitalismo é ruim”. Tipo assim, a gente não consegue ter unidade dentro da galera e quer que eles tenham unidade. E quando a gente levante, que tipo assim, os principais desafios para envolver agricultores e agricultoras de acampamento num processo de extensão de construção de um assentamento agroecológico é a unidade desses agricultores. Para mim isso é, um pouco escroto. É um desabafo. Eu acho que ninguém aqui essa visão. Mas tipo é complicado porque senão leva para vocês conversar com pessoas... Voce vê apresentação em congresso, e a galera falando isso. Senta um monte de pesquisador em roda e fala “É, lidar com agricultor é foda meu. Porque ele não se une. Assentado é foda, não se une” Sabe? E isso é complicado, porque num é com agricultores, isso é um problema da humanidade. Problemas dos princípios capitalistas que a gente está tendo. E a gente fala até de participação de movimento social, certo? Vou levantar “o movimento social não está... pode gerar... que talvez a ausência do MST possa ter gerado uma sementinha de unidade”. A gente tem gente do MST aqui dentro?

A: Não

T: E se tivesse gente do MST aqui dentro a gente conseguiria ter essa unidade? Não sei se é... é meio que dividir a galera. Tem os desafios humanos e os agricultores não convem desses desafios humanos? Eu acho que desumaniza um pouco o processo.

H: Voce se coloca num palanque né?

T: É. Eu acho ...

H: Lidar como objeto, ali os agricultores. Vamos estudar ali...

M: Um afastamento

H: Vai lá o antropólogo na tribo indígena para fazer pesquisa de campo.

T: E isso me deixou um pouco assim, porque são alguns pontos que...

R: É, cadê a J? Está tocando. É ligação.

T: Então são alguns desses pontos que a gente deveria se atentar, de crítica e auto crítica. Dai a gente ia ver o que a gente ia estar levando como uma instituição pública de pesquisa, poroo exemplo, para um patamar de discussão. Se a gente é um grupo que se propõe a fazer diferente e se propõe a fazer com método agroecológico, como a gente? Porque senão.. a gente cai na máxima. É difícil lidar com seres humanos. É difícil ter uma reunião e imersão. E é o que o L falou, sair de uma perspectiva que a gente conhece isso e participou... A gente já é da Oca, a gente curte a união. Quem está aqui curte fazer isso. Então, sei lá. O que me deu vontade de falar agora foi um pouco por aí. Não sei como isso pode virar uma coisa mais prospectiva

A: Eu acho que esse é um ponto legal de ser levantado, para gente pensar em estratégias para agir.

M: Eu trouxe essa questão do espírito de comunidade e no final da minha fala eu falei “é um negócio bem delicado”, porque exatamente é essa uma questão humana. Eu não concluí ela, não trouxe ela, mas é porque é uma questão do ser humano mesmo. E depois que eu finalizei ela, eu fiquei refletindo e depois, muito que a fala que o L trouxe, desse processo de marginalização, que está todo mundo intrínseco dentro desse sistema, que ele é competitivo também. Então, exatamente. E a ausência do MST é porque eu acho que as vezes, o movimento do MST traz esse espírito para dentro do acampamento, do assentamento e que é um artefato muito importante para o processo. E que não deixa de ser um desafio, sabe? E concordo muito,

muito, muito com você, que restringe muito se você pensar no humano e não também na comunidade que a gente está lidando. E que exatamente, muitas esferas do nosso cotidiano não trazem esse espírito também. É o que a A falou. Essa discussão é muito importante para pensar nessas estratégias.

L: Vocês não acham que uma coisa, é..., as perguntas não dialogam entre si, nesse sentido? Porque, por exemplo, se a gente entende que temos limitações por sermos estudantes, que o processo da práxis é necessário, então a gente aprende enquanto a gente faz. A gente não é o ator principal. A gente não tem as ferramentas necessárias e tais. Esse é o contexto que a gente está, de limitações. E aí a gente pensa no que que a gente entendeu que são os avanços que a gente teve, que foram muito mais processos educadores, para gente tentar entender como que a participação... onde é que ela se materializa dentro desse contexto? No dia a dia da nossa atuação. Quer dizer, sabendo desse contexto desafiador da sociedade, que a participação está associada com os projetos, com os valores capitalistas e etc. Aonde que a gente se insere, sabendo disso? Onde a gente consegue intervir, sabendo disso? Então é intrínseco, então a gente tenta atuar nesse sentido. Só não acho que a gente tem que discutir é, o que é participação? Qual o grau de participação e onde ela se insere. Acho que é muito mais nesse sentido, de, sabemos que ela é um mega desafio e faz sentido quando as pessoas se colocam como sujeitos. Então, independente da onde a gente for trabalhar, seja na ESALQ, seja no Nheengatu, seja no Elizabeth Teixeira, ele vai ter graus diferentes de dificuldade, de como fazer isso. Mas ele vai ser sempre muito dificultoso, porque tem haver com um projeto de sociedade. Eu acho que isso é um desafio que está intrínseco ao que a gente faz e onde a gente convive. Se a gente tem um projeto que pressupõe a coletividade, a autogestão e essas coisas.

R: Eu pensei uma coisa, sobre o que você falou (se dirigindo à T), de coletividade assim. Eu sei, entendo tudo isso, que é uma dificuldade nossa também. Mas sei lá, é tipo, pensando no Elizabeth, se você for comparar outros assentamentos, o Milton tem uma cooperativa, não sei se funciona bem, mas eles têm uma tentativa de unidade. O Marielli, está numa fase muito inicial ainda, tem 2 anos, mas tem todas as divisões, tem todo o seu espírito ali de estar junto pela luta. Sei lá, o Sepé, que eu vivenciei também, mesmo que muito conectado, integrado com a organização da EMBRAPA, no mínimo estão se juntando ali e estão se abrindo para possibilidades de ser um grupo que recebe alunos. Muitas falas do H2, que ele está aberto para outras pessoas do acampamento, que venham conhecer a área dele. Os jovens do assentamento, como ... esqueci o nome dele... Foi lá, conheceu. Eu acho que é essa abertura, que eu vejo que o Elizabeth não tem. Há um histórico dele. Não sei se é tanto coletividade, de querer formar uma cooperativa no Elizabeth, mas essa abertura de tipo, de se importar com o outro e querer que o outro aprenda junto. Que nem aconteceu na oficina da caderneta. “E aí grupo, o que vocês vão fazer com a R. e com a B.? Elas não estão no grupo de vocês, mas elas querem fazer a caderneta. Vocês têm essa abertura, de se reunir com elas e acompanhar com elas?” Ai a C2. falou “Eu tenho total”. Ai cada um vai respondendo de um jeito. Então assim, não é aquela utopia máster assim, que nem a gente têm como estudante, como universidade. Mas são coisas assim. Coisas pequenas que eu enxergo. E eu acho que talvez no Elizabeth não tenha.

T: Eu acho que é isso também. Quando eu falo que existe esse desafio e ele é diferente, em diferentes graus e etc. Mas eu fico com dúvida em algumas questões, tipo assim. A máxima no movimento agroecológico é inclusão. A base é inclusão. Então se a gente está propondo inclusão, a gente não pode.... A gente está

trabalhando com pessoas que estão à margem, então a gente tem que entender que eles fazem parte da sociedade e com eles, esse processo. Então se a gente coloca assim, que “até a gente tem dificuldade com isso”. Não é “até a gente” é a gente também tem. A gente continua dividindo, sabe? E a gente não poderia fazer isso dentro de uma perspectiva agroecológica. No que a gente fale “Po, a gente quer incluir” então porque que o problema deles com drogas é diferente do nosso problema com drogas? Por que que os problemas deles de organização são diferentes do nosso problema de organização? É uma perspectiva fascista, sabe? Tipo, isso rola para caramba. Aí se resgata o histórico por exemplo, o Sepé, é uma confiança que foi construída e aí quando foi diante de ferramentas de concretização. Isso só foi construído, da maneira que foi de crescimento, e mesmo assim, se tem várias cooperativas que não funcionam. Você tem várias...estão tentando criar a quinta cooperativa porque associado não consegue trocar e tal. Você vem muito de resultados, concretos, sabe?

R: Sim.

T: Tipo assim é de uma comunicação que vem quando você vê.... O que me motiva a vir na oca? O que que me motiva a estar participando dessa reunião? Minha formação pessoal. Eu quero estar aqui e o meu movimento. Mas é o meu. É o meu projeto de sociedade. Pode ser para um bem maior, mas é o meu. Eu parto daí. Então agora, se a gente quer isso.... Então porque a gente continua marginalizando eles, colocando que ele tem que ter uma postura do caralho, de entender o processo como um todo e entender.... Talvez isso não venha agora mas isso vai vir mais pra frente. Aí a gente continua fazendo isso. Não o Motyrô, mas toda a agroecologia assim. Eu acho que a gente precisa continuar batendo nessa tecla assim. De não continuar marginalizando ele, seja pro bem “Ah eles são uma divindade” mas se continuar sendo marginalizado. Continua integrado na sociedade dessa maneira. Eu só conseguiria fazer parte de uma reuniãozassa com um bando de estudante que vem de três em três meses, se eles provassem que eu vou ganhar que vou ganhar alguma coisa com isso. Seja na minha formação pessoal, seja o role. E que eu conseguisse falar, “Olha, eu quero ganhar isso”. Então aí que parte a troca, de interesses individuais.

A: Faz sentido

T: E os agricultores também, começaram a receber essa abertura, primeiro eles recebiam dois. O processo da vivencia é muito didática nesse sentido. Primeiro recebiam duas pessoas e como eles foram vendo o quanto aumentava a capacidade de mão de obra deles, e o dinheiro. Estão ganhando cento e sessenta contos, velho. Receber dez pessoas, mil e seiscentos reais numa semana. Independente do quão trampo você vai ter de retorno e etc. Mas mil e seiscentos reais, por uma semana de trabalho, numa realidade de assentamento de agricultura familiar, é muita grana. E fora, além disso, estão pagando para estar trabalhando no lote. Parte daí. E aí a construção que você tenha, a partir de uma coisa totalmente concreta, material, que agroecologia tenta afastar da gente, essa coisa. Se tem um monte de frutos e sementes plantadas mas que tem como base um ganho material. O H., de uma visão muito mais assim do coletivo, já partia de outros pontos, mas outros agricultores não. A própria dona Ilda, então você está recebendo e dali para frente, você começa a perceber, “porra, além de estar recebendo, eu também consigo trocar receitas, também consigo trocar tal coisas” E aí que vai crescendo. E o próprio estudante. Maioria das pessoas que se inscrevem a primeira vez na vivencia é porque tem o selinho da EMBRAPA e eu quero fazer uma oficina em SAF. E dali, chegando lá, ele percebe

“Porra, eu também posso trocar e posso fazer”. Então eu acho que a gente tinha que bater no concreto também, sabe? De tipo...

R: É isso gente?

A: Acho que só concluindo mesmo. Isso que você falou pega um ponto da comunicação. Pro agricultor, é fácil entender que de fato aquilo deve fazer sentido para ele. Quer dizer, está claro pra gente mas talvez não esteja claro pra eles. E se não faz sentido e não faz razão, entra na parte da parte de que que o agricultor faz de motivação, da vontade.

L: Eu boto muita fé, na linha que o T falou. Acho que numa capitalista tem que pensar nas conquistas reais. Não tem dúvida disso. O que é importante é ir construindo seus valores internamente. Mas o... mas não acho que é comunicação. A comunicação é um desafio menor, monstruoso nesse processo, mas nessa discussão sobre tudo que você falou, em relação à drogas aqui e drogas lá. Participação aqui e participação lá. Tudo isso acho q eu não... acho que é muito mais no sentido de ... ainda nessa perspectiva.... porque assim. A gente pode passar quantas vezes a gente quiser no acampamento. A gente pode falar, perguntar o que acham sobre alguma coisa e construir a partir disso. Que é o que a gente fez muito na verdade. A gente tem um desafio do tempo e o desafio de aprender a comunicar com isso. Se isso é intrínseco ao nosso movimento, acho que não adianta só falar que a gente precisa comunicar de novo. Eu acho que é entender estrategicamente. Para mim é essa questão grande, entender estrategicamente o lugar que a gente está, com o que a gente tem, e o que a gente consegue fazer. Com o que o T falou, por exemplo, da base materiais. A gente consegue cumprir aquele objetivo que a gente quer cumprir, enquanto construção de assentamentos agroecológicos, sabendo das limitações? Acho que entra muito numa questão estratégica inclusive, mais, como grande coisa para isso. Porque senão a gente fica na ilusão. Voltar e falar, “Agora a gente vai ligar mais para os agricultores”. Não acho que é isso. Ajuda mas não acho que é isso que faz com que transforme de verdade.

A: Só que eu não acho que comunicação seria nesse sentido. Acho que comunicação vai bem na ideia de Paulo Freire comunicar. Extensão ou comunicação? Que é essa linha clara entre os dois lados. Entre o ouvir e o falar e ter essa clareza, que o T trouxe, de que... de se enxergar enquanto sociedade, de se enxergar com coerência, com responsabilidade... e perceber-se como meio da sociedade lá.

R: É isso gente? Acabou então o primeiro momento? É, então na tarde a gente volta...

Fim do áudio.

ANEXO B. Questionário semiestruturado para construção conceitual da Agroecologia e Assentamentos/Territórios Agroecológicos

Questionário aplicado entre os 07/10/2020 a 01/11/2020 via *google forms*.

Dia e Horário – *Preenchido automaticamente pelo formulário*

1. Município:
2. Estado:
3. Nome completo do/a entrevistado/a (informação sigilosa).
4. Caso realize suas atividades como instituição ou grupo no campo da Agroecologia, indique:
5. Nome completo da instituição/grupo
6. Função/cargo você exerce:
7. A instituição/grupo é uma:
 - a. Instituição Público formal (por exemplo: EMBRAPA, INCRA, ITESP, Universidade Pública, grupos de estudantes que atuam na universidade/Instituto Federal, e etc.)
 - b. Privado com fins lucrativos (por exemplo: empresa agrícolas, de consultoria, de assistência técnica)
 - c. Privado de assessoria, sem fins lucrativos (por exemplo: Organização Não Governamental (ONG), OSCIP, Fundação, Associação, Cooperativa e etc.)
 - d. Organização da sociedade civil de base (por exemplo: movimento social, articulação, rede sócio-técnica, grupos não formais, e etc.)
 - e. Não participa de nenhuma organização
8. Na sua opinião, em uma nota entre 1 a 5, o quanto as atividades desenvolvidas pela sua instituição/grupo estão relacionadas à Agroecologia? 1 – Em nada; 2 – Muito pouco relacionadas; 3 – Moderadamente relacionadas; 4 – Muito relacionadas; 5 - Completamente relacionada
9. O você entende por Agroecologia?
10. Para você, qual a diferença entre Agricultura Orgânica e Agroecologia?
11. O que você entende por “Território Agroecológico”
Na sua opinião, em uma nota entre 1 a 5, o quão relevante cada dimensão é, para que um território seja Agroecológico? Sendo: 1 – Nada relevante; 2 – pouco relevante; 3 – moderadamente relevante; 4- bem relevante; 5 – Extremamente relevante.
12. Organização Social e comunitária (associação, cooperativa, movimento social, e etc.)
13. Presença da Agricultura Familiar
14. Não uso Agrotóxicos
15. Escala territorial (o tamanho das áreas)
16. Produção Orgânica
17. Diversidade na produção
18. Manejo ecológico do solo
19. Venda direta de produtos
20. Produção de produtos conforme sua sazonalidade (produção conforme sua época no ano)
21. Reforma Agrária/Urbana

22. Presença de áreas naturais (fragmentos florestais, Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), e etc.)
23. Acesso à Educação
24. Acesso a estruturas de Saúde
25. Acesso a expressões religiosas
26. Atividades Culturais
27. Economia Solidária e Circular (economia voltada aos valores de solidariedade, renda justa e de circulação local)
28. Equidade Geracional (participação e autonomia de diferentes idades em processos decisórios)
29. Equidade racial
30. Equidade de Gênero e Sexualidade
31. Ética e valores
32. De 1 a 5, o quanto você identifica que sua instituição/grupo desenvolve atividades no sentido de promover a construção de Territórios Agroecológicos?
 - 1 - Em nada
 - 2 - Muito pouco
 - 3 - Moderadamente
 - 4 - Muito
 - 5 - Completamente
33. Cite quais são essas atividades

ANEXO C. Questionário sobre o Motyrõ e os desafios da prática extensionista, agroecológica na perspectiva da construção de um Assentamento Agroecológico

Questionário aplicado entre os dias 04/04/2020 e 12/04/2020 via *google forms*

Data e Horário - *Preenchido automaticamente pelo formulário*

1. Nome,
2. Data de nascimento

Pare um momento. Feche os olhos e tente lembrar como foi o primeiro contato com o grupo Motyrõ. Quais coisas vieram em sua cabeça, quais foram as suas motivações.

Vá para a pasta de fotos aqui → <https://drive.google.com/drive/folders/17-bSjEg6D2cuGbh7wKzUHYNmcXhtq5ff?usp=sharing> e passe por algumas fotos. Vá repassando como foram esses dias.

Em seguida, tente lembrar de tudo que você participou. Das reuniões, das dinâmicas, dos momentos de preparação de comida, das imersões e planejamentos.

Tente também lembrar de como era antes de ir para o acampamento, de como era a preparação, a viagem, as conversas lá dentro e tudo que veio junto.

Dos espaços que você participou como Motyrõ, das viagens, de congressos/conferencia/oficinas/vivências/motirões/etc.

De um tempo para que as lembranças emerjam.

Pense nos desafios, e também, das coisas boas e com base nisso, responda esse questionário.

1. Quanto tempo está/ficou no grupo?
2. Qual sua formação/graduação?
3. O que te motivou a entrar para o grupo?
4. O que representa/ou para você o grupo motyrõ?
5. Em quais aspecto o grupo motyrõ contribui/u na sua formação pessoal?
6. e profissional?
7. Qual(is) o(s) principal(is) aspecto(s) da organicidade (dinâmica de gestão interna) que contribuem(iram) nessa formação? Explique
8. Quais os principais desafios do grupo, no que tange ao seu objetivo da extensão Agroecológica? Contextualize
9. Na sua visão, qual (is) o(s) principal(is) desafio(s) da Agroecologia dentro da Universidade hoje? Contextualize
10. Na sua visão, qual (is) o(s) principal(is) desafio(s) da pratica extensionista, com viés agroecológica, dentro da Universidade? Contextualize
11. Caso você pôde participar das atividades do grupo, quando atuava no Acampamento Elizabeth Teixeira. Descreva, quais os desafios que mais chamaram atenção em relação à Reforma Agrária
12. Existe algo mais que você gostaria de comentar?